



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E  
TERRITÓRIO**

**JORLANDO FERREIRA ROCHA**

**AGROECOLOGIA QUILOMBOLA: SABER E OLHAR DAS MULHERES E DOS  
HOMENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE  
ARAGUATINS –TO**

**Araguaína, TO  
2023**

**Jorlando Ferreira Rocha**

**AGROECOLOGIA QUILOMBOLA: SABER E OLHAR DAS MULHERES E DOS  
HOMENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE  
ARAGUATINS –TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do grau de Mestre (a) em Estudo de Cultura e Território.

Orientador: Prof. Dr. Vinicius Gomes de Aguiar

**Araguaína, TO  
2023**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

F333a Ferreira Rocha, Jorlando.  
AGROECOLOGIA QUILOMBOLA: SABER E OLHAR DAS MULHERES E DOS HOMENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE ARAGUATINS -TO. / Jorlando Ferreira Rocha. – Araguaína, TO, 2023.

126 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Vinicius Gomes de Aguiar

1. Homens e mulheres. 2. Quilombola. 3. Agroecologia. 4. Ilha São Vicente.  
I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**Jorlando Ferreira Rocha**

**AGROECOLOGIA QUILOMBOLA: SABER E OLHAR DAS MULHERES E DOS  
HOMENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE  
ARAGUATINS –TO**

Texto apresentado para o exame de qualificação de dissertação, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, orientado pelo Prof. Dr. Vinicius Gomes de Aguiar.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Vinicius Gomes de Aguiar, UFNT

---

Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior, UFNT

---

Prof. Dr. Harley Silva, UFPA

A meu pai Jorge Barros Rocha que como quilombola, cercado por injustiça social não conseguiu ter o poder da escrita que hoje nos é proporcionado, a minha mãe por não me deixar desistir da busca pelo conhecimento me fazendo sempre acreditar em uma transformação social e um mundo mais justo, a todos os meus antepassados escravizados, negros e negras libertos como Salvador Batista Barros e Maria de Fátima Batista Barros que contribuíram na luta por direitos para que hoje eu pudesse está escrevendo e conhecendo mais a vida da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

## AGRADECIMENTOS

A Deus que com suas mensagens inspiradas e escritas em Hebreus 10:38, 11:01 e 11:06 consegue nos manter em estabilidade com a Fé nesta caminhada. Pois: Somos conduzidos por um conjunto, inspirados por seres vivos e não vivos, somos alimentados como cães famintos com livros e plataformas virtuais, somos disseminadores do conhecimento tradicional que luta pela justiça social. Jorlando Ferreira Rocha.

Aos meus amores incondicionais esposa Joselha Lima, filhos Jorge Henrique Ferreira e Jhonatas Ferreira e meus pais Raimunda Ferreira de França e Jorge Barros Rocha por todos eles me proporcionar palavras suaves, carícias, gritos e força no espaço espiritual.

Aos povos tradicionais das ferramentas de produção foice, facão e navegação no Araguaia remo, canoa que transformam uma semente fértil em espigas e árvores com cachos de alimentos agroecológicos aos povos do conhecimento raiz das plantas nativas e medicinais a todas as comunidades Quilombolas do Brasil em especial as famílias quilombolas da Ilha São Vicente.

Aos Professores Dr. do PPGcult e colaboradores da UFNT, promotores de visitas, encontros, projetos e que com metodologias simples conseguiram ser revolucionários do conhecimento, Professor Dernival, Harley em especial meu orientador Dr. Vinícius Gomes de Aguiar.

Aos colegas da turma de 2021 que mantiveram o companheirismo e sempre contribuíram com a partilha do conhecimento, em especial minha amiga de movimento Laudinha e parceiro de estrada Reginaldo e todos que direto ou indiretamente contribuíram com esse mestrado.

Aos meus amigos Professores Dr. Luciano Laurindo dos Santos e Professor Cristiano da UNIFESSPA despertador da educação que foi responsável pelo sacolejo rumo ao mestrado e meu amigo Biólogo Adailton Rodrigues e sua esposa Valéria e seus filhos Luiz e Ana Luiza que foram parceiros nessa construção e reflexão do conhecimento.

A todos os meus familiares e a minha esposa, o que seria de um relacionamento sem sogra e sogro? As minhas irmãs e irmão e suas descendências que me fortalecem, em especial meus dois sobrinhos Vaney e Valdinei com suas esposas filhos que me proporcionaram o conforto de suas casas em uma acolhida maravilhosa em Araguaína.

Aos diversos movimentos sociais de onde temos buscado inspiração de resistência e luta em especial a COEQTO, APA-TO.

## **Não vão tombar!**

Estão querendo tombar o meu quilombo,  
deixar jogado ao léu, a própria sorte, como no início,  
no tempo do chicote.

Estão querendo tombar o meu quilombo,  
a cultura da música, da dança, da reza,  
do plantio de vazante, do babaçu,  
da rapadura, da farinha, da cana,  
do pescado, do capim dourado.

Estão querendo tombar o meu quilombo,  
tirar suas terras, destruir suas florestas, suas sementes,  
nascentes e muito mais.

Estão querendo tombar o meu quilombo,  
como no tempo do chicote, leis violentas, sangrentas de morte.

Estão querendo tombar o meu quilombo, plantar soja, cana,  
cultura da morte, criar gado, encurralar o povo, fazer risort.

Estão querendo tombar o meu quilombo, urbanizar na favela,  
filhos sem terra, sem casa, sem emprego, sem dignidade.

Estão querendo tombar o meu quilombo,  
impedir a educação, da criança ao ancião.

Estão querendo tombar o meu quilombo,  
mas eu declaro, não vão tombar.

**Quilombola:** Jorlando Ferreira Rocha

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a função da agroecologia como uma ferramenta na luta pelo território do quilombo da Ilha de São Vicente, destacando sua integração nas práticas produtivas e na rotina diária da comunidade, sendo assim, um elemento de resistência e sobrevivência das famílias quilombolas. Além disso, busca-se analisar as práticas agroecológicas e a divisão de tarefas entre homens e mulheres e como estas fortalecem a valorização do comum dentro do território. Para viabilizar esta compreensão, fomos até a comunidade realizar visitas às famílias, aplicar questionários, registrar imagens de homens e mulheres em seus trabalhos diários. Os resultados aqui apresentados através das falas e imagens mostram o quanto homens e mulheres estão envolvidos em diversas atividades, as atividades agroecológicas são realizadas, tanto por mulheres, quanto por homens, as atividades domésticas como lavar roupas, preparar alimentação são realizadas mais pelas mulheres e as atividades que demandam maior força física ou certas habilidades como tirar palha da palmeira babaçu, carregar madeiras, cobrir casa são realizadas pelos homens do território.

**Palavras-chaves:** Homens e mulheres, Quilombola, Agroecologia, Ilha São Vicente.

## **ABSTRACT**

The present work aims to understand the function of agroecology as a tool in the fight for the quilombo territory of Ilha de São Vicente, highlighting its integration in the productive practices and daily routine of the community, thus being an element of resistance and survival of families. quilombolas. Furthermore, we seek to analyze agroecological practices and the division of tasks between men and women and how these strengthen the appreciation of the common within the territory. To facilitate this understanding, we went to the community to visit families, apply questionnaires, record images of men and women in their daily work. The results presented here through speeches and images show how much men and women are involved in different activities, agroecological activities are carried out by both women and men, domestic activities such as washing clothes, preparing food are carried out more by women and Activities that require greater physical strength or certain skills, such as removing straw from the babassu palm tree, carrying wood, covering houses, are carried out by men in the territory.

**Key-words:** Men and women. Quilombola. Agroecology. São Vicente Island.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

**Nenhuma entrada de sumário foi encontrada.**

Quadro 1 - Tipo de casa e matérias-primas utilizadas na construção	28
Quadro 2 - Sistemas produtivos, agroecológico e organizacional da comunidade Quilombola Ilha de São Vicente	45
Quadro 3 - Espécies vegetais e seus respectivos usos na comunidade quilombola da ilha São Vicente	82
Quadro 4 - Espécies vegetais e animais utilizadas e seus usos e finalidades na ilha São Vicente	84
Quadro 5 - Relação de algumas espécies frutíferas encontradas nos quintais agroflorestais na comunidade quilombola Ilha de São Vicente	95

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APA-TO	Alternativa Para Pequena Agricultura do Tocantins
ACREQUISVI	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha São Vicente
COEQTO	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das comunidades Negras Rurais Quilombolas
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
DOU	Diário Oficial da União
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF	Ministério Público Federal
MPT	Ministério Público do Trabalho
NATURATINS	Instituto Natureza do Tocantins
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial

## SUMÁRIO

<b>1</b>	11	
<b>2</b>	15	
<b>3</b>	43	
<b>3.1</b>	47	
<b>3.2</b>	51	
<b>3.3</b>	55	
<b>3.4</b>	57	
<b>3.5</b>	61	
<b>3.6</b>	63	
<b>3.7</b>	65	
<b>4</b>	68	
<b>5</b>	84	
<b>5.1</b>	99	
<b>5.2</b>	102	
<b>5.3</b>	104	
<b>5.4</b>	105	
<b>5.5</b>	106	
<b>5.6</b>	107	
<b>5.7</b>	110	
<b>5.8</b>	116	
<b>6</b>	118	
<b>REFERÊNCIAS</b>		<b>117</b>
<b>ANEXO</b>		<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da vivência quilombola agroecológica observada pelo pesquisador, do diálogo com homens e mulheres da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, que tem em sua maneira de viver um conjunto de práticas agroecológicas. A comunidade está localizada na região do Bico do Papagaio, no extremo norte do Tocantins.

O quilombo Ilha de São Vicente existe desde 1888. A partir da abolição da escravidão as famílias se organizaram durante este tempo, tanto na Ilha São Vicente, quanto na porção continental situada enfrente a ilha, no estado do Pará. De acordo com o censo do IBGE (2022), foram contabilizados 130 quilombolas, sendo 80 no município de Araguatins - TO e 50 no município de Brejo Grande - PA. Este fato ocorre devido ao fato das famílias serem contabilizadas no Pará, justamente porque parte do território quilombola Ilha de São Vicente pertencer geograficamente a esta região.

Em 2010, a comunidade foi reconhecida enquanto remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares (FCP). No mesmo ano, os quilombolas da Ilha de São Vicente fundaram sua associação, travando um longo e intenso processo judicial contra as pessoas não quilombolas que ocuparam a Ilha e tentaram retirar os quilombolas do local. Com as vitórias no processo de titulação da terra para o quilombo, hoje as famílias quilombolas da Ilha de São Vicente aguardam a entrega do título definitivo pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Neste contexto, é perceptível que a luta dos quilombolas da Ilha São Vicente, vai ao encontro do que é apontado no trabalho realizado por Oliveira (2022) na comunidade Grotão no município de Filadélfia no Tocantins, quando afirma que:

As comunidades rurais estão no centro dessas disputas territorial e ambiental e, portanto, são elas que sofrem com as violências e consequências socioambientais negativas. Por isso, as reivindicações territoriais das comunidades estão, cada vez mais, buscando alianças que possam reforçar a oposição à expansão capitalista destruidora. (OLIVEIRA, 2022, p.79).

Atualmente os quilombolas ocupam uma área com 32,574 hectares, o que corresponde a 325.741 m<sup>2</sup>, que é dividida entre 34 famílias. Apesar da comunidade reconhecer a importância do levantamento realizado pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com a lista da Associação Comunitária Quilombolas da Ilha São Vicente (ACREQUISVI), hoje são contabilizadas aproximadamente 65 famílias quilombolas no

município de Araguatins -TO, sendo que dentro do território do quilombo residem 12 famílias, cada uma delas ocupando uma parcela de terra menor que 1 hectare. Portanto, é nesta área de aproximadamente 1 hectare, que os quilombolas da Ilha São Vicente desenvolvem seus sistemas agroecológicos, horta, sítio, criação de galinhas, porcos, extrativismo do babaçu etc.

Mesmo neste contexto, nem todos os quilombolas da Ilha São Vicente entendem a disputa que existe entre os que defendem agroecologia e os que querem destruir a maneira como as comunidades vivem.

Portanto, devemos entender a agroecologia como uma ciência que surge no seio dos movimentos sociais ecológicos pelo mundo. Este é, antes de tudo, um modo de convivência pacífico com a natureza, de cunho social, político e cultural, que visa usar dos conhecimentos camponeses para moldar e/ou superar o modo de produção imposto pelo capitalismo. Além disso, como bem-posto por Rapozo:

As práticas e experiências agroecológicas tem possibilitado a construção de outro modo de vida que transcende a produção de alimentos, um modo de produção e reprodução da vida que resgata um conjunto de valores próprios do camponês, a solidariedade, suas tradições, identidade e cultura, além de visar uma equidade e justiça social que de forma integradora (2018, p. 202).

Vale destacar, de antemão, que a resistência quilombola e camponesa contra as diversas formas de opressão “não significa apenas que os camponeses do Brasil desejam permanecer como produtores rurais familiares, o que já é de elevado significado”. O projeto agroecológico defendido pelas comunidades rurais e/ou periféricas visa a superação das múltiplas formas de violência, a conquista da soberania e segurança alimentar indispensável no processo de resistência sociocultural. Notadamente, “eles buscam construir, via as suas instituições de mediação de interesses e os apoios modestos de políticas públicas, um projeto para a agricultura brasileira que supere aquele implantado pela dominação/hegemonia do modo de produção capitalista” (CARVALHO, 2016, p.163).

O território foi retomado pelo quilombo em 2020, uma vez que a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) o devolveu para a comunidade, sendo reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como pertencente à comunidade quilombola da Ilha de São Vicente. De acordo com a publicação da Portaria nº 1.080 no Diário Oficial da União (DOU) de 22 de junho de 2020, o INCRA reconhece e declara como terras remanescentes de quilombo a comunidade Ilha de São Vicente, localizada no município de

Araguatins-TO, o imóvel da União com uma área de 2.502,0437 ha (dois mil quinhentos e dois hectares, quatro ares e trinta e sete centiares), (BRASIL, 2020).

Assim, os quilombolas da Ilha São Vicente não só retomaram o processo de construção de moradias no território, como também vem dando continuidade aos diversos sistemas produtivos, agroecológicos, sítios, hortas, criação de pequenos animais como galinhas, porcos, pesca etc. O quilombo Ilha de São Vicente segue portanto a mesma luta enfrentada pelos quilombolas da comunidade Grotão, como bem destaca Oliveira (2022, p.75) “O Quilombo Grotão busca esse direito, porém entendendo que ele só é possível com a conquista do território e prevendo a continuidade das práticas tradicionais de produção relacionadas ao sentimento de pertencimento ao território como um todo”.

Durante a pesquisa, realizamos visitas às famílias quilombolas, conhecendo suas práticas produtivas, horta, sítio, criação de galinha e porcos etc. Na oportunidade, realizamos registro de imagens, observação e aplicação de questionários semiestruturados que foram aplicados a cinco homens, deste apenas um não é casado, vivendo sozinho em uma casa. Não possui filhos. Entre as mulheres as seis entrevistadas três não tem a presença do esposo ou a figura do homem dentro de casa, porém todas as seis tem a presença dos filhos ou netos. Neste contexto, o trabalho foi direcionado a onze pessoas que vivem no território, tanto do gênero masculino, quanto feminino, independentemente de sua relação conjugal.

No que se refere a metodologia, a proposta escolhida para a realização deste trabalho de pesquisa é o estudo de caso. Segundo Yin (2001), este é um modelo de pesquisa ancorado em fenômenos atuais, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas. Partindo desse princípio, apresentamos os sistemas agroecológicos da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, principalmente no que diz respeito a sua capacidade produtiva, dentro de uma área menor que 1 (um) hectare, sem no entanto deixar de fora as complexidades que envolve cada sistema de produção.

Neste sentido, importa destacar que a produção baseada no sistema agroecológico surge como uma das possibilidades de transformação dos modos de produção no capitalismo. É, portanto, uma ciência que preza pela manutenção de um conjunto de práticas e experiências do mundo concreto. Sobretudo, “baseia-se na aplicação da ecologia para o estudo, o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis. Isso conduz à diversificação agrícola projetada intencionalmente para promover interações biológicas e sinergias benéficas entre os componentes do agroecossistema, de modo a permitir a regeneração da fertilidade do solo e a manutenção da produtividade e da proteção das culturas” (Altieri, 2012, p. 15).

O diálogo com a comunidade sobre seus sistemas produtivos nos permitiu não só desconstruir visões equivocadas de que eles não produzem, como também possibilitou identificar o manejo agroecológico diversificado praticado por essas famílias ao longo dos anos, mesmo sem apoio do poder público. Sendo assim, o trabalho tem como objetivo compreender como a agroecologia tem auxiliado na luta pelo território do quilombo da Ilha de São Vicente, uma vez que ela está presente nas práticas produtivas dessas famílias e tem sido organizada enquanto elemento de resistência e sobrevivência desta comunidade.

A maneira, como os quilombolas da Ilha de São Vicente se organizaram, não só permite utilizar melhor o espaço da Ilha para realização dos seus sistemas de produção de horta, sistema agroflorestal, criação de porcos, criação de galinhas, roça, como também utilizar outros espaços do território onde se encontram recursos como babaçu e peixes.

## 2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL E RESISTÊNCIA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE

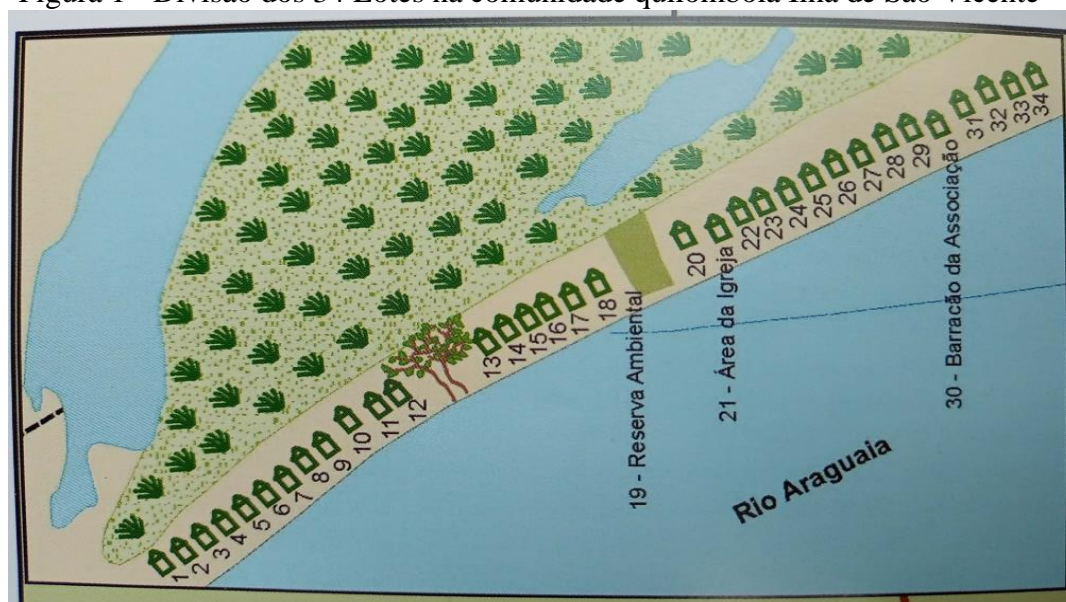
As famílias da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente sempre esteve às margens do rio Araguaia, tanto na Ilha São Vicente quanto do outro lado do rio Araguaia no município de Brejo Grande/PA mais precisamente em frente à praia do Noronha, que recebe este nome justamente em menção ao sobrenome de uma das linhagens genealógica dos quilombolas. Os Noronha, assim como a família Barros que é outra linhagem genealógica dos quilombolas, residem em frente a pequena praia e na Ilha São de Vicente desde a publicação da lei áurea 1888, fato este destacado no trabalho realizado pela antropóloga Rita de Cássia Domingues Lopes (2014) que realizou. O estudo antropológico da comunidade quilombola Ilha de São Vicente se transformou em sua tese de Doutorado sobre a comunidade em Araguatins. A pesquisadora aponta, inclusive, alguns fatos que corroboram com essa informação, como por exemplo, o momento da chegada das famílias que foram escravizadas e a forma como essas famílias quilombolas faziam para sobre viver na ilha após abolição da escravidão em 1888:

Em 1888, Henrique Julião Barros casado com Maria Francisca Barros – conhecida como Cota – foram morar na Ilha, onde construíram sua casa, plantavam para sua subsistência e criavam gado solto, pescavam tanto no rio Araguaia quanto nos lagos existentes dentro da Ilha, caçavam e coletavam babaçu, dessa forma, ocupando a Ilha de São Vicente (LOPES, 2019, p. 159).

Os quilombos passaram a ter, ao longo do tempo, o significado de uma importante ferramenta ideológica na resistência contra a opressão sofrida pelos afrodescendentes no Brasil. Essas comunidades autônomas, formadas por escravos fugidos e seus descendentes, foram vistos como um símbolo de autonomia e autodeterminação, além de representar também uma forma de resistência cultural à escravidão e opressão racial (NASCIMENTO, 1985).

As famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, de acordo com o levantamento realizado pela associação em 2020 e enviado para a Fundação Cultural Palmares, estão organizadas em 34 lotes na ilha, localizada no município de Araguatins (TO), distribuídos para 65 famílias. No entanto, nem todas as famílias vivem no território e nem todas possuem lotes.

Figura 1 - Divisão dos 34 Lotes na comunidade quilombola Ilha de São Vicente



Fonte: Adaptado de Almeida; Marin; Gonçalves (2014).

Das famílias que possuem parcelas de terra na ilha, algumas delas desenvolvem outras atividades na cidade não relacionadas com o campo, o que viabiliza a utilização do território por estas apenas como área de descanso e lazer. Em algumas situações, as casas no quilombo são utilizadas como apoio para pesca, o que garante a segurança e a soberania alimentar dos quilombolas.

O fato pode ser percebido com detalhes nos registros realizados por Lopes (2019), pois a pesquisadora em seu trabalho consegue apontar alguns dos motivos que faz com que o número de famílias que vivem na comunidade esteja sempre oscilando.

Até hoje há a dificuldade em permanecer na Ilha, de fixar todas as famílias quilombolas na comunidade e isso se deve, dentre vários motivos, ao território diminuto onde estão, a dificuldade de plantar para vender e também por não ter opções de emprego (LOPES, 2019, p. 166).

Na atualidade, vivem no território da comunidade de forma permanente 12 famílias, algumas constituídas por homens e mulheres dentro de casa, outras residências possui apenas a presença do homem ou da mulher. O número de pessoas por casa é bastante diversificado, algumas casas têm cinco moradores, outras tem apenas uma pessoa.

Outras 8 famílias que não vivem permanente dentro da comunidade, possuem casas ou barracos e sempre que possível realizam plantios em seus lotes, além disso participam de atividades na comunidade como visitas e reuniões.

Pelo descrito, existem 20 famílias com lotes na ilha. Neste sentido é preciso explicar se existem famílias com 2 lotes ou se tem outra questão diferente.

Já as 31 famílias que fazem parte da comunidade que vivem em Araguatins e que não possuem lotes, também participam de atividades pontuais como reuniões, encontros e visitas, além de ajudar eventualmente em trabalhos das famílias que possuem lotes, mas não fazem intervenções no campo da produção dentro do território. Neste contexto podemos perceber que as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente tem relação não somente com a Ilha São Vicente, mas também com a cidade de Araguatins, local de onde saíram seus antepassados para viverem na Ilha e com a qual as famílias mantêm laços até os dias atuais. Como bem destaca Lopes (2014):

A relação existente entre os parentes que moram na Ilha de São Vicente e os que moram na cidade pode ser considerada “uma via de mão dupla”, pois os(as) irmãos(ãs), primos(as) e sobrinhos(as) de seu Salvador que moram em Araguatins têm lote com casa construída ou não na Comunidade, e costumam “passar um tempo” principalmente nos finais de semana, feriados ou no período de praia no rio Araguaia. Enquanto aqueles que precisam ir à cidade tomam como ponto de apoio, abrigo e referência a casa de um(a) irmão(ã), primo(a) e sobrinho(a) (LOPES, 2014 p. 80).

O número de famílias envolvidas no manejo dos lotes pode ser maior que o número de lotes que são 34 em função de mais de uma família ser responsável pelo cuidado com o lote, pois existem casos em que um lote pertence a três irmãos; ou ao pai e filho, mesmo o filho tendo constituído família.

As famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente vivem o drama da demora pela efetiva regularização do território e sofrem diretamente a ausência de políticas públicas que possam reconhecer as famílias como detentoras deste território quilombola.

Desta forma, como o quilombo é um território, as famílias vivem um drama secular de ausência de políticas públicas a qual vem avançando de forma lenta, o que acaba fazendo com que o governo brasileiro relute em reconhecer os direitos destes povos, assim.

As políticas públicas focadas nos quilombolas são norteadas por ações afirmativas específicas e somente a partir dos anos 2000 começaram a ser aplicadas no Brasil, por meio da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), Programa Brasil Quilombola e também da criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial (SEPPPIR) (SILVA, 2018, p. 121).

Como as políticas públicas é programas criados pelo governo federal como o programa Brasil Quilombola não chega à comunidade quilombola Ilha de São Vicente como deveria, para melhorar as questões sociais da qualidade da água, saúde, melhoria dos sistemas produtivos. As famílias vão criando sua própria estratégia de resistência. Isso mostra que a comunidade possui não só uma capacidade de produzir em uma mesma área por um longo período de tempo, como também uma grande capacidade de sobrevivência contra as diversas formas de violências, social, ambiental, cultural etc. No trabalho realizado por Lopes (2019), fica explícito a

continuidade nos diversos sistemas produtivos mantidos pelos quilombolas da Ilha de São Vicente:

Depois da morte de Henrique Julião e Maria Batista Barros, os filhos mais velhos José Henrique e os outros irmãos continuaram a plantar para subsistência na Ilha e a criar gado, enquanto, plantavam mandioca no lado do Pará para fazer farinha (LOPES, 2019, p. 160).

### Figura 2 - Os sete filhos de José Henrique e Maria Batista

Fonte: Arquivo da Comunidade

Todos os sete filhos nasceram e cresceram na Ilha São Vicente, agachada à esquerda a filha mais velha do casal, Maria Batista Barros, em seguida de vestido verde Domingas Batista Barros, Vicência Batista Barros, os homens da esquerda para direita vestido de camisa branca, Salvador Batista Barros, Juarez Batista Barros, Eugênio Batista Barros, Pedro Barros Sobrinho, o filho mais novo desta geração de irmãos e que está vivo e presente na luta pelo território da Ilha de São Vicente, o mesmo não só nasceu como vive e resiste no território até os dias atuais, como pode ser reafirmado na figura 3, documento outorgado por Benvinda M. Correa 88, no dia 25 de outubro de 2010, chamado de Escritura Pública Declaratória registrada no Cartório de Araguatins (LOPES, 2019, p. 163).

### Figura 3 - Declaração feita por dona Benvinda M. Correa

[...] a outorgante declarante declara para os devidos fins para quem possa interessar que conhecer o Sr. Salvador Batista Barros, como também os seus familiares; que é sabedora que a família do Sr. Salvador é descendente de escravos que para cá vieram ainda no século XIX; que o avô do Sr. Salvador chamava-se Henrique Barros conhecido pela alcunha de Henrique Cacête e que era escravo do Sr. Bernardo Martins o qual recebera pelo pagamento de uma dívida na cidade de Carolina - MA. Após a abolição da escravatura Henrique Cacête foi residir na Ilha São Vicente, neste município de Araguatins - TO, tendo sido o *seu primeiro morador*, Henrique Cacête teve 06 filhos, sendo: José Henrique, Pedro Henrique, Brasilina Henrique, Raimunda Henrique e Domingas Henrique; todos os filhos do Sr. Henrique Cacête nasceram na Ilha São Vicente. *O Sr. Henrique criava gado na Ilha São Vicente para o Sr. José Miguel (Sírio), um dos primeiros moradores de Araguatins; quando o Sr. José Miguel mudou-se para Tocantinópolis, deixou para José Henrique todo o gado que tinha na Ilha.* E que o Sr. José Henrique teve 07 filhos sendo: Eugênio Batista Barros, Maria Batista Barros, Juarez Batista Barros, Domingas Batista Barros, Vicência Batista Barros, Pedro Batista Barros e Salvador Batista Barros; que todas essas pessoas citadas nasceram e se criaram na Ilha São Vicente. Disse ainda a outorgante que repetirá em juízo se necessário for tudo que declarou. (Grifo nosso).

Fonte: Lopes (2019).

No entanto, ao longo dos anos, mesmo após a abolição da escravatura, algumas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, que sempre viveram nas proximidades de Araguatins, nunca deixaram de servir a elite araguatinsense, independente da idade. Seu Pedro Barros Sobrinho relata ter trabalhado bastante tempo de carpinteiro e que aprendeu a profissão com seu primo Jorge Barros Rocha com quem trabalhou bastante tempo fazendo casas, igrejas e currais . Além disso, ainda hoje algumas pessoas da família continuam realizando trabalhos para as famílias da cidade e do campo, como domésticas, carpinteiros, pedreiros, vaqueiros, entre outros, laço ‘escravocrata que se mantém de forma moderna na cidade de Araguatins até os dias atuais. Como bem enfatiza Vieira, Marinho e Ghizoni (2018):

O sujeito vive um dilema sobre o qual tem pouco controle, pois dificilmente consegue desvencilhar-se da realidade que o oprime. A servidão instituída na relação de precariedade e alienação, próprios do sistema capitalista e das formas de organização do trabalho heterônomo, aliados ao desejo pelo trabalho na vontade de modificar a natureza e a si próprio, constituem esse dilema (VIEIRA; MARINHO; GHIZONI, 2018).

A abolição da escravidão permitiu que algumas famílias se deslocassem para zona rural, tanto na Ilha São Vicente quanto do outro lado do Pará. O fato pode ser observado na figura 4, nos dados recentemente levantados pelo IBGE (2022). 81 pessoas se declaram quilombola no município de Araguatins e 50 pessoas se declaram quilombola no município de Brejo Grande - PA, destas 49 pessoas se declaram no próprio território.

Figura 4 - População Quilombola Araguatins, Brejo Grande



Fonte: IBGE (2022).

A vida das famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente sempre foi às margens do rio Araguaia. Apesar de não haver informações sobre as origens africanas da família Barros e Noronha, o fato de ter vindo para Araguatins dois casais com filhos, isso fez com que os laços entre as duas famílias só aumentasse culminando em casamento entre os descendentes Barros e Noronha. Por sinal, duas irmãs Barros foram casadas com dois irmãos Noronhas, fazendo com que essa relação de aproximação e proteção entre as famílias quilombolas só se fortalecesse tanto na Ilha São Vicente quanto do outro lado do Pará.

Na figura 5, realizada durante o trabalho de cartografia social na Amazônia na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, podemos perceber a proximidade entre a Ilha e a área de produção pertencente ao município de Brejo Grande - PA onde trabalhavam tanto a família Barros quanto a família Noronha.

Figura 5 - Mapa da Ilha e área no Pará onde os quilombolas viviam

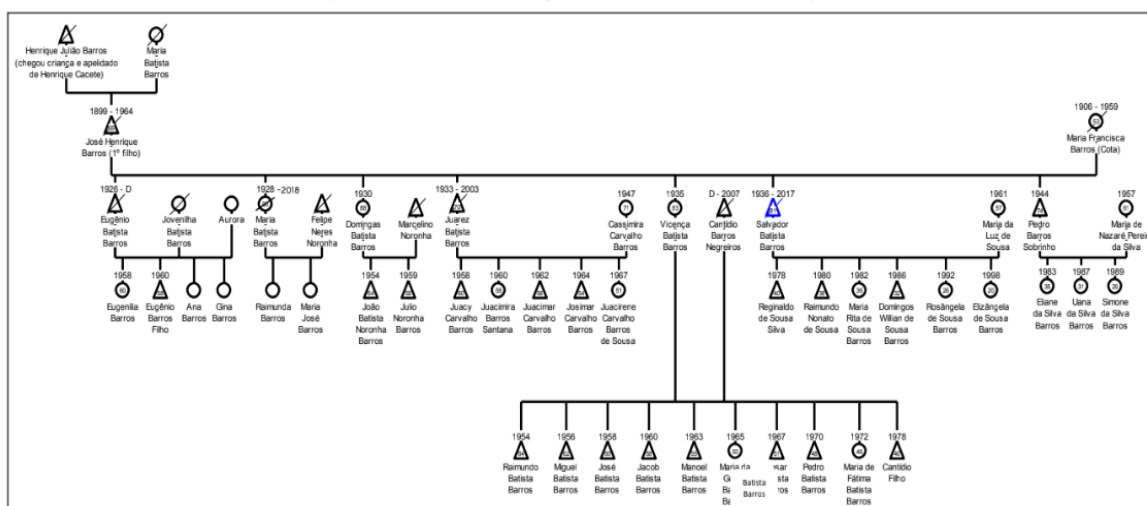


Fonte: Almeida; Marin; Gonçalves, (2014).

Segundo Seu Pedro Barros Sobrinho, irmão das duas irmãs Maria e Domingas Barros e casadas com os dois irmãos Noronha, em entrevista afirma que esta área do Pará demarcada corresponde apenas a área trabalhada pela família Barros, pois a família Noronha morava nesta outra área marrom rumo ao São Raimundo. Ele lembra que seu pai José Henrique depois de doente mesmo sem querer ir, foi morar com sua irmã Maria Batista Barros do outro lado do rio, no Estado do Pará. Seu Pedro Barros lembra ainda que no passado, o povoado São Raimundo não era no local onde está localizado hoje e sim um pouco mais acima.

A figura 6, apresenta a árvore genealógica de José Henrique e Maria Francisca, onde podemos perceber nos dois círculos os casamentos existentes entre as duas filhas Barros e os dois filhos Noronhas, mantendo esta relação e aproximação entre os quilombolas Barros e Noronha, tornando assim fruto dessas relações os Noronha Barros.

Figura 6 - Arvore genealógica José Henrique e Maria Francisca



Fonte: Lopes 2019.

Porém essa condição de escravos libertos não foi suficiente para que essas famílias de origem africanas, pudessem viver de forma digna em um país distante das suas origens, de onde foram arrancados como se arranca mandioca. Algumas raízes ficam presas na terra e morrem, já outras são tiradas a força no entanto sem vida, resistindo apenas as ramas (hastes) para perpetuar as futuras gerações.

O problema social causado às famílias escravizadas no passado, não só prejudicou as famílias que trabalhavam em condições de escravidão no passado, como permeia a vida das famílias quilombolas até os dias atuais.

Atualmente, o descaso e o abandono pelo poder público pode ser percebido dentro comunidade quilombola Ilha de São Vicente basta que seja realizado uma visita de observação, para que você perceba que na comunidade não existe água tratada, a não ser a água trazida pelas famílias que vão na cidade de Araguatins. Na comunidade também não existe escola nem professores para os alunos das séries iniciais. Eles precisam se deslocar junto com os alunos maiores em uma lancha escolar todos os dias. Ao chegarem à beira do rio na cidade de Araguatins também não existe transporte para levar as crianças menores até a escola, algumas vão por conta própria e outras contam com ajuda de familiares que moram na cidade para

conduzi-los até sua escola. A Figura 7 apresenta a lancha utilizada tanto pelos estudantes quilombolas como pelos filhos dos invasores que vivem na Ilha São Vicente.

Figura 7 - Lancha utilizada no transporte dos quilombolas e outros moradores da Ilha



Fonte: Levy (2022).

Outro agravante que também pode ser percebido ao trilhar pela comunidade quilombola Ilha de São Vicente e conversar com as famílias é que na comunidade também não existe Posto de Saúde ou mesmo atendimento médico periódico. Existe apenas uma barca da saúde que deveria fazer atendimento aos quilombolas e ribeirinhos do rio Araguaia pertencente ao município de Araguatins. No entanto a barca só foi utilizada pela comunidade uma vez na época da COVID 19. A barca se encontrava ancorada na cidade de Araguatins e não na comunidade como deveria ser realizado.

Figura 8 - Barca da saúde que deveria atender os quilombolas e ribeirinhos



Fonte: Rocha (2021).

Como afirma Silva (2018):

ainda existem muitos empecilhos para a efetivação de direitos quilombolas, tais como a burocracia institucional, a falta de recursos humanos especializados (por exemplo, antropólogos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) , localizados em comunidades tradicionais, acesso a informações pela população quilombola, dificuldade de infraestrutura, serviços públicos basilares de baixa qualidade, terras quilombolas em litígio de posse com latifundiários ou até mesmo com o interesse do governo, entre outros (p. 7).

Neste contexto, muitas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, vivem na cidade de Araguatins sem oportunidades de emprego que possa valorizar o seu trabalho é condições de moradia digna, própria sem que seja alugada, mesmo estando a séculos de existência no município, outras vivem na Ilha em condições de resistência com os seus direitos básicos sendo violados. Algumas mudanças para comunidade quilombola Ilha de São Vicente, só passaram a acontecer a partir de 2010 e com certeza tem forte relação com o que é destacado por Silva (2018):

Mas, vamos iniciar esta parte falando das evoluções que a população quilombola teve a partir do início do século XXI. Uma das mais importantes foi a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em março de 2003, que teve status de ministério, sendo um órgão que presta assessoramento ao Presidente da República, com o fulcro de coordenar políticas para proteção dos direitos dos indivíduos e grupos raciais e étnicos, principalmente a população negra, que fora vítima de discriminação e também de diversas formas de intolerância. Esta secretaria também articulava e promovia, junto com outros ministérios, iniciativas com o objetivo de mitigar a desigualdade racial (SILVA, 2018, p. 8).

Mesmo neste contexto, as famílias do quilombo da Ilha de São Vicente estão organizadas atualmente em forma de associação intitulada (ACREQUISVI) que mantém reuniões regularmente para tomar as decisões relacionadas à organização da comunidade.

A figura 9 mostra não só um encontro de gerações que acontece entre as famílias Barros e Noronha, como também mostra que as reuniões entre as famílias é um espaço de tomada de decisão que impacta inclusive na gestão da associação (ACREQUISVI). Durante as reuniões são decididas questões como filiação de novos sócios, gestão do território, adesão a novos projetos, realização e recepção de eventos, entrada de pessoas nas universidades etc.

Figura 9 - Reunião das famílias Barros e Noronha



Fonte: Rocha (2015).

Das doze famílias que residem dentro do território da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, oito famílias são constituídas por um casal homem e mulher, sete destas possuem a convivência de netos (a) ou filhos (a). Destas, duas famílias são constituídas por casais jovens entre 18 e 40 anos e com boa condição de saúde, outras seis famílias são constituídas por pessoas com idade acima de 40 anos e um dos parceiros possui algum tipo de limitação física ou idade avançada.

Das outras quatro residências, três não tem a figura feminina no desenvolvimento das atividades diárias e uma residência possui apenas a presença de duas mulheres com três crianças sem a presença da figura masculina. No entanto, entre mãe e filho mesmo vivendo em casas

separadas existe a reciprocidade, um contribui com outro na realização das atividades cotidianas.

Após o ano de 2010, ano em que a comunidade sofreu despejo mas retomou o território, doze famílias passaram a viver na Ilha de São Vicente. No entanto, como podemos perceber no trabalho realizado por Lopes (2019):

Em maio de 2013, quando foi realizado o primeiro trabalho de campo, havia 12 famílias morando na Comunidade. Durante o segundo trabalho de campo, realizado em abril de 2014, o número de famílias tinha diminuído para 10. Em 2017, permanecia o mesmo número de famílias. O número de pessoas morando na Comunidade é variável por vários motivos, entre eles: as questões materiais de sobrevivência das famílias como ter uma fonte de renda, em busca de emprego muitas famílias saíram da Ilha para trabalhar em outro lugar como em Araguatins, no distrito de São Raimundo ou em Marabá, ambos no Pará. A falta de infraestrutura também é outro motivo, não há água encanada, saneamento básico, posto de saúde e escola, não havia energia elétrica até maio de 2018; e o conflito gerado pela disputa da terra (LOPES, 2019, p. 175).

Do grupo de famílias residentes na Ilha, pelo menos quatro famílias são consideradas agregadas, por não se tratar de quilombolas e sim cunhadas, sobrinhas etc. As famílias agregadas, acolhidas pelos quilombolas, vivem em situação social tão vulnerável quanto os quilombolas da Ilha de São Vicente. São pessoas com baixa renda em seus sistemas produtivos, mesmo sem casa na cidade de Araguatins, as famílias necessitam sempre ir em busca de oportunidade de emprego na cidade, coloca as famílias em condição de vulnerabilidade. A necessidade das pessoas, faz com que o número de famílias que moram na comunidade sempre oscile, uma vez que é recorrente a saída e a chegada de novas pessoas.

A comunidade quilombola Ilha de São Vicente, apesar de enfrentar mais de uma década de processo judicial para retomar o seu território – o processo foi iniciado no ano de 2010 - as famílias ainda vivem em uma área reduzida de 32 hectares, que é separado em 34 lotes de aproximadamente 7500 m<sup>2</sup>, mesmo sabendo que teria direito ao total da ilha que é de 2.502,0437 ha (dois mil quinhentos e dois hectares, quatro ares e trinta e sete centiares) (BRASIL, 2020). É neste espaço que os quilombolas constroem suas moradias e realizam os seus sistemas produtivos: roça, horta, criação de aves etc.

Dentre as diversas ações que a comunidade tem feito para tentar retomar o território por completo, existe a luta dentro do sistema burocrático brasileiro que pode ser constatada no trabalho de Lopes (2019):

No dia 12 de maio de 2018, aconteceu a reunião solicitada pela Comunidade na Ilha de São Vicente com a presença dos representantes: do INCRA Nacional e do Tocantins; da Fundação Cultural Palmares; do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública do Tocantins. E, considerando a referida nota técnica, o processo de titulação do território seguirá um novo rito processual, o que está disposto no

Decreto 4887/2003 e na Portaria Interministerial No 210, de 13 de junho de 2014, tornando o processo mais rápido [...] (LOPES, 2019, p. 174).

Neste processo, representado pela figura 10, a comunidade teve seu surgimento em 1888 e no ano de 2010 a comunidade sofre despejo. No mesmo ano, ela recebe da Fundação Cultural Palmares certificação de autodefinição como remanescentes de quilombo em 2015 acontece a publicação do RTID e estudo antropológico do território, definindo a área em 2.502 hectares. Em 2016, ocorre nova tentativa de despejo por invasores; em 2019, a justiça concede ao quilombo Ilha de São Vicente a posse sobre o território; em 2020, comunidade é reconhecida como quilombo pelo Governo Federal; em 2023, em meio ao desmatamento, compra e venda ilegal de lotes por parte de invasores, a comunidade luta pela regularização do território e recebe visita da SPU. Assim, a figura 10, apresentada mostra através desta linha do tempo, a morosidade na regularização do território quilombola Ilha de São Vicente, mas também os avanços ou marcos importantes na luta pelo território .

Figura 9 – Cronologia da regularização do Território quilombola Ilha de São Vicente



Fonte: Folha do Bico (2023).

Neste contexto, os avanços que vêm ocorrendo na comunidade quilombola Ilha de São Vicente tem relação com o marco histórico apontado por Silva (2018):

Outro marco histórico na construção de políticas públicas para os quilombolas deu-se em novembro de 2003, por meio do Decreto Federal 4886/2003, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), cujo objetivo central é a redução das desigualdades étnicas no contexto brasileiro, mormente a população negra, por meio de programas e projetos a serem executados a longo, médio e curto prazo. Estão previstos nesta política nacional os seguintes princípios de gestão: a) transversalidade, em que há a participação de vários órgãos na execução e gestão das ações para combater as desigualdades raciais; b) gestão descentralizada, em que se busca articular os entes federativos; c) gestão democrática, por meio do diálogo com a sociedade civil participante da luta quilombola (SILVA, 2018, p. 8).

No entanto, a luta pelo território da comunidade quilombola Ilha de São Vicente tem sofrido, além da morosidade que envolve o processo de regularização, com intensificação da comercialização de lotes irregulares e ocupações indevidas por invasores e pessoas que se dizem ribeirinhos. Neste tipo de ocupação é comum perceber o pouco comprometimento com as condições ambientais da ilha, uma vez que é recorrente o registro de desmatamentos de áreas no território para a construção de casas sem nenhuma anuência da comunidade ou de qualquer órgão ambiental, o que compromete a disponibilidade de alimentos e madeiras para as atividades do quilombo, além de favorecer a proliferação de espécies invasoras.

Diferente das pessoas que têm invadido o território da Ilha de São Vicente, as pessoas do quilombo não conseguem comprar materiais comercializados na cidade, como madeira serrada, telhas para cobrir suas moradias de forma segura e com maior durabilidade.

No Quadro 1, podemos perceber não só a quantidade de casas na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, como também podemos constatar os materiais utilizados nas construções das casas na comunidade.

Quadro 1 - Tipo de casa e matérias-primas utilizadas na construção

<b>Nº</b>	<b>Paredes</b>	<b>Telhado</b>
1	Taipa	Telha de barro industrializada
2	Taipa	Folha da palmeira babaçu (palha)
3	Taipa rebocada	Folha da palmeira babaçu (palha)
4	Madeira (tábuas)	Folha da palmeira babaçu (palha)
5	Madeira (tábuas)e Tela hexagonal	Folha da palmeira babaçu (palha)

6	Madeira (tábuas) e tela Hexagonal	Telha de barro industrializada e Folha da palmeira babaçu (palha)
7	Madeira (tábuas) e raque da folha da palmeira babaçu	Folha da palmeira babaçu (palha)
8	Raque da folha (tala de coco) da palmeira babaçu	Folha da palmeira babaçu (palha)
9	Raque da folha (tala de coco) da palmeira babaçu e folhas inteiras	Folha da palmeira babaçu (palha)
10	Raque da folha (tala de coco) da palmeira babaçu e tela hexagonal	Folha da palmeira babaçu (palha)
11	folhas inteiras da palmeira babaçu	Folha da palmeira babaçu (palha)
12	Tijolo industrializados e tela hexagonal	Telha de barro industrializada
13	Tijolo industrializado e madeira (tábuas)	Folha da palmeira babaçu (palha)
14	Tijola industrializado	Folha da palmeira babaçu (palha)
15	Sem paredes	Folha da palmeira babaçu (palha)

Fonte: Lopes (2019).

Sendo assim, entre uma construção e outra, as casas dos quilombolas são construídos utilizando aquilo que existe como matéria prima dentro do próprio território.

Na figura 10, apresentamos uma das maneiras que a comunidade procura utilizar para construir suas casas dentro do território, utilizando recursos disponíveis como barro, tala de coco babaçu para construção das casas de taipa.

Figura 10 - Casa de taipa coberta de telha da dona Maria Darluz



Fonte: Rocha (2023).

Na atualidade, das quase 65 famílias quilombolas que vivem no município de Araguatins, e nos 34 lotes nos quais o território da Ilha de São Vicente está dividido. No entanto, apenas 20 lotes contam com algum tipo de construção como casa ou barracão. De acordo com os dados do IBGE (2022), das 175 pessoas que vivem na Ilha São Vicente 49 são quilombolas, representando 28% da população dentro do território, ao qual foram visitados 62 domicílios e identificado 2,82 moradores por domicílios.

A maioria das casas e barracos são construídos utilizando matéria prima encontrada no próprio território como palha do babaçu, madeira e barro.

Figura 11 - Casas cercadas com palha do babaçu e taboa Jovenilson e Kauanna



Fonte: Noronha (2023).

Figura 12 - Casas cercadas com palha do babaçu e taboa Beatriz Eliésio



Fonte: Lopes (2019).

Dentre as vinte construções existentes dentro da comunidade, apenas três casas que são construídas exclusivamente com materiais externos, como tijolos, telhas e madeira serrada. Além disso, uma dessas quatro casas foi construída com recurso de doações com a finalidade de ser um ponto de apoio para missionários evangélicos e ponto de pregação da igreja evangélica Assembleia de Deus.

Figura 13 - Ponto de pregação e casa de apoio para missionários da Assembleia de Deus



Fonte: Rocha (2023).

Já as outras dezesseis construções que utilizam algum tipo de matéria prima da comunidade como barro, palha ou madeira, por exemplo, quatorze casas são fechadas com algum tipo de quarto, cozinha, sala e apenas três casas são barracões que ainda não possuem nenhum tipo de parede.

Figura 14 - Reforma do barracão da associação



Fonte: Rocha (2023).

Outro detalhe relevante que podemos constatar durante as visitas e que nos permite fazer uma reflexão social e cultural. Entre as 20 construções existentes, no máximo oito residências, possuem um banheiro com vaso sanitário e chuveiro. A Figura 15 mostra um exemplo de residência que possui o banheiro desligado da casa, ficando como lavanderia e banheiro, registrado na casa do Domingos Willian.

Figura 15 - Banheiro construído com área de serviço no quilombo



Fonte: Barros (2023).

Algumas residências possuem banheiro construído dentro de casa, outras o banheiro é construído próximo da casa e em outros casos os banheiros são construídos um pouco afastados da residência. Assim, podemos encontrar diversas particularidades nas construções dos banheiros, como na Figura 16, que mostra o banheiro construído na casa da Dona Maria Da Luz, que fica afastado da sua residência.

Figura 16 - Banheiro de tijolos construído afastado da residência



Fonte: Barros (2023).

Outras 12 residências não possuem banheiro com chuveiro e vaso sanitário. No lugar do banheiro existe uma estrutura simples cercada com palha ou feita de barro, a qual possui um buraco onde as famílias fazem suas necessidades fisiológicas. Essa estrutura é chamada de privada. Além dessas situações apontadas, existem casos de famílias que tem a casa ou barracão, no entanto, não possui nenhum tipo de banheiro e suas necessidades fisiológicas ainda são realizadas no mato.

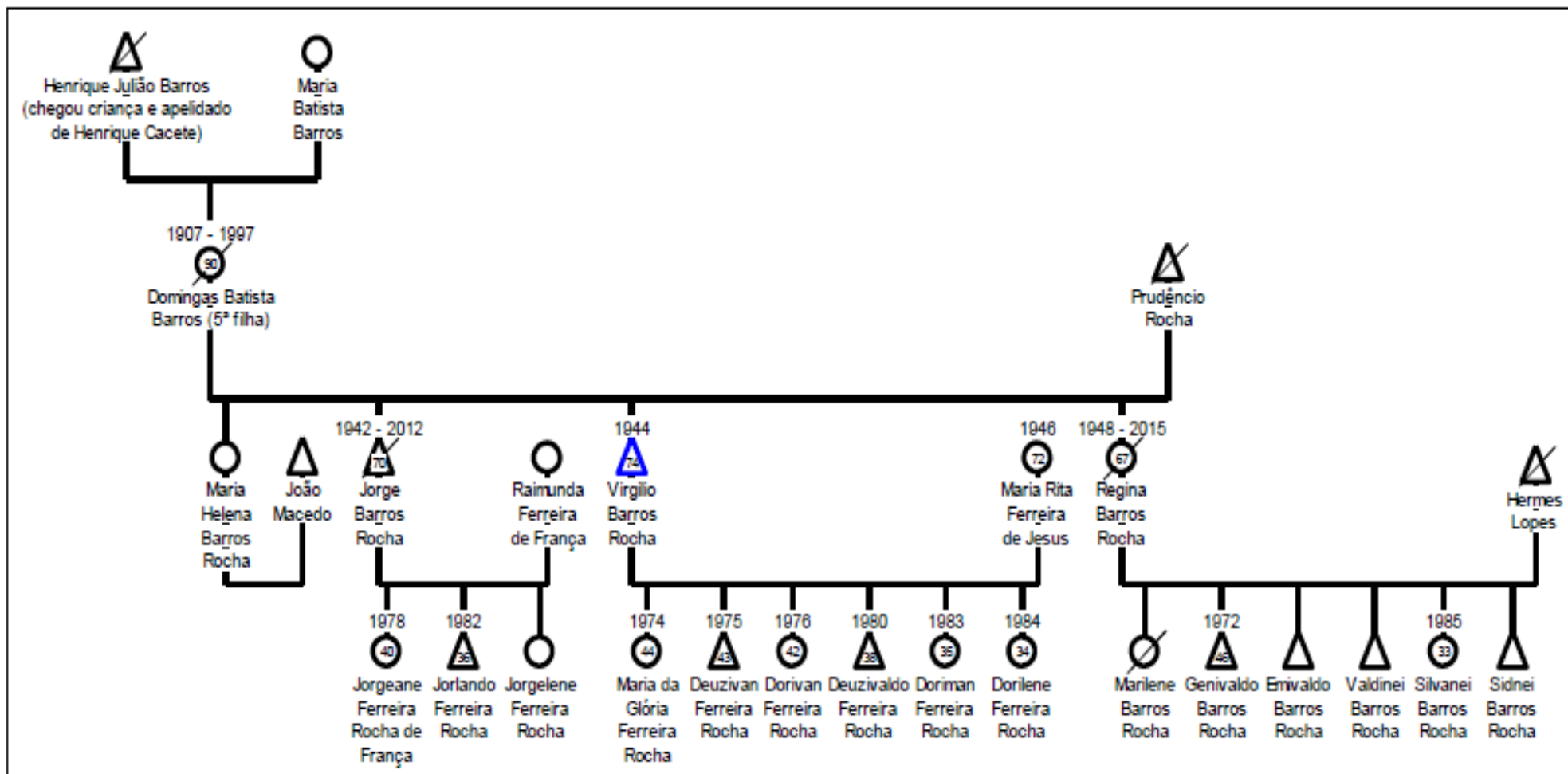
Figura 17 - Casa da Silvanei construída com material reaproveitado, pvc, telha e talo



Fonte: Rocha (2023).

Vale ressaltar que apesar dos diversos problemas sociais, ambientais e culturais, algumas das famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente ainda resistem dentro do território e estão na terceira, quarta e quinta geração. Apesar de alguns nomes estarem presente no recorte do diagrama (Figura 18) de Julião Henrique, pai de Domingas Barros, alguns desses que resistiram para criar a comunidade que existe hoje Ilha de São Vicente, já são falecidos a mais de três décadas como é o caso de Domigas Barros, filha de Julião Henrique que foi um dos escravos, no entanto sua geração permanece até os dias atuais, como mostra o diagrama criado por Lopes (2019).

Figura 18 - Árvore genealógica da Filha de Julião Henrique e Maria Batista Barros, Domingas Batista



Fonte: Lopes (2019).

Na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, nem todas as casas possuem a presença do homem ou da mulher, algumas casas possuem apenas a presença: da mãe e filhos; em alguns casos estão as netas ou netos; outras possuem famílias de apenas um indivíduo, com apenas a presença da mulher ou do homem.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistadas onze pessoas, sendo seis mulheres e cinco homens.

No caso destes entrevistados:

- cinco famílias são formadas por um arranjo familiar composto por homens, mulheres e filhos;
- uma casa é formada pela matriarca, filha e netas;
- uma outra casa vivem mãe e os filhos;
- uma casa vive apenas o homem, mas que conta com apoio da mãe e da irmã que vive na proximidade.

Neste contexto, a situação conjugal das pessoas da comunidade Ilha de São Vicente são bastante diversas, assim como a idade e o número de filhos, como podemos observar na (Figura 19). Nesta pesquisa entendemos que as pessoas jovens possuem idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove), conforme estabelecido no Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13). Já as pessoas idosas, de acordo com a Lei 8842/94 e o Estatuto do Idoso aprovado em 2003, são consideradas a partir de 60 anos, idade em que as mulheres podem dar início ao pedido de aposentadoria no Brasil.

A comunidade quilombola Ilha de São Vicente, segundo associação (ACREQUISVI) possui uma juventude com mais de 20 jovens residindo dentro do município de Araguatins. No entanto, apenas um jovem do sexo masculino casado reside dentro do território da comunidade. Já entre as pessoas do sexo masculino, dos cinco entrevistados, dois são idosos e dois estão na idade adulta. Entre as seis mulheres entrevistadas que vivem na comunidade, uma é considerada idosa, duas estão na fase adulta e três são consideradas jovens e todas têm filhos.

Figura 19 - Idade e situação conjugal de mulheres e homens

Fonte: Rocha (2022).

Outro detalhe importante que aqui apresentamos é que as mulheres da comunidade Ilha de São Vicente têm em média 4,16 filhos. No caso das mulheres de mais idade da comunidade

elas têm entre 6 e 7 filhos, enquanto entre as mais jovens, o número de filhos dificilmente passa de 2 e 3 filhos.

Para as famílias da Ilha de São Vicente, o tempo de vida das pessoas da comunidade aumentou, mesmo nos anos 90 tendo dona Brasilina que faleceu aos 99 anos e sua irmã Domingas que também faleceu chegando aos 90 anos, as duas filhas de Julião Henrique um dos escravos. Para as famílias da Ilha de São Vicente o número de pessoas que tem passado dos 70 e 80 anos na atualidade é maior que no passado, podendo destacar aqui as três irmãs do seu Salvador, Maria Batista, Domingas Barros, Vicência Barros, todas faleceram depois dos 80 e 90 anos. Além dessas, que faleceram aos mais de 80 anos, existem outras primas e primos, com mais de 80 anos, situação que no passado era difícil as pessoas chegarem nessa idade, um dos fatores era a falta de atendimento médico.

No entanto, houve a redução do número de filhos entre as mulheres mais jovens indo ao encontro do que é apontado por SOUZA (1998).

O Brasil é um país cuja esperança de vida passou de 43 para 60 anos, no período de 1940 a 1980! Cujas fecundidade despencou de 6,16 para 4,35! cuja taxa de urbanização passa de 1/3 para 2/3 da população total e as áreas metropolitanas passam a abrigar de 29 a 43% da população total. Tudo isto de 1940 a 1980! “E um país com uma dimensão estrutural: a pobreza combinada com uma outra que é a estrutura social dramaticamente distorcida” (SOUZA, 1998, p. 26).

As famílias do quilombo da Ilha de São Vicente estão distribuídas em lotes dentro do território, sendo que cada lote é uma pequena parcela de terra de aproximadamente 50m x 150m = 7.500m<sup>2</sup> o que pode variar de comprimento de acordo com o local onde está localizado o lote, em função da lagoa que passa no fundo de praticamente quase todas as casas. Além disso, algumas famílias chegam a dividir o pequeno espaço com outras famílias quilombolas.

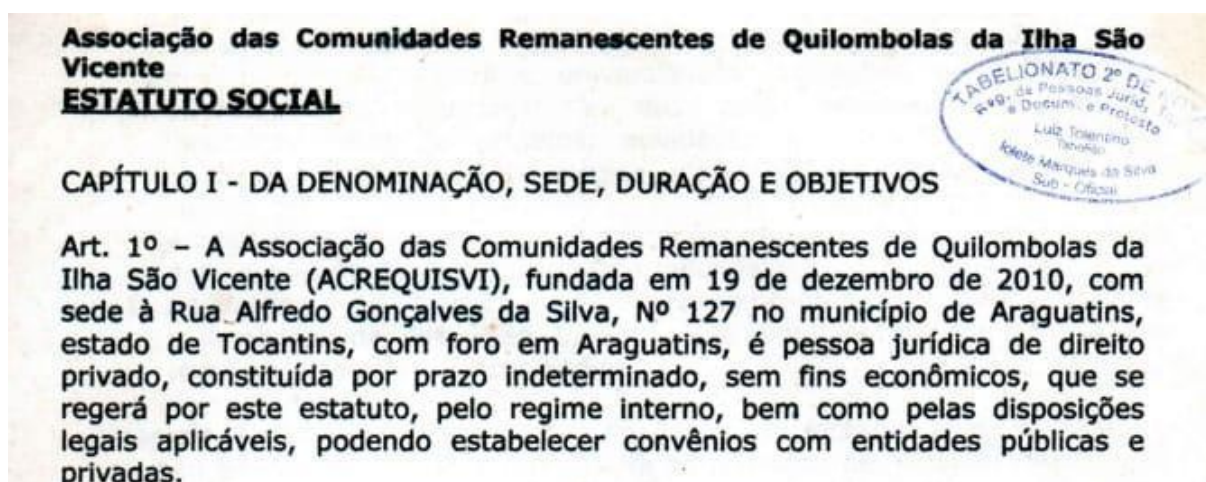


Portanto, o fato ocorrido com a família do patriarca Salvador Batista Barros, não abalou apenas os familiares mais também amigos que não concordavam com o despejo, pois todos sabiam que aquele território era aonde eles viviam a muito tempo, a ponto de uma senhora amiga da família é moradora antiga de Araguatins por nome Benvinda levar o caso a imprensa de televisão com repercussão estadual, causando assim maior repercussão e proteção as famílias quilombolas.

Ao mesmo tempo todos os parentes de seu Salvador se juntaram com a experiência de seu sobrinho Jorlando que já tinha experiência em acompanhar associações de assentamento e criaram juntos, associação dos quilombolas da Ilha de São Vicente.

A Figura 21 abaixo apresenta o trecho do estatuto social, que trata da criação da associação (ACREQUISVI), data, local da sede, duração e objetivos.

Figura 21 - Parte do estatuto de criação da associação quilombola



Fonte: Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha São Vicente (20xx).

Após a criação da associação, as famílias no intuito de fortalecer a luta quilombola e impedir outro despejo contra Seu Salvador Batista Barros e sua família, a sogra Dona Josefa e seu esposo Zé de Ferro, como era conhecido o negro pescador de uma gaitada marcante, e que sempre esteve ao lado das famílias quilombolas, em reunião da associação decidiram por dividir a área em vários lotes de aproximadamente 50m de frente ficando o comprimento de acordo com o local onde fica cada família, em função da lagoa existente no fundo dos lotes. O objetivo dessa organização foi para que as pessoas que estavam na cidade de Araguatins pudessem ir para Ilha com a finalidade de aumentar a proteção da família de Seu Salvador e fortalecer a luta quilombola da comunidade.

O território da comunidade passou por diversas mudanças nos últimos anos, especialmente nas duas últimas décadas, que envolveu inclusive a construção de casas em áreas que antes era ocupada por babaçu e outras vegetações, tanto pelos quilombolas que foram construído suas casas é implantando seus sistemas agroflorestais, quanto por invasores que se apropriaram da mata ciliar que antes eram preservadas para construir suas residências e fazerem roças, como também por especuladores que passaram a comprar pequenas chácaras de pessoas não quilombolas que se dizem donos da Ilha, afim, de descansarem nos finais de semanas é feriados.

Na imagem abaixo podemos perceber a Ilha São Vicente e onde a comunidade está realmente localizada em relação a cidade de Araguatins.

Figura 22 - Mapa do território do quilombo da Ilha de São Vicente e sua proximidade com Araguatins



Fonte: IBGE (2022).

Como o mapa da Figura 22 mostra trata-se de uma imagem de satélite da Ilha São Vicente e suas aproximações; não consta os limites do território delimitado pelo INCRA, mas a comunidade conseguiu obter toda a ilha como seu território, restando apenas as praias como domínio da união.

De acordo com atual presidente do SPU, Edy César Passos, em reunião no dia 25 de Julho de 2023 com representantes da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, Jorlando Ferreira Rocha que é o secretário e Silvaney Barros Presidenta da Associação, o presidente do Patrimônio da União Edy confirmou que a área da Ilha São Vicente é de 2.502,0437 ha (dois

mil quinhentos e dois hectares, quatro ares e trinta e sete centiares). A imagem foi registrada pela assessora de comunicação da COEQTO, Geíne Medrado, durante o encontro das lideranças da comunidade Ilha de São Vicente, COEQTO, APA-TO, MPF, INCRA, Defensoria.

Figura 23 - Reunião com representantes da Ilha, com SPU e INCRA para tratar da titulação do quilombo Ilha São Vicente



Fonte: COEQTO (2023).

No entanto, a comunidade foi informada que a área disponível para comunidade será um pouco menor que a área total da Ilha São Vicente, em função das praias, essas áreas ainda continuam sob o controle da união, podendo a comunidade solicitar os espaços para atividades caso tenha necessidade.

Durante a reunião que também contou com a participação do o atual presidente do INCRA, Edmundo Rodrigues Costa, na qual o mesmo informou para as lideranças da comunidade que tem interesse e presa em entregar o título para a comunidade quilombola Ilha de São Vicente. Estabeleceu na reunião que o prazo não passe de dezembro de 2023, disse ainda às lideranças presentes, que pretende montar uma força tarefa para fazer o levantamento social da Ilha, em seguida entrar com o processo de desintrusão.

No ano de 2022, foram contabilizadas pela Associação Comunitária de Quilombolas da Ilha São Vicente (ACREQUISVI) um total de 65 famílias quilombolas que vivem no município de Araguatins (TO). Porém, nem todas as famílias possuem uma parcela de terra, seja dentro ou fora do território, para implementar seus sistemas produtivos.

Nos últimos anos, além da disputa do território com um fazendeiro que busca retirar a comunidade do território, a Ilha de São Vicente tem sido alvo de pessoas não quilombolas, que estão construindo casas nas margens do rio, desmatando a mata ciliar e derrubando árvores centenárias (FIGURA 24). Esta situação levou a comunidade, juntamente com a COEQTO, a fazerem uma denúncia ao Ministério Público do Estado Tocantins, órgãos de fiscalização como NATURATINS (Instituto Natureza do Tocantins), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Boletim de Ocorrência na Polícia Civil.

A Figura 24 abaixo mostra o recorte do boletim de ocorrência registrado pela comunidade durante o período em que uma das árvores centenárias da comunidade foi derrubada.

Boletim de ocorrência registrado pela Associação da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente.

Figura 24 - Recorte do boletim de ocorrência sobre desmatamento no quilombo

Fls: 2  
Visto:

**POLÍCIA CIVIL**  
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
POLÍCIA CIVIL  
3ª CENTRAL DE ATENDIMENTO DA POLÍCIA CIVIL - ARAGUATINS

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA** Nº: 00013125/2023

Nacionalidade: Brasileira

Razão Social: ASSOCIACAO COMUNITARIA DE QUILOMBOLAS DA ILHA SAO VICENTE DE ARAGUATINS (VÍTIMA)

Fonte: Arquivo da Comunidade (2023).

O fato inclusive foi objeto de destaque em diversos meios de comunicação como o que foi noticiado pela CONAQ (2023) em seu site, uma das organizações que fazem a defesa da regularização dos territórios e direitos das comunidades quilombolas no Brasil.

Figura 25 - Quilombolas em frente árvore centenária que foi derrubada em 2023 por invasores



Fonte: Rocha (2012).

### 3 SISTEMAS PRODUTIVOS, AGROECOLÓGICOS E ORGANIZACIONAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE.

Como já foi dito, as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente desenvolvem sistemas produtivos em lotes separados, em uma parcela de terra menor que 1 hectare. É neste espaço que produzem em hortas, roças e quintais, criam galinha e porcos além de desenvolveram o extrativismo, entre outros. Apesar de não terem conhecimento teórico sobre os princípios e conceitos da agroecologia, colocam em prática ações relacionadas aos princípios agrônômicos, ecológicos, socioeconômicos. Poderia se dizer que eles estão dentro do que Soares (2020, p.37), aponta:

“ uma nova identidade econômica, em que um indivíduo que não quer agir sozinho nem define o seu comportamento pela constante procura de maximização dos seus próprios interesses materiais, associa o seu modo econômico de comportamento a um compromisso com uma comunidade, com repercussões na esfera pública, social, econômica e política”.

Por outro lado, nossa reflexão a dimensão produtiva da comunidade encontra sentido no que diz Rapozo (2018), quando afirma que o campesinato é uma categoria política, e está assentado nas lutas e resistências empreendidas por

homens e mulheres que têm o espaço rural como lugar de trabalho, morada e de vida. A historiografia do espaço agrário brasileiro mostra que os camponeses possuem grande capacidade de adaptação, de reinventar-se, de se organizar e articula-se entre si, sempre que necessário (Rapozo 2018, p. 199).

Para a comunidade a relação com o território e o ambiente em que vivem, dormem e acordam é fundamental para o fortalecimento de suas práticas. Para os quilombolas da Ilha de São Vicente, a gama de conhecimento que têm sobre o solo, as plantas, os animais, o rio Araguaia, o cuidado com as espécies vegetais animais, a forma como realizam o manejo dentro do território - utilizando todos os recursos possíveis vivos e não vivos - é de fundamental importância para dar continuidade às futuras gerações e seus modos de vida.

A título de exemplo, na Figura 26 apresentamos a criação de galinha caipira realizada por uma das famílias da comunidade. Deusivan Ferreira Rocha cria suas galinhas de forma semiconfinada, o que permite que ele desenvolva outras atividades, como os sistemas agroflorestais, que também podem ser observados no quintal onde são manejadas as galinhas.

Figura 26 - Exemplos de sistemas produtivos desenvolvidos na Comunidade da Ilha São Vicente



Fonte: Rocha (2022).

Neste contexto, o trabalho de agroecologia realizado pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente vai ao encontro do que é apontado por Altieri (2004 p. 23): “A produção sustentável em um agroecossistema deriva do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes”.

Para a comunidade, criar os animais para o sustento da família, poder produzir frutas, verduras, legumes, colher dentro do sistema de forma individual e coletiva, pescar o peixe no rio para alimentação sem ter que comprar peixes de criatórios convencionais, entrar no rio para banhar, ou até mesmo ficar dentro de uma rede observando a água do rio descer; observar a casa e o rio rodeado de árvores diversificadas, plantas medicinais, tudo isso faz parte dessa forma de viver presente na Ilha São Vicente e em outros aglomerados onde o princípio agroecológico orienta as relações socioeconômicas. Nesse sentido, como afirma Altieri (2004, p. 24) “quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais.”

Para a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, mesmo algumas famílias vivendo da cidade com empregos fixos ou temporários, existem diversas formas de manter suas práticas



5						x	x		x
6		x				x	x	x	x
7						x	x	x	x
8									
9									
10		x				x	x	x	x
11									x
12									
13									
14									
15									
16									
17	4	x	x	x	x	x	x	x	x
18	2		x			x		x	x
19									
20						x	x		x
21		Área que deveria ser a igreja							
22	3	x				x	x	x	x
23	1				x	x	x	x	x
24	4		x	x	x	x	x	x	x
25		x	x			x		x	x
26									
27	3	x				x		x	x
28	5	x	x	x	x	x	x	x	x
29									
30		Área da Associação							
31							x		x
32	5	x	x		x	x	x	x	x

33	1		x			x		x	x
34	5		x		x	x	x	x	x
Total		10	10	3	8	18	15	16	20

Fonte: Rocha (2023).

Algo bastante relevante levantado por Altieri (2004), sobre a importância das interações dos agroecossistemas, é percebido pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, que desenvolve os sistemas diversificados : “Embora os agroecossistemas tradicionais variem com as circunstâncias geográficas e históricas, muitas características estruturais e funcionais são compartilhadas pelos diferentes sistemas”. Além disso, a convivência de diferentes espécies no mesmo espaço impõe novas dinâmicas ao ambiente já que estes, “exploram toda uma gama de microambientes, mantêm os ciclos de materiais e resíduos, têm como suporte interdependências biológicas complexas, utilizam baixos níveis de insumos tecnológicos” (ALTIERI, 2004, p. 31).

Por fim, o manejo e produção realizado pela comunidade aqui estudada, possibilita que a produção gire tanto dentro da comunidade como nos comércios e feiras locais, onde os produtores podem adquirir mais produtos que contribuam com a diversidade nutricional e, também, mercantilizar o excedente da produção da comunidade, “revertendo deste modo, o valor gerado não só para si próprio, mas também para os outros, para o interesse geral e comum. Este modo diferente de operar leva-nos a questionar ou a redefinir e ampliar a noção de valor (Soares, 2020, p.37).

### 3.1 Roça de toco no Quilombo da Ilha de São Vicente

A prática da realização de roça na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, culturalmente faz parte das atividades prioritárias realizadas pelas famílias. O sistema produtivo de roça mais utilizado é o da “roça de toco”. Para que isso seja possível, eles fazem a derrubada do mato durante o período da seca e/ou verão amazônico. Quando inicia as chuvas, com o mato derrubado e seco, realiza-se a queima do material orgânico. Em seguida, os responsáveis pela unidade de produção, juntam os garranchos (galhos) que ficaram e vão *encoivarar* (juntar), para em seguida tornar a queimar. Após todo este processo, a área da roça de toco está pronta para o plantio.

As roças de toco implantadas na Ilha de São Vicente são semelhante as que são realizadas em outras comunidades quilombolas tocaninenses, como a desenvolvida pelo quilombo Kalunga do Mimoso, localizado no município de Arraias, sul do estado do Tocantins. Como descrito por Souza (2018, p.41).

O sistema de cultivo de corte e queima é praticado na comunidade quilombola Kalunga do Mimoso há mais de 250 anos. As práticas agrícolas herdadas permitiram ao longo dos anos a produção de alimento e a soberania alimentar das famílias que vivem na referida comunidade. Para desenvolver as práticas agrícolas de corte e queima, os agricultores utilizam florestas, água da chuva e solos férteis (SOUZA, 2018, p. 41).

Porém, esta não é a única maneira que a comunidade organiza a roça. Existem casos eventuais em que a prefeitura oferece alguns maquinários agrícolas, não só para os quilombolas, mas também para outras famílias que vivem dentro do território, bem como os grandes fazendeiros. Quando isso ocorre, o quilombo associa o uso do maquinário com o as técnicas da roça de toco. Certamente, “essa organicidade e capacidade de adaptação é possível graças à diversidade camponesa existente, não havendo assim um modelo ou perfil de camponês pré-existente. Há o camponês sitiante, camponês assentado, camponês quilombola, camponês morador de condição, entre outros” (Rapoza, 2018, p.199).

As roças dos quilombolas da Ilha São Vicente, na maioria das vezes, são bastante diversificadas e as pessoas procuram não utilizar nenhum tipo de herbicida e inseticida para eliminar o mato ou combater os insetos que atacam suas plantas.

Na Figura 27, realizada no lote do Fábio, podemos perceber algumas culturas que ficaram de um plantio consorciado, onde antes havia sido plantado milho como cultura principal, hoje podemos perceber apenas as culturas de ciclo mais longo como: coco da praia, banana, mandioca e algumas plantas de rama.

Figura 27 - Área de roça diversificada implantada pelo Fábio



Fonte: Santana (2023).

Mesmo as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente não conhecendo as estratégias apontadas por Altieri (2004) em seu trabalho, as famílias sabem que quando o plantio é realizado de forma diversificada uma espécie acaba contribuindo com a outra.

Assim, Altieri (2004) enfatiza que:

Uma estratégia importante para minimizar as perdas em caso de ataques de doenças e nematóides é o aumento de espécies e/ou de diversidade genética dos sistemas de cultivo, utilizando-se, simultaneamente, vários focos de resistência. A mistura de diferentes espécies de plantas ou variedades pode retardar o surto de doenças, reduzir a disseminação de esporos infectados e modificar as condições ambientais, tais como umidade, luminosidade, temperatura e deslocamento de ar, tornando-as menos favoráveis à difusão de certas doenças (ALTIERI, 2004, p. 33).

No entanto, isso não significa que não existe o uso destes produtos químicos dentro do território. Apesar da resistência das famílias a utilizar este tipo de produtos que prejudicam o meio ambiente, nem sempre elas conseguem evitar, principalmente quando o assunto é formiga saúva, uma vez que este é um dos principais desafios enfrentados pelas famílias que buscam ampliar o seu sistema de produção.

Altieri (2004) chama atenção para algo que as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente conseguem perceber bem, que é quando a cultura da mandioca está formada, como podemos perceber na (Figura 29 , exigindo menos ou nenhuma capina.

Em geral, o ponto a partir do qual as ervas adventícias começam a representar um problema depende dos tipos de culturas e da proporção das diferentes espécies cultivadas, sua densidade, onde são plantadas, fertilidade do solo e práticas de manejo (ALTIERI, 2004, p. 33).

Outro fator preponderante que faz com que algumas famílias recorrem a outros tipos de práticas não agroecológicas é que algumas famílias trabalham e vivem na cidade e vão para a comunidade nos feriados e finais de semanas. Assim, essas famílias procuram otimizar o seu tempo dentro da comunidade, utilizando este tipo de produtos, principalmente realizando a capina química. Porém, o número de famílias que fazem essa prática quando comparado com o número de famílias que realizam atividade produtiva é pequeno, sendo no máximo três famílias.

No quilombo da Ilha de São Vicente, anualmente, pelo menos dez famílias realizam a atividade de roça, sendo que na maioria das vezes os plantios são consorciados. Dentro desta realidade, é comum que o número de espécies plantadas na mesma área passe de cinco. A Figura 28 apresenta o plantio de feijão não consorciado com outras culturas. O plantio em questão, é realizado pelo quilombola Antonino, durante o período das chuvas.

Figura 28 - Plantio de feijão do Antonino da Silva Noronha



Fonte: Noronha (2023).

Os plantios ocorrem em uma área reduzida, se comparado ao território completo da ilha, como podemos perceber na Figura 28 referente ao plantio de feijão. Culturas como essas, na maioria das vezes, são apenas para o consumo em um curto período. Logo, para que ocorra a expansão da produção, as famílias quilombolas aguardam a retirada das pessoas invasoras do território, sejam eles ocupantes de pequenas e ou grandes áreas.

Os roçados são realizados anualmente, de forma diversificada, podendo ser encontrado na época de produção culturas como mandioca, abóbora, feijão, milho, pepino, quiabo,

gergelim, banana, tomate, melão, mamona, vinagreira, melão etc. Porém, por se tratar de uma área reduzida, menor de um hectare, a dinâmica para aumentar a área produtiva fica limitada.

Dentre as vinte famílias quilombolas que produzem dentro da comunidade, dez realizam roça de toco. E dessas, pelo menos nove realizam plantios com mais de três culturas, sendo que uma família tem como carro chefe a produção de mandioca sem consorciar com outras culturas. A figura 29, disposta abaixo, demonstra como fica o plantio de mandioca quando formado, não estando consorciado com outras culturas.

Figura 29 - Plantio de mandioca do Antonino da Silva Noronha



Fonte: Noronha (2023).

No decorrer do tempo, o número de pessoas que realizam roça diversificadas sofre pequenas oscilações, pois algumas famílias acabam desistindo do sistema de produção de roça de toco, devido aos desafios como falta de canoa, ataque de capivara, falta de recurso para se deslocar da cidade até a comunidade, uma vez que existem famílias que não residem na Ilha, além de tantos outros fatores limitadores que cerca quem vive como ribeirinho, quilombola, entre outros grupos tradicionais, que são pouco assistidos por políticas públicas.

Apesar dos desafios impostos e das adversidades, o ciclo não para e outras famílias vão dando continuidade aos sistemas de produção.

### **3.2 Criação de aves no quilombo da Ilha De São Vicente**

Na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, a prática de criação de galinha caipira e outras aves, como patos, por exemplo, é tão antiga quanto outros sistemas produtivos já citados. Assim, a atividade pode ser considerada como relacionada com o conhecimento que é transmitido através das diversas gerações de quilombolas. O trabalho realizado por Barbosa et al. (2007) reforça a temporalidade da existência das aves no Brasil.

Introduzida na época do descobrimento do Brasil, originária de quatro ramos genealógicos distintos, o americano, o mediterrâneo, o inglês e o asiático, a galinha caipira, não recebendo as práticas de manejo adequadas, adquiriu resistência a algumas doenças e se tornou adaptada ao clima local (BARBOSA et al., 2007, p. 12).

Na figura 30, temos um exemplo de um jovem casado, que vive com sua família na comunidade. O mesmo vem dando continuidade a prática de criação de galinha e outros sistemas produtivos, que antes era realizado por seus antepassados.

Figura 30 - Jovenilson apresentando galinha e mamão do seu sistema de produção



Fonte: Queiroz (2022).

A criação de galinha na comunidade é diferente de outras criações, como de porcos e o cuidado com a horta, uma vez que estas últimas sofrem com interrupções constantes ou desistência dos agricultores. A criação de aves, mesmo com as dificuldades de manejo por diferentes motivos, continua. As famílias que criam galinha caipira, bem como outras aves, dentro da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, procuram ofertar para as aves uma alimentação que envolve mandioca, farelo de coco babaçu, milho, folhas de bananeira encontradas dentro da própria comunidade, ou seja, não é só a liberação das aves para ir em

busca de alimento fora do cercado. Este contexto reduz consideravelmente a necessidade de compra de milho ou rações industrializadas.

Mesmo com pouco conhecimento técnico sobre os aspectos nutricionais das aves, a comunidade quilombola da Ilha de São Vicente leva em consideração as observações realizadas sobre o comportamento das aves, bem como o que é apontado por Barbosa et al. (2007):

Além dos grãos de milho moído e do farelo de soja, que são os mais largamente utilizados em dietas de frangos, pintos e galinhas, outras opções de alimentos podem ser utilizadas desde que tenham composição química adequada e sejam isentos de substâncias antinutricionais que dificultem a digestibilidade e a absorção de nutrientes (BARBOSA et al., 2007, p. 23).

Após conseguirem alcançar tamanho e peso adequados, as aves contribuem não só com alimentação das famílias, como também em alguns momentos ajudam na renda. A Figura 31, disposta a seguir, mostra uma das famílias apresentando sua criação de aves, dentro do cercado de tela.

Figura 31 - Manejo da criação de aves semiconfinada realizada por Domingos Willian



Fonte: Rocha (2022).

A criação das aves é culturalmente uma atividade bastante realizada pelas mulheres e crianças quilombolas, por ser próxima a casa e permitir a realização de outras atividades como regar plantas além das atividades domésticas.

Na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, atualmente esta atividade de criação de galinhas é bastante dividida. Dentre as dez famílias que trabalham com a criação de galinha,

em quatro a atividade é realizada exclusivamente por homens, uma exclusivamente por mulher e cinco famílias os trabalhos são divididos entre o casal.

O plantel das criações de galinhas, na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, apesar das prioridades pelas galinhas caipira, hoje dentre as dez famílias do quilombo que trabalham com a criação de galinha, existem, pelo menos, cinco raças diferentes sendo trabalhadas pelas famílias: caipira, índio, índio gigante, caipirão, garnisé Nagasaki, podendo além dessas ser encontradas outras raças que para as famílias são classificadas apenas como caipira como é o caso da galinha pescoço pelado.

Outro, aspecto relevante observado na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, quando tratamos das aves é que das famílias que trabalham com aves, pelo menos quatro trabalham com outras aves que não a galinha como é o caso dos patos – pelo menos três famílias trabalham com a criação de patos, além de uma outra que trabalha com a criação de codorna. Porém, o número dessas aves é bem menor quando comparamos com as galinhas que são suas prioridades.

No caso do manejo das aves na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, apesar de ser bastante semelhante, existem algumas particularidades no caso da criação de galinha caipira ou caipirão. Pelo menos sete famílias possuem uma estrutura cercada com tela para colocar as galinhas e realizar o manejo. Pelo menos duas famílias possuem o galinheiro com uma única divisão dentro do cercado, outras possuem o galinheiro com mais de uma divisão.

As divisões dentro dos galinheiros facilitam o manejo, permite a separação das aves grandes e dos pintinhos pequenos. Mesmo as famílias que possuem cercados com divisões, algumas vezes durante a semana as famílias deixam as galinhas que estão semiconfinadas saírem em busca de outros alimentos, garantindo assim o sabor da carne das aves e reduzindo a quantidade de alimento ofertado durante a semana.

A criação das aves no quilombo da Ilha São Vicente, nem sempre é semi-confinada. Pelo menos três famílias fazem o manejo solto dentro de sua parcela de lote, por não possuir estrutura ou por já ter feito o cercado e ter acabado.

Outra particularidade que chama atenção é a criação de galo índio ou galo de briga, atividade que é realizada por apenas uma família dentro da comunidade, a mesma família que desenvolve a criação de codorna. Os galos índios são colocados em gaiolas separadas para evitar que eles briguem entre si. Algumas vezes eles são liberados das gaiolas para se exercitar pelo sítio, já as codornas são mantidas em cercados ou gaiolas de telas para evitar que fujam até que chegue seu período de abate.

A Figura 32 apresenta uma atividade pouco desenvolvida pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, e que estão começando a experimentar, que é a criação de codorna.

Figura 32 - Criação de codornas da família do Jovenilson Barnabé Noronha



Fonte: Rocha (2022).

A forma de reprodução das aves é a tradicional, onde as galinhas passam um tempo deitadas sobre os ovos à espera dos pintinhos nascerem. Porém, dentro da comunidade existe uma chocadeira e outros equipamentos como bebedouro e comedouro, que foram doados para algumas famílias pelo projeto do Ministério Público do Trabalho (MPT), elaborado pela APATO é COEQTO. No entanto, a queda de energia constante na comunidade e a pouca experiência das famílias com a tecnologia, deixou algumas pessoas com receio de utilizar o equipamento.

Alguns integrantes do grupo de produção já tentaram utilizar a chocadeira algumas vezes, porém houve muita perda de ovos na chegada do equipamento, e as famílias ficaram com medo dos prejuízos continuarem. No entanto, mesmo com alguns prejuízos devido a queda de energia e a pouca experiência, uma das famílias sempre tem utilizado a chocadeira para aumentar o seu plantel, inclusive reproduzir as codornas que demandam uma garnizé no processo de reprodução.

### **3.3 Criação de porcos no Quilombo Da Ilha De São Vicente**

A criação de porcos caipira ou suínos, realizado pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, atividade praticada há bastante tempo pelas famílias que vivem dentro do território, as raças trabalhadas por eles são semelhante as criadas por seus

antepassados, raças consideradas pelas famílias como rústicas, que não adoece com muita frequência, e é bastante resistente às condições ambientais.

Na entrevista cedida pelo Sr. Salvador e publicada por Almeida et al. (2014) é destacado que:

Os porcos foi o meu pai que criava naquela época... aí quando ele morreu ficou essa criação de porco aqui, bravo ainda hoje em dia existe essa criação de porco brabo, vão matando mais as porcas vão parindo é o porco piau,...piauí preto... tem outro tipo também, pois é tem porco branco também, que dá raça de porco pinta, tem de todo jeito. Mais essa criação de porco ainda é do tempo do veio meu pai, pois existe aí as porcas que vão parindo e aumentando (p. 5).

A criação de porcos dentro da comunidade está bastante reduzida na atualidade, principalmente por conta da redução do seu território. Em outros tempos, após abolição da escravidão, a produção de porcos era grande, especialmente porque a comunidade não tinha essa limitação com vizinhos e invasores nas proximidades. As famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, além de não se preocupar com a falta de alimentação devido a abundância de plantas frutíferas nas matas, os porcos não viviam o tempo todo dentro de cercados confinados: todos eram soltos pela Ilha.

A Figura 33 apresenta uma das estruturas utilizadas pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, que tem estimulado o aumento de suas criações de porcos.

Figura 33 - Criação de porcos no quilombo Ilha São Vicente



Fonte: Rocha (2022).

Na atualidade, a criação de porcos da comunidade quilombola Ilha de São Vicente não só diminuiu por conta da redução do seu território, como também é uma atividade bastante

desafiadora para as famílias. A redução do território impacta não só a criação de porcos que têm uma alta demanda por alimento, mas também os outros sistemas produtivos como roça, sítio, horta, extrativismo do babaçu.

Hoje a criação de porcos dentro da comunidade quilombola Ilha de São Vicente é uma atividade realizada, como todas as outras, como forma de melhorar alimentação e complementar a renda. Portanto, são poucas as famílias que conseguem desenvolver atividade de criação de porcos presos (confinados). A atividade é desenvolvida por apenas três e no máximo quatro famílias dentro da comunidade. Assim, o quantitativo tem diminuído não só no número de famílias que desenvolvem atividade, como também na quantidade de porcos por famílias. Algumas famílias entre os anos de 2018 e 2020 já chegaram a produzir entre 25-35 porcos entre adultos e filhotes, já outras famílias preferem manter apenas a quantidade suficiente para o consumo que muitas vezes não passam de 4-5 entre adultos e filhotes.

Uma coisa em comum entre as famílias que realizam a criação de porcos é que na maioria das vezes a atividade é manejada tanto pelos homens quanto pelas mulheres e os filhos.

Os porcos da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, na atualidade, são manejados de forma confinada. Os cercados são construídos de várias maneiras, entre eles estão casas feitas de tijolos, casas cercadas de tábuas, cercados de tela, cercado de arame farpado, assim como a diversidade de cercado é também a diversidade de tamanho dos cercados, podendo ser de 1,5 x2,5 até 10m x10m, 20m x30m E assim por diante.

Outra mudança que ocorreu na atualidade foi na alimentação das criações. No passado como os porcos eram manejados soltos dentro do território, as criações iam em busca de parte de sua alimentação na beira das lagoas, rio, mata e as famílias apenas faziam uma pequena complementação da alimentação com aquilo que era produzido na roça e nas casas de farinha. Na atualidade não só aumentou a quantidade de alimento que as famílias têm que ofertar para as criações de porcos, criadas de forma totalmente confinadas, como também houve uma redução do tamanho da área de roça realizada pelas famílias, isso principalmente devido a redução do território e chegada de novas famílias nas proximidades, como também a diminuição da mão de obra familiar nas atividades da roça.

### **3.4 Produção De Hortaliça No Quilombo Da Ilha De São Vicente**

A produção de hortaliças como alimento para garantia da segurança alimentar das famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, historicamente, foi parte da

alimentação dos quilombolas, assim como outras diversas culturas produzidas nas roças de toco, como milho, fava e feijão.

A produção de hortaliça na comunidade quilombola Ilha de São Vicente está bastante voltada para o consumo familiar. Assim, o tipo de cultura a ser plantada é modelo adotado depende basicamente do interesse de cada grupo familiar, além da disponibilidade de tempo é recurso disponível.

O conhecimento e a relação das famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente com a agroecologia não pode ser estudado de forma separada, pois vai ao encontro do que é reafirmado por Altieri (2004):

Os camponeses que trabalham com sistemas de produção tradicionais têm conhecimento e compreensão sofisticados sobre a biodiversidade agrícola que manuseiam. É por essa razão que os agroecologistas opõem-se àquelas abordagens que separam o estudo da biodiversidade agrícola do estudo das culturas que as alimenta (ALTIERI, 2004, p. 34).

No entanto, apesar da comunidade viver a séculos à beira do rio Araguaia, as famílias sempre optaram por produzir a maioria dos seus alimentos durante o período do inverno, época em que não se tem muito gasto de energia elétrica - apenas energia física para manter os alimentos a frente do mato, diminuído ao máximo possível a competição.

A Figura 34 mostra Dona Beatriz, uma das famílias da Ilha São Vicente, dentro de sua horta irrigada e diversificada, mostrando a sua produção de berinjela.

Figura 34 - Produção de hortaliça da Beatriz e dona Raimunda



Fonte: Rocha (2022).

A produção de berinjela e outras hortaliças dentro da comunidade Quilombola Ilha de São Vicente mostra que as famílias sempre tiveram uma alimentação bastante diversificada tanto de produtos de origem animal, como peixes, porcos, carne de gado, caças, quanto vegetal. Porém, as hortaliças eram produzidas apenas nas roças durante o inverno. Neste período, as famílias produziam melancia, maxixe, pepino, quiabo, abóbora, jerimum etc.

Como foi dito, atualmente, inúmeras mudanças ocorreram na Ilha de São Vicente, que impactaram a produção de alimentos e levaram ao aumento da busca por diversas outras fontes de renda e de alimentação, seja dentro ou fora da comunidade. Essas mudanças, além do conflito territorial já descrito, tem a ver com as alterações estão relacionadas com às mudanças climáticas, que impactam diretamente a produção de inverno (no período de chuvas, uma vez que tem alterado o ritmo, a intensidade e o período das precipitações além da chegada de políticas públicas como a instalação de energia elétrica na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, a maior oferta de equipamentos motorizados, a redução da mão de obra familiar e a redução do número de pessoas que vivem na comunidade.

Neste contexto, a produção de hortaliças irrigadas tem se tornado cada vez mais comum entre as famílias da comunidade. Na figura 35 podemos perceber o plantio de pimenta irrigada realizado por Antonino da Silva Noronha, morador da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

Figura 35 - Plantio de pimenta do Antonino



Fonte: Noronha (2023).

No entanto, o número de famílias que realizam essa atividade ainda é pequeno quando comparado com outras atividades, como sítio, pesca e extrativismo do babaçu. A quantidade de pessoas que desenvolve atividades na horta, dificilmente passam de dez e se levarmos em consideração as pessoas que fazem a comercialização de hortaliça, o número de pessoas ainda é menor. Na maioria das vezes, as famílias que vivem na comunidade produzem hortaliças para seu consumo diário.

A figura 36 é uma imagem típica de diversificação encontrada nos sítios quilombolas da Ilha de São Vicente, presenciada no lote do Fábio, onde em uma mesma área você pode encontrar banana, pimenta e outras culturas que muitas vezes também são plantadas na roça, como no caso da mandioca.

Figura 36 - Plantio de pimenta e outras culturas do Fábio Barros



Fonte: Santana (2023).

### 3.5 Quintais diversificados da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

Os quintais agroflorestais ou sítios diversificados são diferentes de outros sistemas de produção, que dificilmente conseguem se manter caso a família passe muito tempo fora do território, como é o caso da criação de porcos e das aves.

Os sistemas agroflorestais com culturas que estejam em situação favorável no ambiente, mesmo sem a presença constante das famílias, conseguem se manter vivas e se reproduzir. Assim essas observações constatadas pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente vai ao encontro do que é trazido no trabalho realizado por Altieri (2004, p. 24) quando o autor afirma que “o agroecossistema é produtivo e saudável quando essas condições de crescimento ricas e equilibradas prevalecem, e quando as plantas permanecem resilientes de modo a tolerar estresses e adversidades.”

Este aspecto favorece a implantação de sistemas agroflorestais na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, mesmo naqueles lotes em que as famílias não conseguiram se manter ou viver nele. Assim aquilo que é observado na comunidade quilombola Ilha de São Vicente é reafirmado por Altieri (2004):

Cultivos mistos garantem constante produção de alimentos e cobertura vegetal para proteção do solo, assegurando uma oferta regular e variada e, em conseqüência, uma dieta alimentar nutritiva e diversificada. A extensão do período de colheita reduz a necessidade de armazenamento, prática quase sempre arriscada em climas úmidos,

mantendo também as relações bióticas (complexos predador/ presa, bactérias fixadoras de nitrogênio) que podem beneficiar o agricultor (ALTIERI, 2004, p. 37).

Neste sentido, assim como as demais atividades desenvolvidas dentro do território, os quintais agroflorestais também são implantados gradativamente e de forma diversificada.

Nesta imagem abaixo, podemos perceber a diversidade de culturas implantado por uma das famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente. Fábio Barros Santa, mesmo ainda não conseguindo permanecer todos os dias na comunidade, possui quintal diversificado.

Figura 37 - Quintal diversificado do quilombola Fábio Barros Santana



Fonte: Santana (2023).

Os quintais agroflorestais são construídos e manejados tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Porém dentre os dezoito lotes que tem a presença dos sistemas agroflorestais nem todos possuem a mão de obra do casal, pois algumas famílias possuem apenas a mão de obra da mulher e dos filhos, outros apenas a mão de obra do pai, sendo pelo menos dez lotes que possui a mão de obra do casal. Isso implica não só na ampliação e diversificação dos sistemas agroflorestais, como também em todas as atividades que necessitam ser realizadas dentro dos sistemas como estoque de sementes, produção de mudas, plantio, poda, capina, manejo, colheita, irrigação etc.

A produção dos sistemas agroflorestais, apesar de diversificada com culturas como laranja, cacau, cupuaçu, acerola, manga, murici etc. São sistemas pequenos e ocupam na maioria das vezes uma área menor 0,3 hectares. Logo, sua produção é na maioria das vezes para o consumo familiar é culturalmente, algumas vezes parte dessa produção não só do sítio como

também da roça é outros sistemas de produção são doados para amigos e familiares que visitam a comunidade.

### **3.6 Atividade pesqueira da comunidade quilombola Ilha de São Vicente**

A atividade de pesca é, na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, diferente de outras atividades produtivas que são realizadas na maioria das vezes por adultos e crianças como forma de trabalho e sobrevivência. A pesca realizada pelas famílias da Ilha São Vicente, vai além de apenas trabalho e sobrevivência, para muitos que vivem dentro e fora da comunidade, principalmente para as crianças, pescar é uma forma de diversão, para os adultos é uma maneira de relaxar das preocupações é atividades realizadas durante a semana.

Assim como outras atividades produtivas como a criação de galinha, porcos e sítios, além de ser desenvolvida para complementar a alimentação das famílias e aumentar a renda, nem todas as famílias que fazem parte da comunidade praticam a pesca de forma profissional. No entanto, pelo menos quinze famílias que vivem dentro e fora da comunidade praticam com mais frequência esta atividade, podendo dobrar o número de famílias e pessoas se contabilizarmos as famílias que pescam com menos frequência.

A Figura 38 mostra uma das famílias pescando no rio Araguaia, que é uma das maneiras utilizadas por elas para garantir a soberania e a segurança alimentar, o lazer é também mostra uma das embarcações utilizadas pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente para pesca.

Figura 38 - Atividade de pesca no quilombo, Jorgelene e Romário



Fonte: Rocha (2023).

Mesmo a atividade da pesca não sendo na atualidade uma questão de sobrevivência para as famílias que vivem na cidade, uma vez que estas pessoas possuem tem outras profissões, elas costumam ir para comunidade para descansar nos finais de semana e praticar esta atividade.

Dentre as quinze famílias que realizam com mais frequência a atividade da pesca, podem ser contabilizadas mais de oito famílias que desenvolvem atividade de forma profissional e que inclusive fazem parte da colônia dos pescadores.

A piracema é um período em que os peixes passam a se reproduzir e os pescadores profissionais da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, bem como outros profissionais ligados à colônia de pescadores, deixam de realizar esta atividade e passam a receber um auxílio ou seguro para complementar a sua renda devido a pesca ficar proibida.

A pesca, ao contrário do extrativismo do babaçu que era mais realizado pelas mulheres, é uma atividade bastante realizada pelos homens da comunidade quilombola Ilha de São Vicente. Apesar de ser realizada com maior frequência pelos homens, as mulheres, tanto quanto os homens, participam da atividade pesqueira, além de algumas também estarem filiadas à colônia de pescadores.

Apesar de ser tratado como uma profissão, muitas famílias que estão ligadas a colônia de pescadores desenvolvem outras profissões, como por exemplo pedreiro, lavadeira, carpinteiro e diarista. Além dessas, em suas áreas estas famílias organizam outras pequenas

criações e plantações como por exemplo horta, roça e sítio com o propósito de garantir a renda e a segurança alimentar da família.

### 3.7 Extrativismo do babaçu na comunidade Quilombola Ilha de São Vicente

A comunidade Quilombola Ilha de São Vicente apesar dos poucos estudos sobre sua vegetação faz parte de uma região de transição bastante rica em diversidade vegetal. Na Ilha podem ser encontradas espécies que estão presentes, tanto no Cerrado quanto na Amazônia. A região do bico do papagaio, onde está a Ilha, tem uma forte predominância da palmeira de babaçu.

O extrativismo do babaçu é uma atividade bastante realizada pela comunidade quilombola Ilha de São Vicente, pois a planta de palmeira babaçu se encontra presente, tanto na região do Pará, onde parte das famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente viviam, quanto em boa parte da Ilha de São Vicente, com exceção nas áreas baixas ou muito alagada. Portanto, o extrativismo do babaçu realizado pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente está claramente comungando com os princípios agroecológico e o manejo integrado destacado por Leff:

Os princípios da Agroecologia e o manejo integrado de recursos suscitam a possibilidade de construir uma economia mais equilibrada, justa e produtiva, fundada na diversidade biológica da natureza e na riqueza cultural dos povos da América Latina (2001, p. 10).

Nas áreas mais baixas ou alagadas existem a prevalência de outras palmeiras bastante abundante, sendo uma delas a palmeira de najá, com grande importância para os animais que se alimentam dos frutos.

A palmeira de babaçu apesar de não estar presente em toda Ilha por conta das áreas alagadas, se encontra em regiões onde a maioria das famílias fazem suas casas, ou seja, nas áreas mais altas ou torrões. O fato da planta está próximo às casas facilita bastante o uso da palmeira, que por sinal são diversos.

O número de famílias que fazem uso da palmeira de babaçu na comunidade quilombola Ilha de São Vicente vai além das dezesseis famílias que foram apontadas na tabela dos sistemas produtivos, tendo em vista que levamos em consideração apenas aquelas famílias que estão envolvidas diretamente dentro da comunidade. No entanto, iremos nos ater neste momento apenas as famílias que trabalham ou realizam alguma atividade mais direta dentro da

comunidade com a palmeira babaçu que são as dezesseis famílias que fazem algum tipo de aproveitamento da planta de babaçu, seja da palha para realizar cobertura de casa ou do barraco, para fazer carvão, paú, além de extrair o leite do coco babaçu, o azeite, ou até mesmo produzir algum utensílio ou artesanatos como cofo, abano, proporcionando às famílias algum tipo de renda. Como bem enfatiza Leff:

Entretanto, para gerar este novo potencial, é necessário legitimar os direitos e fortalecer politicamente as comunidades, dotando-as, ao mesmo tempo, de uma maior capacidade técnica, administrativa e financeira, para a autogestão de seus recursos produtivos (2001, p.11).

Na figura 39 podemos perceber habilidade de um dos patriarcas da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, Pedro Barros Sobrinho, ao traçar um cofo, arte que no passado era bastante realizada pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente. Hoje são poucas as pessoas da comunidade que sabem fazer esta obra-de-arte e material de trabalho que antes era bastante utilizado pelas famílias da comunidade durante o processo de colheita da roça. Nele as famílias carregavam arroz, milho, fava, feijão, inhame etc. Na atualidade nem todas as famílias sabem fazer o traçado com a palha do babaçu para fazer o cofo e nem todas as famílias os utilizam durante a colheita dos seus produtos, na maioria das vezes utilizam outros tipos de material industrializados como saco de fibra.

A Figura 39 retrata a arte com a palha de babaçu realizada pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

Figura 39 - cofo, arte feita na palha do babaçu por seu Pedro



Fonte: Barros 2020.

Como podemos destacar no trabalho realizado por Leff (2002):

Abrem-se aqui diversas possibilidades que vão desde o manejo de reservas extrativistas e da floresta natural, até o desenvolvimento de práticas de manejo agro-silvoecológicas para o aproveitamento múltiplo da floresta tropical, a regeneração seletiva de seus recursos naturais e o manejo de cultivos diversificados (LEFF, 2002, p. 11).

Outra atividade que era bastante realizada pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente era a quebra do coco babaçu como podemos perceber na figura abaixo que mostra a senhora Beatriz a realizando . Para realização desta atividade as pessoas precisam ter bastante habilidade na utilização do machado e do “cacete” que é o pedaço de madeira utilizado para quebra do coco babaçu, pois o mesmo possui uma estrutura de grande resistência, o que dificulta é muito a extração da amêndoa.

Figura 40 - Quebra do coco babaçu no quilombo Beatriz



Fonte: Almeida; Marin; Gonçalves, (2014).

Apesar da prática de quebra do coco e extração do leite e azeite do coco babaçu ainda existir, essas atividades são realizadas por algumas famílias que vivem na comunidade. No passado, a atividade era realizada por praticamente todas as mulheres da comunidade. Hoje, o número de mulheres dentro da comunidade que sabem fazer esta atividade extrativista de quebra do babaçu e extração do azeite está bastante reduzida, sendo no máximo umas cinco mulheres.

No passado, alguns homens também realizavam e sabiam desenvolver esta atividade, pois assim como as outras atividades produtivas relacionadas acima, o extrativismo servia para complementar a renda das famílias. Porém hoje a quantidade de homens que sabem e se propõe

a fazer a quebra do coco babaçu, além da extração do azeite dentro da comunidade, talvez chegue ao máximo um ou dois. Algumas vezes os homens quebram o coco apenas para tirar o leite para servir como tempero para uma caça ou peixe. Já outras atividades como tirar palha para cobertura de casa, pegar paú, fazer carvão são bastante realizadas pelos homens da comunidade.

A Figura 41 apresenta o trabalho de mutirão realizado durante a cobertura do barracão da associação, prática realizada até os dias atuais dentro da comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

Figura 41 - Mutirão para cobertura do barracão da associação com palha do babaçu



Fonte: Rocha 2015.

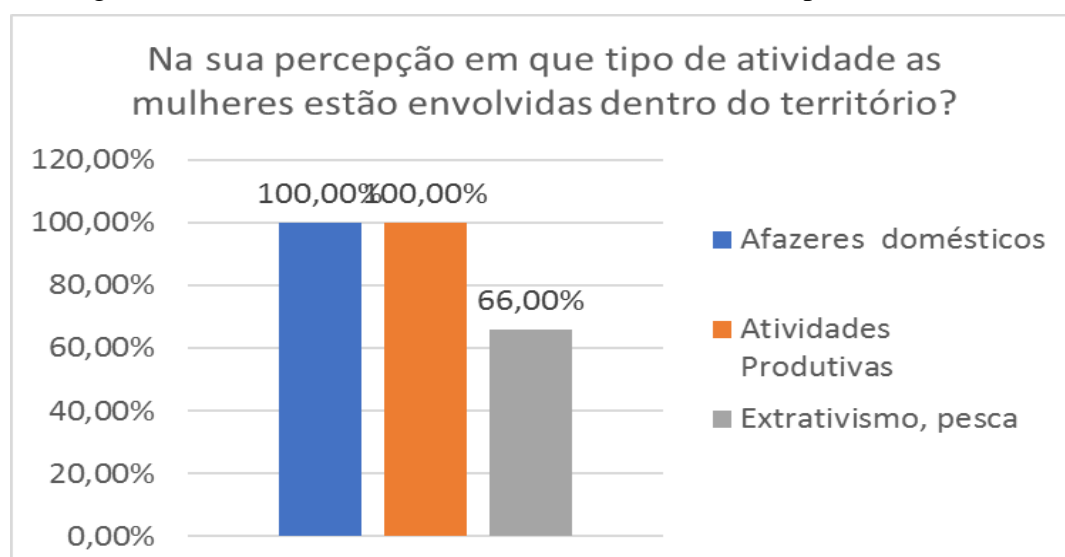
#### 4 GÊNERO, ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO DO TRABALHO DAS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DE SÃO VICENTE

Apesar de estarmos acostumados com uma organização familiar conjugal em que em uma casa existe a presença do homem e da mulher como mostra o diagrama realizado por Lopes (2014), no quilombo da Ilha de São Vicente, as famílias não se organizam somente desta forma. As diversas organizações familiares proporcionam às famílias uma série de dinâmicas de trabalho que vai de acordo com o arranjo familiar.

A movimentação e envolvimento as mulheres da comunidade quilombola Ilha de São Vicente é bastante dinâmica e vai muito além do trabalho doméstico. Os dados observados em campo e registrados nos seis questionários aplicados diretamente para as mulheres da comunidade, comprovam este fato.

No questionário, uma pergunta ajudou no entendimento desta questão, que foi: Na sua percepção, em que tipo de atividade as mulheres estão envolvidas dentro do território? Como resposta, elas informaram que 100% das entrevistadas realizam afazeres domésticos e trabalham na produção de alimentos, além de 66% também atuarem no extrativismo e na pesca. Ou seja, todas estão envolvidas, tanto nos trabalhos realizados dentro de casa, como lavar a louça, cozinhar e limpar a casa por exemplo, quanto nos trabalhos na roça, voltados para a produção de alimentos, executando o manejo das galinhas, porcos, bem como de toda a roça, sítio e a comercialização do excedente da família e das pequenas criações, como demonstra a Figura 42. Todas estas questões foram confirmadas nas observações realizadas pelas mulheres que vivem dentro do território.

Figura 42 - Atividades desenvolvidas dentro do território pelas mulheres



Fonte: Rocha (2022).

As mulheres da comunidade quilombola Ilha de São Vicente sempre estiveram à frente dos trabalhos da produção de alimentos e doméstico, porém pouco estavam liderando questões relacionado com a comercialização de alguns produtos e subprodutos da roça, como a farinha e a venda de animais (vaca e porcos, por exemplo), que eram realizadas pelos homens. Neste contexto, muitas mudanças aconteceram nos últimos anos, tanto no aspecto produtivo, quanto na comercialização e gestão financeira do recurso da família. Hoje as mulheres têm mais autonomia nos sistemas produtivos e realização dos negócios financeiros, que antes eram realizados pelos homens.

Esta realidade demonstra que as mulheres quilombolas têm realizados questionamentos, reflexões e atuações como as levantadas por Frederici (2019a). Essa autora afirma que é importante “questionar como o trabalho reprodutivo tem sido entendido na economia global e como as mudanças pelas quais ele passou remodelaram a divisão sexual do trabalho e as relações entre mulheres e homens” (FREDERICI, 2019a, p. 222).

O desenvolvimento sustentável envolve a incorporação de uma perspectiva relacional, situacional e social na construção de papéis de homens e mulheres, além de propor uma inserção mais efetiva das pessoas. Portanto, mulheres e homens da comunidade quilombola Ilha de São Vicente contribuem para o desenvolvimento sustentável, baseado na relação entre homens e mulheres que possuem a responsabilidade em comum, tratado nas pessoas do quilombo como “companheirismo”, referindo-se a condição fundamental para garantir a segurança alimentar da família e a melhoria social das pessoas que vivem na comunidade, como bem enfatiza Barbosa (2004):

Quando o desenvolvimento sustentável considera as questões de gênero, o patamar de análise ou de exigência das reflexões também muda. Não se fala somente de mulheres, mas de relações sociais. O ponto de referência não é somente a mulher, mas o papel que têm as mulheres e os homens em cada atividade. Impõe a incorporação da dimensão relacional, situacional e social na construção de mulheres e homens, para apontar as diferenças e as semelhanças, bem como fazer propostas concretas sobre o modo como incorporar de maneira mais efetiva as mulheres no desenvolvimento sustentável (BARBOSA, 2004, p. 27).

Logo, o retorno das famílias ao território viabilizou a inserção das mulheres em algumas atividades que antes eram realizadas predominantemente pelos homens como pilotar barcos, fazer a comercialização de alguns produtos e gerir seu próprio recurso financeiro. Isso pode estar relacionado com as mudanças no papel das diferentes gerações de mulheres no quilombo.

Pode ocorrer aparecimento de novos conflitos no coletivo à medida que os questionamentos sobre a divisão de trabalho vão surgindo principalmente quando se trata da gestão financeira, venda de criações como porcos ou outros animais que é manejado por toda família. À medida em que certo tipo de relações de trabalho vai se desfazendo e outras forma

de trabalho vão surgindo para os homens como pilotar barcos escolar, transportar pessoas em temporada de praia e os homens vão deixando de fazer a gestão de alguma estrutura, deixando de criar algo que antes era tido como uma atividade ou função de viés masculino dentro da família ou da comunidade, alguns conflitos podem surgir dentro das famílias, justamente pelo fato da mulher assumir outras frentes de trabalho como a comercialização e produção que antes era realizada exclusivamente pelo homem, fazendo-se necessário em alguns casos o diálogo entre o casal para que cheguem ao consenso da necessidade de se desfazer de determinado produto ou criação para atender outras necessidades da família.

Em um exemplo deste novo contexto de organização do quilombo alguns acordos foram firmados, como o fato de um casal ficar responsável pela gestão dos equipamentos da associação. Dentro deste acordo, o homem se responsabilizou pela manutenção das máquinas, já a mulher, ficou responsável pelo controle do recurso arrecadado para manutenção dos equipamentos. Esta negociação foi firmada entre as famílias da associação da comunidade, com a participação da instituição gestora do projeto APA-TO afim de aumentar o tempo de vida dos equipamentos, além de capacitar as pessoas do quilombo sobre a gestão do patrimônio da associação. A proposta do estabelecimento de acordos, como estes, ocorre com instituições e pessoas, de maneira que possa aumentar a autonomia dos trabalhadores rurais nas suas organizações e no seu espaço produtivo.

A jornada de trabalho das mulheres que vivem na comunidade quilombola Ilha de São Vicente está dividida entre atividades agrícolas, de sítio, de criação de pequenos animais, de afazeres domésticos e extrativismo do Babaçu. Dentre as atividades agrícolas estão a horta voltada para a produção de verduras como jiló, alface, couve e coentro. Já os afazeres do sítio envolvem a produção de frutas diversificadas, como laranja, manga, acerola e caju. Na criação de pequenos animais estão as galinhas e porcos. Em conjunto com tudo isso, existem também os trabalhos domésticos, que envolvem lavar roupa, limpar casa, fazer comida, cuidar das crianças etc. Apesar de todas desenvolverem diversas atividades, nem todas estão envolvidas na mesma jornada de trabalho.

Problemas de saúde, dor de cabeça, câncer de mama são fatores que fazem com que algumas das mulheres que vivem na comunidade tenham sua jornada de trabalho reduzida. Algumas podem realizar atividades apenas em horários em que o sol não esteja tão quente, aquelas que fazem acompanhamento médico, outras podem realizar apenas atividades que não lhe demanda muito esforço físico, como aquelas que tem impedimento médico ou limitações físicas, se atendo principalmente no cuidado com os filhos e outros afazeres domésticos.

Durante as entrevistas foram identificadas pelo menos duas mulheres, das seis entrevistadas, que possuem limitações por conta de seu estado de saúde.

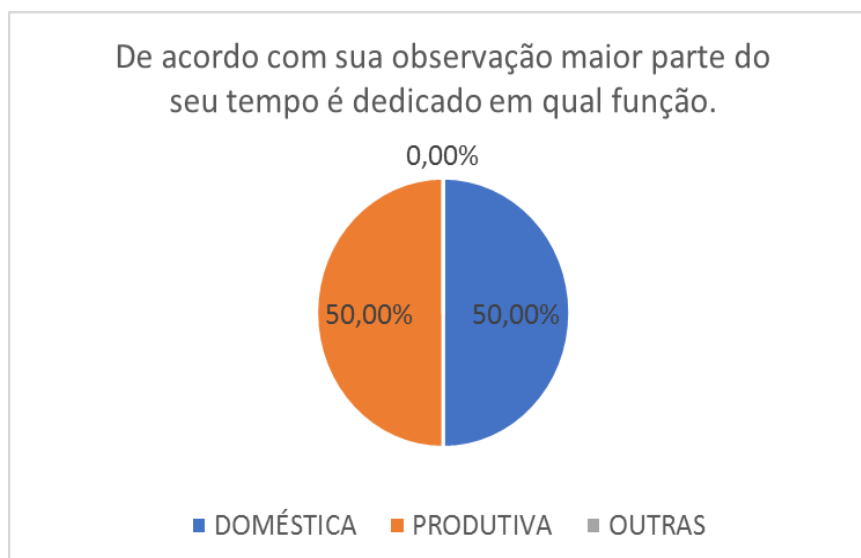
Ao fazer o levantamento para compreender como ocorre a jornada de trabalho das mulheres da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, foi contabilizado o tempo médio de dedicação às atividades. Sendo que, juntando as atividades de produção de alimentos com as atividades domésticas, as mulheres dedicam ao trabalho 8,4 horas de seu dia, uma vez que em média dividem igualmente o horário para cada um dos tipos de afazeres.

Porém, das seis entrevistadas, pelo menos quatro mulheres dedicam mais de seis horas de trabalho voltado para as atividades domésticas e outras duas dedicam mais de seis horas para as práticas de roça e sítio.

Para elas, o trabalho agrícola e doméstico é proporcional, porém as atividades vão mudando de acordo com os horários e necessidades, algumas demandas são mais ligadas às atividades agrícolas e outras são mais ligadas às atividades de casa. Quatro mulheres durante a manhã ficam mais tempo cuidando da casa. Já na parte da tarde vão realizar as atividades agrícolas, outras duas na parte da manhã ficam mais tempo nas atividades agrícolas e tiram um tempinho na parte da manhã e da tarde para realização das atividades domésticas.

Todo este arranjo é relativo pois depende muito da organização familiar, que por sinal é bastante diversificada dentro do território. A jornada de trabalho realizada pelas mulheres é correspondente nas atividades agrícolas e domésticas. Para entender melhor este contexto, inserimos no questionário aplicado uma pergunta para ajudar a entender esta realidade. A pergunta realizada foi: “De acordo com sua observação, a maior parte do seu tempo é dedicado à qual função?” (Figura 43). Elas responderam que dividem ao meio o tempo dedicado para ambas as atividades.

Figura 43 - Tempo dedicado às funções dentro e fora do território



Fonte: Rocha (2022).

No gráfico acima é possível perceber que a jornada de trabalho das mulheres da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, mesmo existindo as particularidades das que são acometidas por alguma enfermidade, na percepção delas, o tempo dedicado às atividades agrícolas e domésticas é proporcional.

Para as mulheres quilombolas da Ilha São Vicente, o bem-estar físico e mental nem sempre está relacionado com um único fator, por isso perguntar para as mulheres quilombolas que vivem na comunidade é diferente de perguntar para as mulheres da cidade. Neste sentido perguntamos: Dentro do território existe alguma atividade que você considera que proporciona o bem-estar? 100% das mulheres afirmam que sim e ainda apresentam detalhes. Praticamente todas entrevistadas relataram que se sentem bem por ser possível ter a convivência com a natureza, fazer plantio e manejo dos sistemas agrícolas, produção de hortaliça, criação de galinha, sítio, criação de porcos, consumo de verduras e outros produtos produzidos por ela, tomar banho no rio, pescar, a tranquilidade do ambiente e a convivência com outras famílias. Por exemplo, Dona Maria Daluz diz que,

eu tenho feito o acompanhamento médico devido o meu problema de saúde como você sabe, e os médicos falaram para eu comer bastante verduras e minha irmã Raimunda tem me ajudado bastante, ela fez uma horta é quase todos os dias ela vem por aqui e trás verdura para eu comer. (Maria Darluz Sousa, 2022)

De acordo com Mattos (2004), o estudo cuidadoso levando em consideração todos os detalhes de cada tipo é o que proporciona a qualidade da pesquisa final. Na comunidade quilombola Ilha de São Vicente tivemos o cuidado de registrar com fotos, descrever cada detalhe observado e colocado pelas onze famílias entrevistadas como as espécies frutíferas citado pelas famílias: laranja, pequi, bacaba, frutíferas e não frutíferas, vegetais e animais como galinha, porcos além de buscar registrar e descrever toda relação das famílias com o território e sua produção tanto para o consumo quanto para a comercialização.

O pesquisador, artista que não se dedica a aprender as diferenças das particularidades da natureza de forma isolada, tende sempre na mesma composição, realizando sempre a mesma pintura. Na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, apesar de ocupar uma parte reduzida de seu território e não passar de seis o número de mulheres que hoje se propõe a viver no território, sem muita infraestrutura, utilizando apenas a matéria prima encontrada no local para realização de suas casas como barro, palha e consumindo e vendendo os produtos da sua produção como galinha, porcos, cheiro verde existem, dentre elas aquelas que conseguem pilotar barcos para se deslocar para cidade e se propõem a desenvolver esta atividade Figura 44.

Figura 44 - Maria Daguimar alimentando as criações



Fonte: Rocha (2022).

A Figura 44 retrata Dona Maria Daguimar alimentando a criação de galinha dentro do território, traz uma série de representatividades relacionadas as condições de vidas das pessoas

no território quilombola, como por exemplo, a casa de barro coberta com a palha do babaçu, as galinhas caipira manejadas soltas, o contato com a natureza, para as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, tudo isso que elas vivem é agroecologia.

Todas as informações contidas na figura 44, relaciona-se com a dedicação geralmente apresentada pelas mulheres da comunidade nos sistemas agrícolas agroecológicos de horta, criação de pequenos animais e o cuidado com o sítio, demonstram não só um sistema produtivo orgânico, tradicional.

Altieri (2004) destaca que:

Os agricultores tradicionais preservam a biodiversidade não somente nas áreas cultivadas, mas também naquelas sem cultivos. Muitos camponeses mantêm áreas cobertas por florestas, lagos, pastagens, arroios e pântanos, no interior ou em áreas adjacentes aos seus campos de cultivos, suprimindo-se, assim, de produtos úteis, como alimentos, materiais de construção, medicamentos, fertilizantes orgânicos, combustíveis e artigos religiosos (ALTIERI, 2004, p. 30-31).

Diante da riqueza de atividades desenvolvidas, fizemos a seguinte pergunta para as mulheres: “No território existe alguma atividade que é realizada exclusivamente pelo homem ou pela mulher?” Mesmo existindo as particularidades durante a realização das atividades desenvolvidas, 100% das mulheres afirmam que existem trabalhos que são realizados exclusivamente pelos homens. De acordo com elas, são aquelas atividades que demandam determinado tipo de habilidades, como tirar palha e cobrir casa, ou que demanda força física, como, por exemplo, carregar e cortar madeiras, dentre elas no quilombo é recorrente encontrar: ata meju, jurema, ipê, jatobá em longa distância.

Essas atividades consideradas como pesadas pela comunidade por demandar grande esforço físico e geralmente são realizadas mais pelos homens. Ainda, algumas dessas atividades como tirar palha, cobertura de casa e tirar madeira, eventualmente são realizadas de forma coletiva ou em forma mutirões, como são chamados pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente. Esse procedimento pode ser entendido como um comum, pois para Dardort e Laval (2015):

A obrigação que nasce da instituição do comum não tem efetivamente nenhum caráter sagrado ou religioso; a sua força advém do engajamento prático que liga aqueles que elaboraram coletivamente as regras pelas quais o indisponível se encontra subtraído de toda lógica de apropriação (DARDORT; LAVAL, 2015, p. 271).

Mesmo os homens da comunidade ocupando um protagonismo, isso não significa que as mulheres não participam dos mutirões como: cobertura da casa realizada com palha do babaçu (Figura 45), batida das palhas, o processo de construção de casa ou algo semelhante. As mulheres participam dessas atividades, porém com menor frequência. Quando participam de atividades como a cobertura da casa, na maioria das vezes as mulheres ficam na parte de baixo,

no chão, entregando ou puxando as palhas para ser entregue aos homens que estão na parte de cima da casa. Na maioria das vezes, subir na casa para realizar a cobertura, não é uma atividade que as mulheres se propõem a fazer, na maioria das vezes elas participam destas atividades quando não tem homem suficiente para realização da atividade, culturalmente as mulheres ficam responsável nesse dia de cobertura das casas apenas para fazer alimentação dos mutirões.

Figura 45 - Armação e cobertura da casa com palha do babaçu é uma das atividades realizada mais por homens



Fonte: Antonino da Silva Noronha (2022).

Segundo Montoro e Caldos (2006), para a fluidez das identidades, exige-se que as análises deixem de considerar somente a classe social como categoria analítica principal, articulando outros eixos diferenciadores, tais como etnia, gênero, idade, sexualidade .

Neste contexto, o trabalho junto a comunidade quilombola Ilha de São Vicente pautado na agroecologia faz a reflexão não só sobre a questão social produtiva, como também articula e reflete questões importante para as comunidades quilombolas tais como suas origens africanas, relações de trabalho entre homens e mulheres, além disso adentra em questões como gênero, idade e sexualidade.

A Figura 46 mostra Seu Miguel Batista e Elisângela em um contraponto importante que demonstra que, dentro da comunidade Ilha São Vicente, são poucas as atividades realizadas exclusivamente por homens ou exclusivamente por mulheres. Apesar da comunidade não considerar a diferença de gênero como um fator determinante para diferenciar os tipos de trabalho a serem executados no quilombo, algumas particularidades existem.

Para as mulheres tirarem a palha da palmeira babaçu é uma atividade bastante difícil de se fazer e que nem todos os homens conseguem realizar, apenas alguns. Segundo as mulheres entrevistadas pode até ter uma mulher que consiga fazer, porém nenhuma nunca se propôs a fazer justamente por demandar uma certa habilidade em subir e cortar de facão.

Figura 46 - Contraponto das atividades domésticas realizadas por homens e mulheres. Seu Miguel Batista está na figura à esquerda e a Elisângela na figura à direita



Fonte: Rocha (2022).

As palhas normalmente são tiradas para cobertura das casas de morada, casa das criações e depósitos para guardar os equipamentos ou ferramentas. Este tipo de atividade no quilombo da Ilha de São Vicente, quase que em sua totalidade, é realizada exclusivamente pelos homens. Apesar de poder ser realizada por mulheres, a divisão de algumas atividades ainda prevalece nos dias atuais.

Federici (2019b) destaca o quanto as mulheres, tanto da área urbana, quanto da rural, eram independentes dos homens em seus trabalhos e atividades realizadas no dia a dia, tanto de forma individual, quanto no coletivo. Na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, apesar de existir um distanciamento entre as famílias por conta de muitas atividades estarem cada vez mais individualizadas, as mulheres estão sempre no trabalho como mostra a imagem das mulheres dentro de um sistema agroflorestal, coletando o coco babaçu para a realização de uma caeira, técnica utilizada na comunidade para produção do carvão do babaçu.

Figura 47 - Coleta coletiva do coco babaçu por mulheres do quilombo



Fonte: Rocha (2022).

Barbosa (2004) aborda justamente sobre as ideias que fortalecem o sistema patriarcal dentro das relações de gênero na realização das atividades. Porém na comunidade quilombola Ilha de São Vicente, as mulheres, assim como os homens, estão à frente dos sistemas de produção, as mulheres também desenvolvem diversas atividades como horta, roça, sistemas agroflorestais ou quintais diversificados, quebra do coco babaçu, pesca, comercialização dos produtos, além de realizar as diversas atividades domésticas como lavar roupa, cuidar das crianças, fazer as refeições diárias etc.

As ideias que norteiam essa realidade social partem do princípio que os homens são sempre os responsáveis pelo trabalho propriamente produtivo na agricultura, na pecuária e tudo o que se associa ao mercado, enquanto as mulheres responsabilizam-se, pelo trabalho reprodutivo, ou seja, o trabalho doméstico, o cuidado com o quintal e com os pequenos animais (BARBOSA, 2004).

Sendo assim, estas e outras questões foram surgindo, tanto durante a aplicação dos questionários, quanto durante o trabalho de campo. Fizemos a seguinte pergunta para as mulheres: No que se refere à autonomia financeira, existe alguma atividade produtiva ou não produtiva que lhe garanta autonomia financeira? 100% das mulheres responderam que sim. É que apesar de sua renda ser bem baixa, onde apenas três das seis entrevistadas chegam a receber um ou mais de um salário-mínimo, as demais têm como sua principal garantia de renda as vendas dos produtos como galinha, carvão, mandioca e o auxílio repassado pelo governo para

atender as necessidades das crianças. Logo, o recurso recebido por elas é destinado para suprir as necessidades da família.

A renda das mulheres está relacionada com sistema produtivo, venda de galinhas, hortaliças e porcos, o que contextualiza com o que Frederici (2019a, p. 278) afirma:

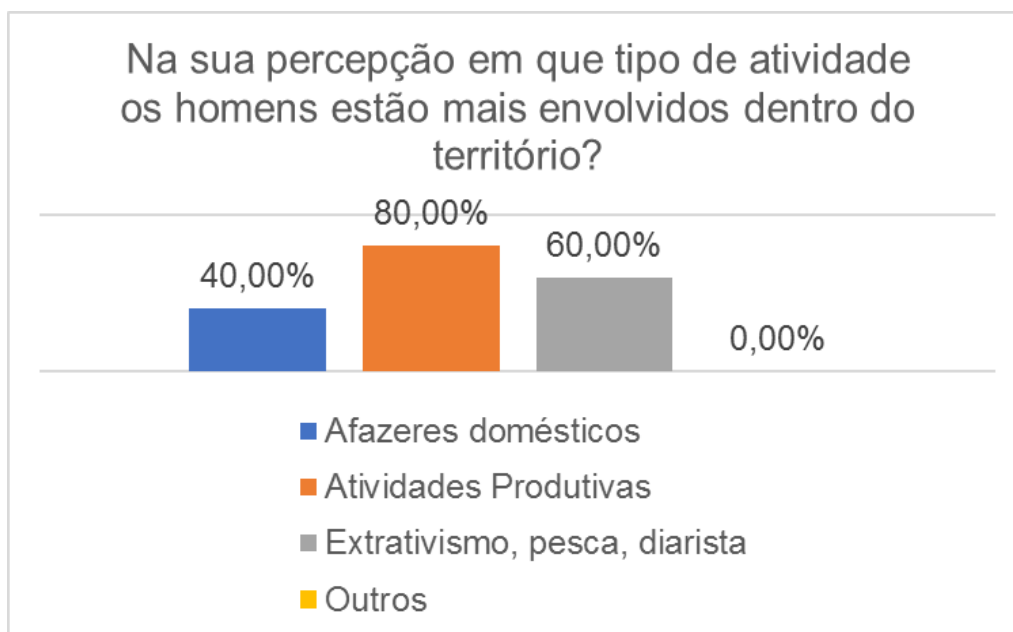
É um fato indiscutível, mas ao mesmo tempo difícil de mensurar, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, que as mulheres são as agricultoras de subsistência do planeta. Ou seja, as mulheres produzem a maior parte dos alimentos consumidos pela família (direta ou estendida) ou vendidos em mercados locais, especialmente na África e na Ásia, onde vive a maioria da população mundial (FREDERICI, 2019a, p. 278).

Além destes meios de obtenção de renda, uma das mulheres dispõem de um salário obtido por prestação de serviço público, como o trabalho de agente de saúde, uma vez que elas são contratadas em regimes de trabalho tanto temporário, quanto efetivo. Já outras dispõem de benefícios como aposentadoria e Bolsa Família, que é pago às famílias que não possuem renda fixa e não ocupam nenhum cargo público dentro ou fora da comunidade.

O fato de os homens serem avaliados por este trabalho de pesquisa separadamente, as observações e percepções trazidas, tanto pelos homens, quanto pelas mulheres, mostram que eles e elas conseguem perceber como cada um está envolvido na realização das atividades dentro e fora do território. Neste caso, os homens percebem que maior parte do seu tempo está voltado para as atividades fora do território e para as atividades agrícolas, enquanto que a menor parte está direcionada para a execução de atividades domésticas como observado na Figura 48.

A jornada de trabalho dos homens dentro da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, assim como das mulheres, são bastante diversificadas, além de estarem presentes em atividades que demandam um grande esforço físico e determinadas habilidades como tirar palha, cortar madeira, realizar pesca e implantar sistemas agrícolas (hortas, plantio de frutas, criação de galinha e porco, entre outros). Além dos trabalhos na comunidade, muitos homens dividem seu tempo com outras atividades fora do território, seja em um emprego fixo como barqueiro, atendente de madeireira ou diaristas em fazendas como roço de pasto e manejo de gado.

Figura 48 - Envolvimento nas atividades desenvolvidas por homens



Fonte: Rocha (2022).

Alguns homens que vivem na comunidade são acometidos por problemas de saúde, dentre eles existem pessoas com câncer (na próstata ou no pulmão), alguns já passaram dos 70 anos e outros ainda não chegaram nos 50 anos, mesmo assim não conseguem mais dedicar seu tempo de forma integral para as atividades produtivas, reduzindo dessa forma sua jornada de trabalho diária dentro do quilombo. Entre os cinco homens entrevistados, apenas um é aposentado e trabalha o tempo integral dentro da comunidade, dividindo seu tempo de trabalho entre as atividades produtivas e a atividade doméstica.

Outros dois homens entrevistados, concentram a maior parte do seu tempo em trabalhos não relacionados às práticas agrícolas com a terra, pois atua no transporte de alunos para escola e o outro trabalha de diarista em fazendas e chácaras, roçando pasto e manejando gado. O tempo que sobra deles, principalmente nos finais de semana e feriados, é dedicado às atividades agrícolas, como organização de galinheiro, tirar madeira, capinar etc.

O quinto homem que passou pela entrevista, possui menos de 50 anos de idade, mas devido seu problema de saúde, não consegue desenvolver muitas atividades agrícolas que sempre demanda esforço físico.

Entre as seis mulheres entrevistadas, três tem problema de saúde e não podem dedicar seu tempo de forma integral, nem as atividades voltadas ao manejo da terra, preparar a terra, realizar o plantio, capinar, nem as atividades domésticas, aquela que está relacionadas às atividades como limpar a casa, fazer comida, lavar roupas e cuidar das crianças. As outras três

mulheres entrevistadas conseguem dedicar seu tempo de forma integral, tanto as atividades agrícolas, quanto às atividades domésticas.

Neste contexto, levando em consideração os problemas de saúde de homens e mulheres da comunidade, além das jornadas de trabalho fora do território baseado na dedicação diária, apresentamos o tempo médio da jornada de trabalho de homens e mulheres da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, pois no questionário foi perguntado “Quanto tempo eles dedicam diariamente nas atividades dentro e fora do território?”

### **Homens**

Atividade domésticas os homens dedicam em média 0,81 horas

Atividades agrícolas os homens dedicam em média 2,87 horas

Outras atividades desenvolvidas pelos homens fora da comunidade 5,0 horas

Obs: durante a temporada de praia no mês de julho alguns homens trabalham durante a noite transportando pessoas para praia, esta jornada de trabalho acaba aumentando devido não ser um horário em que os homens trabalham em outra época do ano.

### **Mulheres**

Atividade domésticas as mulheres dedicam em média 4,2 horas

Atividades agrícolas as mulheres dedicam em média 3,5 horas

Para os homens da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, apesar de não existir dentro da comunidade uma carga horária fixa de tempo de trabalho, o anseio pela produção de alimentos e garantia da segurança e soberania alimentar da família, cobra de todos uma rotina, uma dedicação de tempo para que assim possa vir o retorno o fruto do trabalho a produção para o consumo da família.

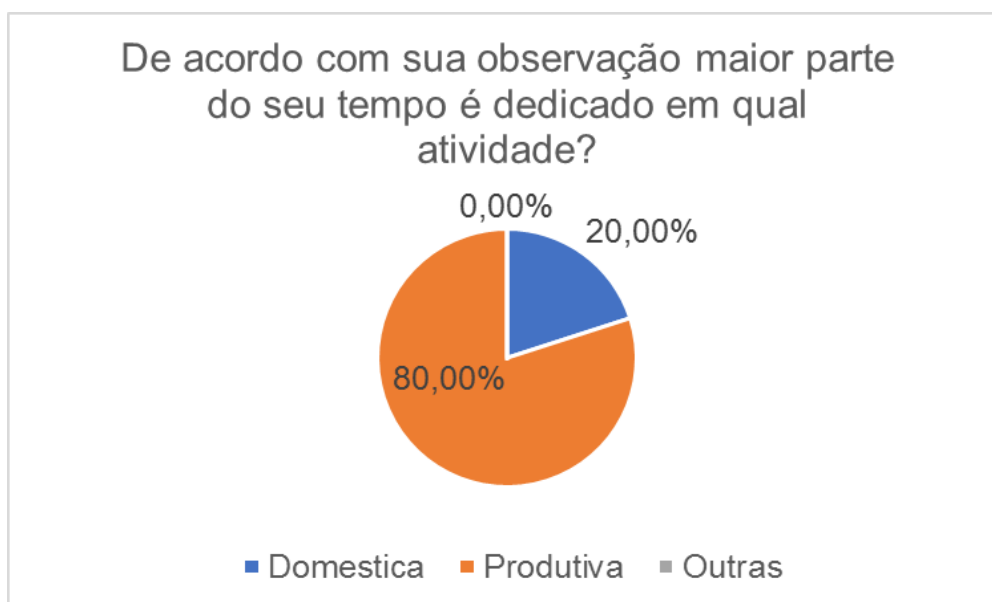
A soberania alimentar, segundo o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, está baseada na produção e comercialização da comida local que, por sua parte, está vinculada à cultura e ao modo de vida do povo e sua diversificação, afinal para ter soberania alimentar é preciso produzir de tudo um pouco.

Por isso, Soberania Alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção, de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. Para além disso, é um direito que os povos têm a produzir seus próprios alimentos (OLIVEIRA, 2022, p. 74-75)

Assim, em uma outra pergunta direcionada aos homens da comunidade tornou-se possível perceber melhor como eles ocupam o seu tempo quando estão dentro da comunidade, ou seja, distante do trabalho de prestação de serviço como diarista, barqueiros etc, como mostra a Figura 49. Neste levantamento, os homens informaram dedicar vinte por cento (20%) do seu tempo nas atividades domésticas e o restante (80%) na atividade produtiva.

Neste sentido fica claro que os homens da comunidade quilombola Ilha de São Vicente priorizam maior parte do seu tempo nos sistemas agrícolas, criação de animais (galinha e porco), plantio de frutas e roça. No entanto, as atividades domésticas também são realizadas por eles, porém, em menor proporção indo ao encontro do que é apontado por Federici (2019a, p. 228) que afirma que “o crescimento do emprego feminino e a reestruturação da reprodução não eliminaram as hierarquias de gênero no trabalho”.

Figura 49 - Tempo dedicado às Atividades



Fonte: Rocha (2022).

Os homens da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, assim como as mulheres, são responsáveis pelo trabalho agrícola. No entanto muitos homens, mesmo não fazendo parte de um grupo familiar composto por mãe solteira ou viúva, parte do seu tempo é dedicado a desenvolver atividades que as mulheres não conseguem ou não se propõe a desenvolver, como: cortar árvores de motosserra, roçar de roçadeira, derrubar o mato ou brocar o mato, como é chamado pelas famílias a etapa realizada pelos homens durante o processo de preparação do terreno, seja ele para realização da roça, casa, horta ou criação de galinha.

Na atividade de pesca e condução das embarcações, algumas mulheres mais jovens realizam ou participam dessas atividades, porém a maioria das vezes as mulheres participam quando as mesmas são realizadas próxima do território. Quando as atividades são realizadas em locais mais distantes ou necessita de um conhecimento maior sobre o percurso que a embarcação precisará passar, na maioria das vezes, a condução da embarcação é entregue aos homens, principalmente devido à experiência e conhecimento sobre o local.

Essa realidade é abordada por Bourdieu (2012, p. 71):

Embora as condições "ideais" que a sociedade cabila oferecia às pulsões do inconsciente androcêntrico tenham sido em grande parte abolidas, e a dominação masculina tenha perdido algo de sua evidência imediata, alguns dos mecanismos que fundamentam essa dominação continuam a funcionar, como a relação de causalidade circular que se estabelece entre as estruturas objetivas do espaço social e as disposições que elas produzem, tanto nos homens como nas mulheres (BOURDIEU, 2012, p. 71).

Neste contexto não podemos afirmar aqui que trata de uma dominação de determinadas atividades ou subordinação por um ou pelo outro, no entanto, existe uma série de atividades que na comunidade quilombola Ilha de São Vicente são predominantemente realizadas por homens, entre estas estão a construção de estruturas, que apesar de poder ser realizado por mulheres, são realizadas pelos homens, tanto as casas das galinhas, mangueiro de porco, cerca, escavação de caeira, fossa, etc. Todas essas atividades são as atividades consideradas pelas próprias mulheres como atividades pesadas.

Os quintais agroflorestais têm uma grande participação das mulheres no cuidado com as plantas antes e após a implantação, principalmente durante o período do verão em que as plantas requerem um maior cuidado devido o período seco, no entanto, após implantado maior parte das podas são realizadas pelos homens.

## **5 AGROECOLOGIA E O COMUM PARA O FORTALECIMENTO DA LUTA PELO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DA ILHA SÃO VICENTE.**

A relação das famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente com a agroecologia é de muito antes de se conhecer o termo “prática agroecológicas” uma vez que historicamente a comunidade desenvolve seus trabalhos de agroecologia relacionando com a dinâmica ambiental local, especialmente voltado para a produção de alimentos a partir de seus saberes e práticas da comunidade. Isso vai ao encontro do que é apontado por Leff (2002):

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teórica e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas (LEFF, 2002, p. 2).

As experiências realizadas pelas famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente podem ser percebidas não só na maneira de como a comunidade maneja os recursos naturais do território, mas toda sua relação com o ecossistema e as práticas ambientais, sociais, econômicas e culturais, fazendo relação com aquilo que é trazido no trabalho de Leff (2002) ao destacar que:

Os saberes agroecológicos se forjam na interface entre as cosmovisões, teorias e práticas. A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentabilidade e a segurança alimentar das comunidades rurais (LEFF, 2002, p. 2).

A Figura 50 mostra o seu Miguel Batista Barros dentro do seu sistema agroflorestal, apresentando a diversidade de espécie de plantas existente, algumas de porte baixo e outras de porte médio e alto, segundo ele precisou de bastante estratégia, como plantar bastante mudas, sementes, manter algumas espécies nativas, para conseguir toda esta diversidade.

Figura 50 - Sítio diversificado no lote do seu Miguel Batista no quilombo



Fonte: Rocha (2022).

Segundo Altieri (2004 p.23), a agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda, tanto da natureza dos agroecossistemas, quanto dos princípios segundo os quais eles funcionam.

Com isso, torna-se evidente que para o quilombo da Ilha de São Vicente, a relação com a agroecologia vai além de simplesmente produzir frutas, verduras e criar animais; é a relação com o que existe no território tais como a extração do azeite do babaçu, preservação das plantas nativas como taturuba, jatobá, preservação da lagoa que funciona como berçário de várias espécies de peixes e outros animais.

Rocha (2017) demonstra no trabalho realizado na comunidade quilombola Ilha de São Vicente um quadro (Quadro 3) com as diversas espécies florestais e seus respectivos usos na comunidade. No entanto para as famílias cada espécie tem sua importância, seu significado vai além de simplesmente, produzir um artesanato ou medicamento.

Quadro 3 - Espécies vegetais e seus respectivos usos na comunidade quilombola da ilha São Vicente

Nº	Nome das plantas	Nome científico	Uso madeireiro	Medicinal	Artesanato	Consumo humano
1	Amarelão	<i>Apuleia leiocarpa</i>	x			
2	Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	X	X		

3	Angelim	<i>Dinizia excelsa</i> <i>Ducke</i>	X			
4	Atameiju	<i>Duguetia echinophora</i>	X			X
5	Ata pindaíba	<i>Duguetia lanceolata</i>	X	X		
6	Ata preta/mutambapreta	<i>Guazuma</i> <i>ulmifolia</i> Lam.	X			X
7	Babaçu	<i>Attalea speciosa</i>	X	X	X	X
8	Ipê roxo	<i>Lorentz exGriseb.</i>	X	X		
9	Ipê amarelo	<i>G. Nicholson</i>	X			
10	Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.	X			X
11	Jatobá	<i>Hymenaea courbaril</i>	X	X	X	X
12	Jurema	<i>Chloroleucon tortum</i>	X			X
13	Marupa	<i>Simaroupa amara</i>	X			
14	Negra mina	<i>Siparuna guianensis</i>	X	X		
15	Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i>	X		X	X

16	Tuturubá	<i>Pouteria macrophylla</i>	X			X
----	----------	-----------------------------	---	--	--	---

Fonte: Rocha (2017).

Para Woortmann & Woortmann (1997), o conhecimento adquirido por camponeses vai além do saber fazer um roçado: ele faz parte de um processo amplo de perceber o homem e a natureza. Essa realidade que pode ser também percebida nos quilombos, especialmente na Ilha de São Vicente. As atividades realizadas vão além das roças, hortas e implantação de sistemas agroflorestais, uma vez que as famílias estão no campo e elas, por conta própria, utilizam os conhecimentos dos mais velhos para realizar os tratamentos de enfermidades utilizando os recursos da natureza, baseado em plantas medicinais como as descritas no quadro 2, que são aplicadas tanto nas pessoas do quilombo quanto em suas criações. Assim, a importância simbólica das atividades e o conhecimento são interligados, mesmo operando separados, são juntos.

O trabalho realizado por Rocha (2017) mostra justamente esse conhecimento da comunidade sobre as espécies vegetais, animais e a produção de produtos e subprodutos a partir dos elementos naturais existentes no território. As famílias sabem quais plantas servem para fazer garrafada, repelente, quais plantas são mais frequentadas por determinado tipo de animais como pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4 - Espécies vegetais e animais utilizadas e seus usos e finalidades na ilha São Vicente

Nº	Nome das plantas	Nome científico	Finalidade dos derivados ou subprodutos	Presença de Animais silvestre	Animais mais frequentes
1	Amarelão	<i>Apuleia leiocarpa</i>	Madeira para construir barco, cancela.		
2	Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Garrafada.		
3	Angelim	<i>Dinizia excelsa</i> Ducke		X	Morcego.

4	Atameiju	<i>Duguetia echinophora</i>	Embira	X	pipira, papagaio, arara, curica, cúrio, peba, cutia, tatu.
5	Ata pindaíba	<i>Duguetia lanceolata</i>		X	pipira, papagaio, arara, curica, cúrio, peba, cutia, tatu
6	Ata preta ou mutamba preta	<i>Guazuma ulmifolia</i> Lam		X	macaco, cutia, paca, veado, jacu, tatu, peba, porco, quando, mambira, pomba, curica.
7	Babaçu	<i>Attalea speciosa</i>	Azeite, carvão, mesocarpo, leite, palmito,	X	cuandu, paca, cutia, porco, tartaruga.
			artesanatos, garrafada, sabão.		
8	Ipê roxo	<i>Lorentz ex Griseb</i>	Fazer Pilão	X	Veado, cutia, tatu, jacu.
9	Ipê amarelo	<i>G. Nicholson</i>	X	Veado, cutia, tatu, jacu.	
10	Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.	Licor, suco, cocho, gamela, vinho, bucha de motor.	X	Veado, tatu, cutia, paca, jacu, pipira.

11	Jatobá	<i>Hymenaeacourbaril</i>	Artesanato, carvão, canoa, garrafada, café do caroço, além de colírio.	X	Anta, macaco, veado, paca, tatu, peba, cutia.
12	Jurema	<i>Chloroleucon tortum</i>		X	Paca, tatu, veado, cutia, jacu, mutum, jáo-preta.
13	Marupa	<i>Simaroupa amara</i>			Tambor de suça,
14	Negra mina	<i>Siparuna guianensis</i>	Banho, chá medicinal, inseticida e cabo de Vassoura.	X	Algumas aves.
15	Sapucaia	<i>Lecythis pisonis</i>	Artesanato e pilão	X	Arara, papagaio, macaco, guariba, tatu, paca, cutia, veado, anta.
16	Tuturubá	<i>Pouteria macrophylla</i>		X	Bastante apreciado por todos os tipos caças.
					frequente o macaco.

Fonte: Rocha (2017).

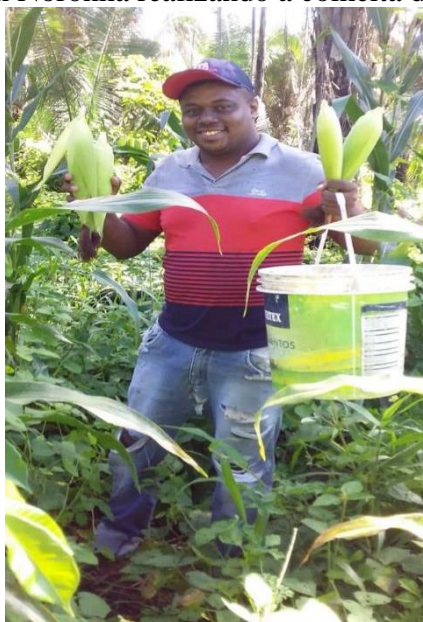
Segundo Barbosa (2004), o trabalho desenvolvido pela comunidade trata-se de um trabalho de agroecologia, com produção de forma tradicional, no qual utilizam os recursos naturais existentes dentro do território, como o adubo da palmeira babaçu, esterco da galinha e cinza do fogão a lenha. O uso destes insumos presentes no território é importante para as famílias, pois evita a dependência de ficarem sempre comprando nas casas agropecuárias adubo

químicos, além de aumentar a autonomia financeira de quem está produzindo, tanto para o consumo, quanto para a comercialização. Dentre as variedades de alimentos produzidos na Ilha de São Vicente, as lavouras de subsistências que mais se destacam no território são de milho (figura 51), feijão, mandioca e banana, além de todos os outros que fazem parte da alimentação familiar. Pois, de acordo com o trabalho realizado pelo quilombola da ilha, Uana Barros:

Na Comunidade Quilombola da Ilha de São Vicente eles cultivam os alimentos, mas sem degradar tanto o meio ambiente, onde são adotadas as práticas e saberes tradicionais com limitações da sustentabilidade, ou seja, as práticas agrícolas são adaptadas para um caminho mais sustentável. (BARROS, 2021 p. 20).

Na Figura 51, abaixo podemos perceber uma das famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, realizando a colheita de em sua roça de toco, espaço onde ocorre na maioria das vezes o plantio são plantados de mais de uma cultura.

Figura 51 - Jovenilson Noronha realizando a colheita do milho em sua roça



Fonte: Jovenilson Barnabé Noronha (2021).

Dentre as 34 parcelas de lotes existentes no quilombo da Ilha de São Vicente, pelo menos 22 famílias possuem algum tipo de intervenção produtiva dentro dos quintais agroflorestais, como criação de galinha, sítio diversificado, hortas, entre outros. Almeida (2020, p. 151) destaca que:

As comunidades quilombolas assumem formas próprias de organização, que remontam a uma ancestralidade de povos africanos. Muitos vivem principalmente da agricultura, da pesca artesanal, do artesanato, do extrativismo, dentre outras atividades que guardam traços particulares de resistência. Assim, quilombolas construíram territórios e defenderam as terras dos seus antepassados, negras e negros.

As famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, tradicionalmente, sempre produziram de forma agroecológica utilizando suas próprias sementes e sem uso de adubos químicos, venenos ou máquinas pesadas.

De acordo com Caporal & Costabeber (2002), a agroecologia pode ser considerada uma ciência, que estuda o agrossistema como um todo, com as interações complexas entre pessoas, agricultura, solos, água e animais, procurando alcançar o desenvolvimento sustentável.

A partir de 2010, ano em que as famílias foram despejadas, a comunidade com a estratégia de aumentar a resistência à perseguição dos fazendeiros, passou a ser repovoada por famílias quilombolas que têm uma forte relação de trabalho com a cidade.

Com o aumento das famílias no território viabilizou uma série de questões, inclusive a chegada de novos projetos. Neste caso, novos projetos no território, especialmente os de agroecologia, induzem as famílias a investir tempo de trabalho em seus lotes, tanto de forma individual, quanto também passaram a realizar algumas atividades e trabalhos coletivos ou mutirões.

Durante esses momentos, as famílias realizam trocas de conhecimento, de mudas e sementes, como também outras formas de produção não agroecológicas que priorizam o uso de veneno, adubo químico, sementes transgênicas e máquinas pesadas de mecanização, muitas vezes incomum para algumas famílias da comunidade que preferem continuar apostando em suas sementes crioulas é conhecimento que vieram de seus antepassados.

Para Dardort e Laval (2015):

Identificar no comum o princípio das lutas atuais contra o capitalismo, e isso em todo o mundo, impõe-nos explicar, antes de tudo, o que entendemos por *comum*. O uso extensivo do adjetivo “comum” nas expressões “bem comum” ou “bens comuns” poderia levar a pensar que ele quer dizer tudo, que todo mundo pode reivindicá-lo: no fundo, seria uma daquelas “palavras de borracha” das quais falava Auguste Blanqui a propósito da “democracia”. Estaríamos lidando com uma palavra insignificante, um não conceito, um termo, no fundo, sem nenhum interesse.

Na comunidade, tudo que era produzido era para o consumo das famílias e muitas realizavam a troca de produtos, ou quando um tinha e o outro não tinha, a família levava para o outro. Um dos poucos itens que as famílias consumiam e que não tinha no território da comunidade era basicamente o sal para temperar os alimentos, além da querosene para iluminar as casas a noite e outros poucos objetos.

Isso não significa que dentro da comunidade não exista mais solidariedade, as doações, uma vez que trocas de produtos ainda acontecem, porém com menos frequência, em função das mudanças que foram acontecendo dentro da comunidade como a necessidade de comprar e pagar diversos produtos e serviços dentre eles energia elétrica, gasolina e telefone.

A comunidade tem sido um exemplo de resistência na implementação da agroecologia e a busca por sustentabilidade, mesmo as famílias não conhecendo quais são os princípios teóricos da agroecologia. O que é realizado pela comunidade vai ao encontro do que é destacado por Almeida :

Há muito a aprender com os modos de produção dos povos tradicionais, uma vez que apresentam uma forte base ecológica e mantêm uma preciosa diversidade genética, promovendo a regeneração e a preservação dos recursos naturais. (2020, p. 154).

Para as famílias quilombolas da Ilha São Vicente toda essa relação com território para a produção de alimentos em conjunto com a preservação da natureza e o uso dos recursos naturais mostra que as famílias possuem dentro do território uma vivência agroecológica e que vai ao encontro daquilo que é colocado por Altieri (2004, p. 12):

O objetivo maior da agricultura sustentável – que sustenta o enfoque agroecológico – é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos econômico-financeiros adequados à meta de redução da pobreza, assim atendendo às necessidades sociais das populações rurais.

Neste contexto das práticas agrícolas sustentáveis, Almeida (2020) enfatiza que

essas formas de cultivo geram uma produção diversificada, garantindo às famílias uma alimentação saudável e uma renda importante proveniente de comercialização e troca, fomentando a economia solidária” (p. 154).

Porém isso não significa que as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente não tenham se deparado com uma série de desafios no território durante a implantação dos seus sistemas agrícolas, desafios estes como a evasão da juventudes e a redução da força de trabalho, a falta de água tratada, a redução das espécies florestais, o avanço dos invasores, falta de regularização do território, a falta de tecnologias adequadas aos sistemas agrícolas praticados na Ilha de São Vicente etc.

Para as famílias da comunidade quilombola Ilha São Vicente, os quintais agroflorestais ou sítio diversificado realizado próximo à casa de morada são espaços onde os membros das famílias consigam se envolver em diversas atividades, independente da idade, força física e jornada de trabalho por ser um espaço em que possui diferentes arranjos produtivos, como, por exemplo, hortas, galinheiros, plantas medicinais, frutíferas, ornamentais, criação de porcos, dentre outros.

Na Figura 52 vemos a visita ao lote do Eliésio e Beatriz. Nele podemos perceber uma grande diversidade de frutas, plantas medicinais e hortaliças. Algumas estão sendo cultivadas em uma canoa velha que não serve mais para andar no rio, o que é bastante comum encontrar este tipo de estrutura em comunidades ribeirinhas.

Figura 52 - Quintal do Eliésio e Beatriz plantio de hortaliças e plantas medicinais em uma canoa velha



Fonte: Rocha (2023).

Para as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, assim como todas as outras atividades, os quintais agroflorestais precisam de um planejamento para que seja implantado e consiga se desenvolver.

O planejamento de sistemas biodiversos (com muitas espécies) leva em conta as necessidades de luz, o porte, a forma do sistema radicular de cada espécie e seu comportamento no tipo de clima e de solo local. Além disso, é considerado o efeito de cada espécie no crescimento e produção das demais espécies do sistema ao longo do tempo e dentro do espaço disponível. A este processo denomina-se desenho de um sistema agroflorestral (ARMANDO et al., 2002, p. 1).

Um registro de sistema agroflorestral implantado na Ilha de São Vicente é o apresentado na Figura 53. Nesta imagem é possível perceber espécies de médio e grande porte como: cupuaçu e mogno, todas espécies introduzidas com objetivo de tornar ainda mais rico os sistemas de produção.

Figura 53 - Sistema Agroflorestal do Seu Pedro Barros



Fonte: Rocha (2023).

Estes espaços, além de gerar alimento e algum retorno financeiros para as famílias, proporciona o desenvolvimento e o compartilhamento de conhecimentos múltiplos, entre as diferentes gerações, dentro de um conjunto de atividades como rega de plantas, capina, plantio, poda, colheita, construção de cercados, adubação, alimentar as criações, fazer carvão, pegar adubo das palmeiras babaçu em processo de decomposição.

Essa gama de conhecimento produzido pelo conjunto de pessoas da comunidade, vem em encontro ao que é abordado por Altieri (2004):

O estudo da etnociência (o sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado) têm revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser bastante detalhado (ALTIERI, 2004, p. 26).

Durante décadas podemos afirmar que as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente foram se reinventando para sobreviver às adversidades social, ambiental, agrária, política, religiosa etc. Tudo isso ocorrendo em um território amplo - não a Ilha São Vicente como do outro lado do Pará em frente a conhecida praia do Noronha no município de Araguaia-TO – um rio Araguaia farto e uma fauna e flora diversa. A produção agroecológica com viés do extrativismo durante anos, foi o responsável por assegurar a sobrevivência das famílias, bem como as diversas formas de vidas existentes no território.

Em suma, a diversificação de produtos, a maior segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental, o incremento na fertilidade do solo e a redução gradativa nos custos de produção fazem da agrofloresta uma excelente opção para a agricultura familiar no Brasil (ARMANDO et al., 2002, p. 1).

A agricultura tradicional está ganhando cada vez mais atenção entre cientistas de países desenvolvidos, devido à sua capacidade de lidar com riscos, eficiência de misturas simbióticas de cultivos, reciclagem de materiais, uso de recursos e germoplasmas locais, e habilidade de explorar uma variedade de microambientes (ALTIERI, 2004, p. 26).

Assim, dentro do território quilombola nos 34 lotes (Figura 20), divididos entre as famílias e utilizados por eles para seus sistemas de produção, além da preservação, mesmo existindo um adensamento de babaçu no território, é visível a capacidade que as famílias quilombolas têm para diversificação e preservação do território através dos sistemas agroflorestais.

Os agroecossistemas tropicais, compostos de parcelas produtivas e em pousio, hortas domésticas complexas e lotes agroflorestais, geralmente contêm mais de 100 espécies por campo de cultivo proporcionando materiais de construção, lenha, ferramentas, medicamentos, alimentos para o gado e para o consumo humano. (ALTIERI, 2004, p. 29-30).

No entanto, na atualidade, com a comunidade dispondo de um território reduzido a menos de um hectare por família, além de uma conjuntura social que incentiva os jovens a sair do campo, não se pode afirmar que as famílias conseguem garantir sua segurança alimentar dentro do espaço em que ocupam. Por isso, podemos afirmar que nem tudo que vem para alimentação é fruto de sua produção, pois algumas culturas como o arroz, melão, melui, estão deixando de ser produzidos e além disso não existe uma definição certa sobre os reais motivos que levou a comunidade a deixar de realizar este tipo de produção, porém existem alguns indicadores: demanda elevada quantidade de mão de obra em determinados tipos de plantios, com a redução quilombolas no território, recorrentes ataques de praga e animais selvagens, como capivara bem como alto custo de produção.

Mesmo assim, algumas famílias ainda resistem dentro dos seus sistemas produtivos realizando suas atividades agroecológicas com a mesma visão de Leff (2002, p. 2), uma vez que agroecologia sugere alternativas sustentáveis em substituição às práticas predadoras da agricultura capitalista e à violência com que a terra foi forçada a dar seus frutos.

Neste contexto, as mudanças sociais, que hoje assolam a comunidade quilombola Ilha de São Vicente no aspecto produtivo, levou as pessoas da comunidade a se reinventarem, pois todas as famílias que vivem no território têm algum tipo de renda extra que contribui nas despesas da família, seja o trabalho fixo, diarista ou programa social. Sendo assim, a renda extra recebida é somada aos valores recebidos pela comercialização dos produtos e subprodutos extraídos do sistema de produção agroecológico. Os principais produtos de origem animal e vegetal que mantêm a segurança alimentar das famílias da comunidade quilombola Ilha de São

Vicente são os peixes, ovos, galinhas, porcos e todos os outros advindos das hortas, roças, sistemas agroflorestais, extrativismo.

As famílias da comunidade são dotadas de experiências com diversos tipos de iniciativas produtivas agroecológicas, porém a melhoria das condições de trabalhos das famílias com políticas públicas elevam suas condições socioeconômicas. Como destaca Altieri (2004) sobre a sustentabilidade:

Novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido. Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar não somente dimensões tecnológicas, mas também questões sociais e econômicas. Somente políticas e ações baseadas em tal estratégia podem fazer frente aos fatores estruturais e socioeconômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento (ALTIERI, 2004, p. 21).

As famílias da Ilha São Vicente, não muito diferente dos seus antepassados, vem construindo estratégias de sobrevivência e os sítios diversificados ou sistemas agroflorestais fazem parte dessa estratégia agroecológica. Segundo Altieri (2004, p. 9).

Todo a discussão em torno dessas novas formas de praticar e viver a agricultura insere-se nestes últimos anos no debate da sustentabilidade do desenvolvimento, indicando, genericamente, um objetivo social e produtivo, qual seja, a adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não use de forma predatória os “recursos naturais” e tampouco modifique tão agressivamente a natureza, buscando compatibilizar, como resultado, um padrão de produção agrícola que integre equilibradamente objetivos sociais, econômicos e ambientais.

Diferente dos sistemas convencionais, onde os plantios são realizados todos de uma única vez, pouco diversificado e não levam em consideração as espécies nativas frutíferas presentes dentro da área, as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente possuem sistemas produtivos bastante diversificados e as espécies são introduzidas dentro do sistema a medida que novas sementes ou mudas vão surgindo, além disso as famílias procuram preservar as espécies nativas encontradas como taturubá, muta, babaçu e jatobá.

Cada espécie contribuirá para completar o consórcio e para que todas as outras prosperem melhor. Nenhuma delas cresce ou produz menos devido à presença das demais, pelo contrário, cada uma depende da outra para conseguir chegar ao estágio de desenvolvimento ótimo (GÖTSCH, 1997, p. 7).

Outro cuidado que as famílias quilombolas da Ilha de São Vicente têm é o de resgate ou a introdução de espécies que antes existiam em abundância dentro do território e que hoje, por conta do fogo e desmatamento para formação de pastagem, podem ser considerada quase que extinta no território, como é o caso da bacaba. Preservar a biodiversidade, tanto na área cultivada, quanto nos seus arredores, é de grande importância, pois contribui de inúmeras formas para o sustento das famílias.

No quilombo da Ilha de São Vicente, nem todos os plantios estão organizados em linha ou possui um espaçamento padrão como são realizados os plantios convencionais, muitas famílias têm o cuidado de evitar que plantas que precisam de mais sol sejam colocadas em um espaço muito sombreado, além de evitar que as plantas que precisam de sombra sejam colocadas em um espaço com muita intensidade de luz, porém mesmo algumas famílias tendo este cuidado, isso não significa que outras plantas nativas ou introduzidas não venham a competir ou desfavorecer outra espécie. Todo o trabalho de agroecologia realizado por estas famílias vai ao encontro do que é destacado por Leff (2002):

A Agroecologia se assenta nas particulares condições locais e na singularidade de suas práticas culturais. Ela hibrida uma constelação de múltiplos saberes e conhecimentos. Mas sua consistência, suas perspectivas de validação e confiança dependem de sua articulação em torno de um novo paradigma produtivo (LEFF, 2002, p. 4).

A Figura 54 abaixo apresenta o sistema agroflorestal realizado por mim Jorlando Ferreira Rocha, iniciando após a divisão dos lotes em 2010 para as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, onde traz o conjunto de espécies introduzidas mostrando justamente a articulação entre as diferentes espécies.

Figura 54 - Sistema agroflorestal na comunidade quilombola Ilha São Vicente



Fonte: Rocha (2015).

Em alguns casos os quintais diversificados são bem adensados e as famílias realizam o manejo, como poda e adubação, de acordo com as necessidades do sistema produtivo e a dinâmica de cada grupo familiar.

Para garantir um manejo agroflorestal eficiente é crucial compreender a evolução natural dos sistemas agroflorestais ao longo do tempo, conhecida como sucessão ecológica. Ao

atuar de forma a favorecer e acelerar este processo, é possível obter diversos benefícios para o manejo e desenvolvimento da agrofloresta (ARMANDO et al., 2002).

Em outras situações mais radicais, as famílias quilombolas deixam que as próprias espécies definam quem ocupará o espaço, prevalecendo aí uma competição até que uma consiga eliminar a outra ou consiga se sobressair melhor. Como bem enfatiza Leff (2002 p.5): “A Agroecologia se nutre desta capacidade produtividade natural, da transformação neguentrópica da energia solar através da fotossíntese, da produtividade e reprodução das sementes.”

Quadro 5 - Relação de algumas espécies frutíferas encontradas nos quintais agrofloretais na comunidade quilombola Ilha de São Vicente

<b>Relação de algumas espécies frutíferas encontradas na comunidade quilombola</b>		
abacate	cajá	limão
abacaxi	cajú	mamão
açaí	carambola	mamão
acerola	castanha do brasil	manga
ata	ciriguela	maracujá
bacaba	coco da praia	murici
bacuri	fruta pão	pequi
banana	goiaba	peruana
buriti	graviola	tamarindo
buritirana	ingá	tangerina
cacau	laranja	urucum
café	lima	uva

Fonte: Rocha (2023).

Uma das principais vantagens do sistema de produção agroflorestral é a sua capacidade de reciclar eficientemente os nutrientes presentes no solo. Isso é conseguido através da incorporação de biomassa, como folhas caídas, ramos podados e resíduos das culturas anuais, que melhoram a disponibilidade de nutrientes para as culturas e favorecem a atuação de microrganismos benéficos para o solo, contribuindo para a manutenção da fertilidade do solo (ARMANDO et al., 2002).

As podas e a introdução de novas espécies são as práticas mais realizadas pelas famílias dentro dos quintais agroflorestais. Na maioria das vezes essas práticas são desenvolvidas com objetivo de abrir clareira, fazer com que o sistema tenha uma melhor entrada de luz e reduzir as doenças e ataque de pragas. Outras vezes, as intervenções são para evitar que uma planta impeça que outra espécie se sobressaia, bem como introduzir novas mudas, ou novas sementes dentro do sistema produtivo.

O consorciamento de distintas espécies ajuda a criar habitats para os inimigos naturais das pragas, bem como hospedeiros alternativos para as mesmas. Um cultivo pode ser utilizado como hospedeiro diversivo, protegendo de riscos outros cultivos mais suscetíveis ou mais valorizados economicamente (ALTIERI, 2004, p. 32).

O solo da Ilha de São Vicente é considerado pelas famílias como de grande potencial produtivo, pois possui características bastante plausíveis para produção. Os solos mais próximos aos lagos possuem bastante teor de matéria orgânica e na maioria das vezes é bastante argiloso e com grande potencial para produção de arroz devido possuir bastante umidade.

Na porção mais próxima ao rio, existem solos mais arenosos com pouca quantidade de argila, porém com grande capacidade de produção de milho, feijão, fava, mandioca e tantas outras culturas de ciclo longo como: laranja, acerola, manga, caju, ata e goiaba. Apesar do potencial produtivo, para algumas culturas mais exigentes como as hortaliças as famílias costumam fazer adubação tanto com o “paú” das palmeiras babaçu, que são derrubadas para fazer abertura, quanto com esterco de galinha, esterco de gado, cinza entre outras diversas coberturas mortas.

## 5.1 Horta

A produção de hortaliças diversificada é outro tipo de produção realizado pelas famílias do quilombo, pois apesar de pequena as parcelas de terra ocupada pelas famílias, além dos outros diversos sistemas produtivos como galinha, porco e sítio, os canteiros diversificados fazem parte do sistema produtivo dessa comunidade.

Assim como em outras comunidades quilombolas do Brasil como é destacado por Fidelis (2011), as famílias da comunidade Quilombola Ilha de São Vicente andam na direção da sustentabilidade.

Reside na história de cada comunidade remanescente de quilombo, pontos que andam na direção da sustentabilidade, afirmando sua importância como detentoras de saberes tradicionais muito próprios. É nesse conjunto de conhecimentos que a agroecologia vem reservando esforços para discutir bases sustentáveis para uma agricultura mais equilibrada (FIDELIS, 2011, p. 6).

Em consonância com o conhecimento historicamente elaborado na Ilha, que está alinhado com a ideia de sustentabilidade ambiental, na maioria das vezes os adubos utilizados para melhorar a produtividade são esterco de galinha, cinza, paú da palmeira de babaçu, que é a palmeira babaçu em decomposição. Sendo esta última, por sua vez, bastante utilizada pela comunidade para adubar os canteiros, juntamente com a palha do babaçu em decomposição e outros diversos tipos de matéria orgânica encontrada na Ilha e que fazem parte da estratégia de adubação dos canteiros. Assim, a maneira como as famílias da comunidade quilombola da Ilha de São Vicente vem trabalhando e potencializando aquilo que existe em seus sistemas produtivos, reforça o que Leff (2002, p. 7) destaca, pois a agroecologia surge como um conjunto de conhecimentos, técnicas e saberes que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e a tecnificação da agricultura.

As famílias quilombola da Ilha de São Vicente normalmente não fazem utilização de adubos químicos ou agrotóxicos quando os plantios são realizados em pequena quantidade. Em caso de infestação por pragas, as famílias esperam terminar o ciclo de produção daquela cultura e deixa o canteiro por um tempo em pousio. Após algum tempo, a família volta a plantar novamente a cultura de interesse, ou outra cultura mais resistente a determinado tipo de praga. Pode-se, assim dizer que o quilombo tem andado na contramão dessa capitalização apontada por Leff (2002):

Mas, ao contrário da relação entre ciências e saberes induzida pela especialização de conhecimentos na divisão do trabalho da agronomia capitalizada, para o aumento da produtividade agrônômica de cada unidade produtiva orientada ao monocultivo para a exportação, na agroecologia os saberes se integram dentro de outras sinergias e põem em suas bases outros princípios (LEFF, 2002, p. 7).

Como o espaço que as famílias da comunidade ocupam hoje, a comunidade não tem espaço para desenvolver criação de gado, ovelha e bode. Por ser possível a criação de galinha, o adubo mais utilizado pelas famílias é a cama de frango ou esterco de galinha, que é colhido no próprio galinheiro da família. Em alguns casos, principalmente quando a produção busca atender o mercado local, algumas famílias procuram fazendas vizinhas que possam receber o esterco de gado, porém em algumas situações as distâncias do curral até a beira do rio é um complicador e muitas famílias buscam evitar o uso deste tipo de material.

No que se refere a produção de sementes, apesar das famílias terem a preocupação de guardarem as sementes para que possam plantar no ano seguinte, muitos quilombolas ainda compram as sementes que são vendidas em casa de produtos agropecuário, principalmente de hortaliças como coentro, alface, couve, rúcula, jiló e berinjela. Outras sementes como quiabo,

maxixe, abóbora, pepino, cebolinha e pimenta. Apesar de algumas famílias comprarem para realização de seus canteiros, outras pessoas do quilombo conseguem guardar e muitas vezes doarem para as famílias que não tem.

Apesar dos canteiros suspensos e hortas realizadas no chão não fazerem parte da estratégia de comercialização e produção da comunidade, algumas famílias já fizeram a tentativa de produção em maior escala para atender o mercado local e melhorar sua fonte de renda, porém até o momento não existe na Ilha uma produção de hortaliça como sua principal fonte de renda.

Essa diversificação nas produções torna-se uma vantagem para o agricultor familiar visto que este pode manter seu sistema de produção em diversas épocas do ano, permitindo assim atender diversos tipos de mercados contribuindo assim para minimizar a oscilação dos preços e possibilitar maior ganho para o pequeno agricultor (CLEMENTE, 2015).

Porém, mesmo com todo potencial hídrico do território Ilha de São Vicente, as famílias ainda enfrentam algumas dificuldades relacionados ao custo de produção e a comercialização, principalmente custo com logística, deslocamento, mercado fixo e baixo valor dos produtos. Mesmo com essas dificuldades, os grupos de famílias vão se apoiando e conseguindo produzir hortaliças tanto para consumo, quanto para comercialização. Como enfatizado Leff (2002, p. 8): “As unidades agroecológicas se reforçam através de afinidades de interesses, em um diálogo de saberes que se reproduz por meio do intercâmbio de experiências (agricultor a agricultor, indígena a indígena) que não é somente de saberes técnicos, mas de matrizes culturais.”

Os quilombolas que vivem no território da Ilha buscam manter uma pequena produção, porém diversificada para o consumo da família. Estas, por sua vez, costumam realizar um canteiro trepado (no linguajar da comunidade) ou suspenso. Desta maneira, evita-se que a galinha e outros animais venha a destruir a sua produção que na maioria das vezes possuem apenas coentro e cebola de folha para garantir o tempero, principalmente do peixe e feijão.

Outra estratégia adotada pelas famílias que não realizam o plantio de hortaliça para comercialização é a de realizar o plantio de diversas hortaliças no período do inverno na área destinada para a roça. Assim as famílias conseguem reduzir o custo de produção principalmente no que se refere a irrigação, aumentando não só a produção quanto a diversificação. O que mostra a capacidade do quilombo de realizar experiências para desenvolver melhores condições para as roças agroecológicas, o que vai de acordo com o destacado por Leff (2001):

Ao contrário dos paradigmas científicos que são contrastados e provados em espaços restritos de experimentação científica, a Agroecologia se prova nos campos de produção agrícola. Seus saberes não se validam ou refutam no laboratório científico, porém nas práticas de cultivo de indígenas, camponeses e agricultores (LEFF, 2002, p. 8).

Na Figura 55, podemos visualizar um canteiro suspenso que pode ser presenciado em diversas residências de quilombolas, ribeirinhos que vivem na beira do rio é aproveitam as redes de pesca velhas que não serve mais para pescar, com o propósito de proteger os canteiros, principalmente das aves como galinhas que são manejadas soltas.

Figura 55 - Produção de hortaliças, quilombo Ilha de São Vicente



Fonte: Rocha (2022).

## 5.2 Roça

A roça de toco (Figura 56) é a principal forma de produção utilizada no quilombo Ilha de São Vicente. Mesmo assim existem exceções, uma vez que algumas famílias da comunidade conseguem ter acesso ao trator da prefeitura, com o propósito de gradear uma pequena parcela de terra, desde que o quilombo forneça o combustível.

A roça de toco para as famílias quilombolas da Ilha de São Vicente é bastante vantajosa, pois após o processo de queima do mato que foi derrubado deixa nutrientes suficientes para que a plantas possam se desenvolver forte e com vigor.

Porém a roça de toco, mais que a roça mecanizada, requer um maior planejamento, pois a derrubada ou “broca do mato” como é falado pelas famílias que realizam o roço do mato, precisa ser realizado no verão entre os meses seco do ano agosto, setembro, outubro. Uma vez que o início das atividades leva em consideração fatores como o tamanho da roça e a vegetação, pois quanto mais grossa for a vegetação, mais cedo deve ser o iniciado os trabalhos.

A roça de toco, assim como outras diversas atividades para que seja realizada demanda bastante mão de obra e força física, desde o início da implantação até a colheita. A roça é uma prática mantida por pelo menos 10 famílias dentro do quilombola, sendo que as famílias têm suas roças de toco reduzidas, chegando a no máximo a 0,3 hectares por família.

Devido ao processo histórico de violências contra quilombo, que levou inclusive a retirada dos quilombolas do seu território, uma série de outros fatores também contribuíram para diminuição no tamanho da roça de toco, como por exemplo a redução do número de filhos por família, as pessoas que vivem dentro da comunidade com idade avançada ou com estado de saúde comprometido, território reduzido, área de difícil implantação de roça de toco com forte presença da palmeira babaçu, área alagada etc. É neste espaço do quintal ampliado que as famílias se apertam para garantir o mínimo de produção, tanto para as pessoas que vivem na comunidade, quanto para as pequenas criações, além da disputa com os animais selvagens como a capivara que sempre aparece nas roças destruindo parte das plantações e muitas das vezes deixando apenas as plantas de rama como maxixe, pepino, abóbora ou outras culturas como quiabo ou banana.

Figura 56 - Roça de toco na comunidade quilombola Ilha de São Vicente



Fonte: Rocha (2023).

Neste espaço diversificado que é onde as famílias realizam sua produção de milho, feijão, fava, quiabo, banana, maxixe, mandioca, tomate, abóbora, cabaça, cana etc. Apesar da redução no número de pessoas no quilombo, que atuam efetivamente na condição de guardiões das sementes tradicionais dentro da comunidade, ainda existe a prática quilombola de guardar

suas sementes para serem plantadas no ano seguinte, evitando desta maneira a perda das sementes e a necessidade de comprar. Como afirma Almeida (2015)

As sementes crioulas fazem parte da história da humanidade, sendo símbolo de resistência, da divindade, do amor da fertilidade, da colheita e da magia para os povos tradicionais (ALMEIDA, p. 155).

### 5.3 Extrativismo

Dentre os diversos produtos que fazem parte do extrativismo da comunidade Ilha de São Vicente estão o aproveitamento do babaçu e a pesca no rio Araguaia. As famílias da comunidade utilizam diversos instrumentos e técnicas para garantir o pescado entre os principais equipamentos de pesca estão, a linha de mão, tarrafa, arpão e rede além de outros equipamentos que garante a movimentação das famílias para outros locais mais distantes como canoa, barco, lancha e motor.

Figura 57 - Mulheres coletando o coco babaçu para produção de carvão



Fonte: Rocha (2022).

Como destaca Lucinda (2017, p. 5), no trabalho realizado na comunidade “os peixes encontrados no Araguaia são de diversas espécies como jaú, surubim, piranha, piau, pintado, mandi, traíra, tambaqui”.

O babaçu é outro produto que faz parte do extrativismo da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, pois a palmeira é de grande relevância para a comunidade em todas suas fases de desenvolvimento. Quando jovem a planta fornece o olho da palha, uma palha que fica no centro da palmeira que ainda está em desenvolvimento, a mesma é bastante utilizada na

fabricação de artesanatos como esteira, abano e tantos outros produtos que irá depender principalmente da habilidade da artesã ou artesão. Na fase adulta a planta e suas palhas são bastante utilizadas na cobertura das casas de morada e dos animais, além disso seus frutos são bastante utilizados, sendo que do coco babaçu é extraído o leite para colocar no peixe, o azeite para fazer alimentação, casca do coco para carvão, o bagaço do coco é colocado para as galinhas, além de utilizar como chama (como uma isca) para pegar os peixes.

Quando a palmeira morre, depois de quatro ou cinco anos quando está em processo de decomposição, o tronco decomposto (chamado de “paú” pela comunidade) é coletado para fazer adubação de canteiro, plantas ornamentais, frutíferas e tantas outras quanto se fizer necessário, pois funciona como um ótimo adubo orgânico.

#### 5.4 Criação de Aves

A criação de aves como galinha (Figura 58) e pato são animais que tradicionalmente estão presentes na forma de vida das pessoas do quilombo Ilha de São Vicente. Os pequenos animais durante muito tempo foram manejados soltos no território da ilha, sendo que sua principal finalidade era para o consumo e comercialização.

Figura 58 - Criação de galinha do quilombola Domingos Willian



Fonte: Rocha (2022).

Alimentação das pequenas criações sempre foram baseadas na diversidade existente dentro do território, tanto de frutas, hortaliças, mandioca, quanto de grãos produzidos nas roças.

Porém hoje, em função da redução da área de produção por conta de outras atividades desenvolvidas pelos membros da família, além do retorno de algumas famílias quilombolas para o território e conseqüentemente, a redução da produção de alimento como milho, e mandioca as famílias reduziram a quantidade de aves criadas. No entanto, houve um aumento no número de aves criadas na comunidade em função da elevação do número de famílias dentro do território. Além disso, algumas famílias receberam apoio dos projetos de Agroecologia executado pela APA-TO, que forneceram equipamentos como tela, arame, bebedouro e comedouro para aves, o que facilitou a mudança na forma de manejo e as famílias passaram a manejar suas criações em sistemas semiconfinados, situação em que as criações ficam presas, porém com um espaço para o pastejo.

A quantidade de aves por família é bastante variável e muda no decorrer do ano, podendo algumas famílias chegarem até 150 cabeças em algumas épocas do ano. A mudança na forma de manejo dentro da comunidade ocorreu principalmente devido às grandes perdas na produção de ovos, pintos e galinha de grande porte, principalmente para os predadores quando o manejo é realizado de forma convencional.

## **5.5 Criação de porcos**

A criação de porcos sempre fez parte das criações que garantem a segurança alimentar e renda das famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente. Os porcos trazidos e domesticados pelos antepassados dos quilombolas que hoje vivem na Ilha São Vicente, apesar de serem criados presos, muitos foram ficando bravos dentro da Ilha, deixando de ser domesticados. Este ocorrido no passado fez com que, até os dias atuais, muitas famílias que vivem na Ilha consigam por meio da caça (com ajuda de cachorro ou através de espera, técnica bastante utilizada pelos caçadores), capturar porcos bravos, tanto para sua alimentação, quanto para a comercialização.

Os porcos que hoje são considerados pelas famílias quilombolas como “brabo” são os porcos da raça piau ou comum. Para os quilombolas, os porcos trazidos por seus antepassados são resistente às condições naturais da Ilha, além disso, a riqueza de alimento e vegetação disponível para os porcos no passado, favorecia a sua alimentação e reprodução.

Com o aumento das pessoas invasoras no território quilombola, bem como de caçadores dentro da Ilha, tem contribuído para a sensação de insegurança alimentar da comunidade devido ao desaparecimento de diversas espécies, tanto vegetal, quanto animal. Logo, como esta espécie

de porcos está neste contexto, o animal que antes servia como alimentação para as famílias e fonte de renda, está praticamente em extinção dentro do território.

Apesar disso, algumas pessoas do quilombo ainda investem em uma pequena quantidade de porcos presos (Figura 59), para que possam garantir alimentação e renda das famílias que vivem no território. Hoje, na Ilha de São Vicente, não existe uma raça de porco específica a ser criada, porém as famílias optam sempre por uma raça mais rústica e resistente ao manejo.

Figura 59 - Criação de porcos da Kauanna e Jovenilson



Fonte: Rocha (2023).

Como as famílias quilombola não criam gado para produção de leite, que viabiliza a obtenção de soro, além de não ter um transporte terrestre que possa facilitar a busca de soro em laticínios, na maioria das vezes as criações de porcos são manejadas com produtos encontrados dentro e fora do território como: manga, palmito da pindoba de babaçu, mandioca, milho e resto de comida, além da compra de ração ou milho fora da comunidade.

As estruturas realizadas pelas famílias para as criações de porcos são bastante diversas, algumas são feitas de tijolos, cimento, madeira. Outras são realizadas apenas com arame farpado, madeiras e palha da palmeira babaçu. Dentro deste contexto, a comunidade buscou para algumas famílias o apoio do projeto proposto pelo MPT (Ministério Público do Trabalho), executado pela equipe técnica da APA-TO (Alternativa Para Pequena Agricultura do Tocantins) e acompanhado pela COEQTO (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins).

## 5.6 As Tecnologias e ferramentas de trabalho na agroecologia

Atualmente, principalmente após a chamada revolução verde, inúmeras tecnologias agrícolas passaram a ser desenvolvidas, trazidas ou construídas no Brasil com objetivo de otimizar a produção, reduzir o custo de produção, diminuir a jornada de trabalho do trabalhador no campo e reduzir a penosidade, ou seja, diminuir os esforços físicos aplicado pelo trabalhador, para conseguir determinados resultados, como cortar uma árvore sem auxílio de uma moto serra. Assim, os quilombolas da Ilha de São Vicente têm presenciado nos seus trabalhos de agroecologia diários que:

As conseqüências da revolução verde levam à marginalização grande parte da população rural, uma vez que seus benefícios são direcionados aos produtores ricos em recursos, acelerando as diferenças entre esses e outros habitantes rurais, de maneira que a desigualdade no meio rural tende a aumentar (BARBOSA, 2004).

Porém, mesmo diante de tantas vantagens promovidas pelas tecnologias, são poucas delas que chegam até as famílias quilombolas Ilha de São Vicente, pois poucas pessoas do quilombo têm acesso ou condições financeiras para comprar ou até mesmo garantir sua manutenção. Como é destacado no trabalho de Leff (2002):

A construção deste potencial alternativo de desenvolvimento dependerá, sem dúvidas, da produção de tecnologias apropriadas para o manejo produtivo da biodiversidade dos ecossistemas e para o aproveitamento múltiplo de seus recursos, revertendo as tendências dominantes que querem transformá-los em grandes plantações de cultivos especializados de alto rendimento no curto prazo (LEFF, 2002, p. 11).

Dentre as 22 famílias que realizam algum tipo de intervenção dentro dos sistemas produtivo, praticamente todas as vinte e duas famílias da comunidade possuem algum tipo de equipamento tecnológico que venha facilitar a sua jornada de trabalho no sistema de produção. O motor bomba para captação de água do rio é uma das necessidades básicas de todas as famílias que vivem no território do quilombo, tendo em vista a comunidade não possuir água tratada em suas residências, além do tamanho da rampa que as famílias precisam descer e subir todos os dias com utensílios domésticos, como roupas e panelas para serem lavados.

Porém quando pensamos em outras tecnologias voltadas para facilitar o manejo e implantação do sistema de produção na comunidade, apenas três quilombolas possuem uma roçadeira motorizada. Para as famílias o equipamento evita o uso de agrotóxicos e aumenta a área manejada. Uma pessoa possui motosserra que permite abertura de novas áreas e introdução de novas espécies. Já as outras dezoito famílias não possuem praticamente nenhum tipo de

equipamento motorizado que possa facilitar a implantação dos sistemas produtivos. A falta de acesso às tecnologias de produção da comunidade quilombola Ilha de São Vicente vai ao encontro do que é levantado por Leff (2001):

Entretanto o controle das empresas de biotecnologia sobre as cada vez mais sofisticadas técnicas de engenharia genética põe em desvantagem as populações indígenas e camponesas, frente aos grandes consórcios internacionais que contam com os meios científicos e econômicos para apropriar-se do material genético dos recursos naturais que foram e continuam sendo patrimônio histórico das populações das regiões tropicais (LEFF, 2002, p. 11).

Neste caso algumas famílias fazem uso dos equipamentos coletivos conseguidos pela comunidade em 2020, após serem contempladas com o projeto do MPT (Ministério Público do Trabalho) e executado pela APA-TO (Alternativa Para Pequena Agricultura No Tocantins) e COEQTO (Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins), como bem destaca Barros (2021, p.37):

Segundo os moradores as atividades exercidas são acompanhadas por técnico da Coordenação Estadual das Comunidades Remanescentes de Quilombolas do Estado do Tocantins (COEQTO) e Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO) que contribui com o desenvolvimento de suas atividades (BARROS, 2021, p. 37).

Figura 60 - Uso de tecnologias de pequeno porte no quilombo



Fonte: APA – TO (2020).

Através deste projeto as famílias tiveram acesso a roçadeira e tratorito equipamentos estes que têm facilitado tanto os trabalhos coletivos, quanto os trabalhos individuais de algumas famílias. Antes disso todos os trabalhos dentro da comunidade de preparo de área, roço eram realizados apenas utilizando ferramentas manuais, como enxada, foice, enxada, cavadeira, machado e facão o que dificultava muito o preparo de uma área.

Hoje, apesar das famílias ainda utilizarem todas as ferramentas manuais, algumas já têm a opção de utilizar outros tipos de equipamentos motorizados, facilitando desta maneira a implantação e manejo dos sistemas produtivos. Porém a maneira como as famílias quilombolas da Ilha São Vicente se relacionam com seus sistemas produtivos comunga com o que é destacado por Barbosa (2004):

Assim, definida, como uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas da mais ampla maneira, a tendência agroecológica encara os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, em que os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são investigados e analisados como um todo. A pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas com a otimização do agroecossistema como um todo (BARBOSA, 2004).

## **5.7 Rio Araguaia, Ilha São Vicente bem comum**

Para as famílias quilombolas que vivem na Ilha de São Vicente, ribeirinhas, o rio Araguaia vai além de um recurso hídrico com potencial de exploração para irrigação. Supera inclusive o que é instituído pela Lei nº 9433, de 08 de janeiro de 1997 (Plano Nacional de Recursos Hídricos), que trata a água como um bem de domínio público dotado de valores econômicos e que precisa ser preservado para as futuras gerações (BRASIL, 1997).

Para o quilombo, o Araguaia é apropriado enquanto um comum que a sua disponibilidade, seja em quantidade ou em qualidade, é uma questão fundamental. Sendo que para Dardort e Laval (2015) enfatiza que:

Não se trata, então, de opor uma “boa” apropriação a uma “má” apropriação (por exemplo, as boas patentes e as más patentes), mas de opor a qualquer apropriação a preservação de um “comum” subtraído de qualquer lógica de apropriação devido a seu caráter indisponível.

Assim, a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, que vive às margens do Araguaia de forma a utilizar e conservar os recursos naturais, têm as águas do rio como um parceiro, não

só em seus sistemas de produção, horta, criação de pequenos animais e pesca como também no deslocamento das famílias, espaço de lazer, além de influenciar nas características da paisagem e condições climáticas (temperatura e umidade do ar, por exemplo).

Não há no Brasil qualquer rio semelhante. Ele se destaca por vários motivos, dentre eles as suas belezas naturais, o charme das pequenas cidades nas suas margens, a placidez de suas águas, a amplitude de seus horizontes, a extensão de suas praias brancas, a abundância da fauna e a riqueza de seus peixes. (MOSS; MOSS, 2007. p. 11)

O rio Araguaia para os quilombolas da Ilha de São Vicente é a estrada das suas embarcações (Figura 61) pois é por ele que as famílias levam os seus produtos para comercialização, trazem os insumos, equipamentos e produtos que as mesmas não têm condições de produzirem.

Figura 61 - Domingos Willian transportando material de irrigação



Fonte: Rocha (2022).

É nele e dele que as pessoas da comunidade pegam os pescados para alimentação e fazem a comercialização do excedente para complementação da renda familiar.

Segundo Lucinda (2017), “a relação com o rio é central para comunidade, pois desde que foram viver na ilha, tem suas moradias estabelecidas na beira do Araguaia, que é de onde retiram recursos para o sustento da vida” (p. 4).

O rio Araguaia para a comunidade quilombola Ilha de São Vicente é considerado como fundamental para a continuidade dos diversos tipos de vidas e algo que deve ser sempre compartilhado por todos que dependem dele como os peixes, as plantas e tantos outros tipos de seres vivos.

É nele que as famílias suprem todas as suas necessidades de produção, higiene e tantas outras. Assim, faz-se necessário a transformação em que Leff (2002) chama atenção:

A degradação sócio-ambiental está exigindo a impostergável necessidade de transformar os princípios da racionalidade econômica, de seu caráter desigual e depredador, para construir uma racionalidade produtiva capaz de gerar um desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro (LEFF, 2002, p. 11).

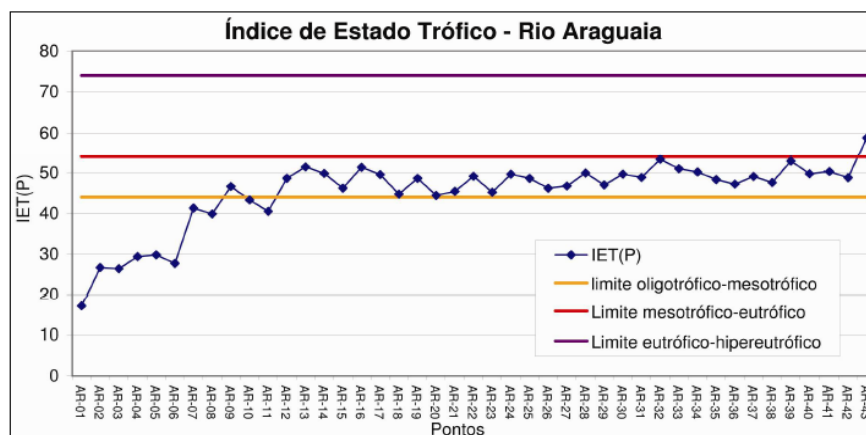
Durante muito tempo as famílias quilombolas utilizaram a água do Araguaia para beber, sem qualquer tipo de tratamento. Porém, hoje as famílias consideram que a água do rio está imprópria para o consumo direto, ou seja, sem a realização do tratamento adequado. Esta realidade exige que a comunidade organize uma série de estratégias para acessar a água de qualidade para o consumo humano, como por exemplo a realização de um poço artesiano.

De acordo com a associação da comunidade, durante o período eleitoral de 2020, foi realizado uma reunião com o candidato a vereador Josivaldo que autorizou a realização de um poço artesiano na comunidade, porém até os dias atuais a estrutura esgotada de forma insuficiente nunca funcionou dentro da comunidade. Nos últimos anos, diversos fatores como o aumento populacional das cidades e vilarejos às margens do Araguaia, como Araguatins e Porto da Balsa, têm impactado a qualidade da água como apresenta os estudos realizados por Moss e Moss (2007, p. 61):

Dentro da pesquisa de composição química da água, são analisadas as concentrações de fósforo total, nitrogênio total, nitrogênio amoniacal e íons presentes nas amostras, incluindo o nitrato e o nitrito. A partir da concentração de fósforo total, as amostras são classificadas como oligotrófica, mesotrófica, eutrófica ou hipereutrófica. Águas oligotróficas e mesotróficas ainda podem ser consideradas naturais, com teores baixos ou moderados de impacto, em níveis aceitáveis na maioria dos casos. Águas eutróficas indicam corpos de água com alta produtividade em relação às condições naturais, em geral afetados por atividades antrópicas, em que ocorrem alterações indesejáveis na qualidade. Águas hipereutróficas foram afetadas significativamente pelas elevadas concentrações de matéria orgânica e nutrientes, comprometendo seu uso e podendo resultar na mortandade dos animais aquáticos (MOSS; MOSS, 2007. p. 61).

Para as famílias da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, as sujeiras jogadas no rio e a conseqüente contaminação, não prejudica apenas os ribeirinhos e quilombolas. A contaminação provocada pelo ser humano prejudica as diversas formas de vidas existentes no rio como o jacaré, boto, tartaruga, tracajá, cobra e arraias. Reduzindo estes, reduz também toda sua diversidade de pássaros, plantas e tantas outras formas de vida, a qual algumas espécies as famílias da comunidade Ilha de São Vicente vivem harmonicamente sem precisar levar à extinção.

Figura 62 - Qualidade da água do Rio Araguaia



Fonte: Moss e Moss (2007).

A comunidade quilombola Ilha de São Vicente não entende o rio Araguaia enquanto um recurso que precisa ser explorado ou sugado de forma indiscriminada para irrigação, mas como algo que pode contribuir para preservação e diversificação, dos sistemas produtivos, que vem sendo realizado pelas famílias como hortas, SAF's, criação de pequenos animais de maneira a evitar aquilo que é destacado nos estudos de Moss e Moss (2007 p. 80):

A irrigação, apesar de todos os seus benefícios econômicos e sociais, pode causar impactos ambientais quando ocorre o manejo inadequado da água e da lavoura. Esses impactos se iniciam na derivação ou captação da água na fonte e através do sistema de irrigação quando mal dimensionado.

Dentre as diversas comunidades impactadas diretamente e indiretamente pela construção da barragem de Tucuruí (Figura 63), com objetivo de levar energia para o Brasil na década de 1980 a comunidade quilombola Ilha de São Vicente foi uma das impactadas diretamente com a redução dos pescados, que são umas das principais fontes de proteína animal consumida pelas famílias da comunidade. Porém outras cidades também foram impactadas diretamente, como relata Congilio e Silva (2019 p. 2):

Fazia-se necessário uma fonte de energia elétrica para impulsionar a produção desses empreendimentos de expansão capitalista na região. O município de Jacundá e seus habitantes foram duramente atingidos e sentem seus efeitos ainda nos dias atuais, 35 anos depois da inauguração da UTH, em 1984.

Figura 63 - Usina hidrelétrica de Tucuruí



Fonte: Sousa (2019).

Apesar do anseio da comunidade por energia elétrica para adquirir seus aparelhos eletrônicos, geladeira, som, televisão, bomba anauger para irrigação dos seus sistemas de produção, além de tantos outros equipamentos eletrônicos. A comunidade Ilha de São Vicente demorou aproximadamente 35 anos após a construção da hidrelétrica de Tucuruí para ter acesso e direito de utilizar tais equipamentos. Somente depois de participar de fórum quilombola junto com Ministério Público Federal e as empresas responsáveis por fornecer energia e empresas responsáveis pela regularização ambiental, foi que as famílias da comunidade conseguiram fazer um acordo de ajuste de conduta que permitisse o desmatamento, para que a comunidade pudesse ter acesso a energia.

Apesar da chegada da energia elétrica não ser um fator determinante na permanência ou evasão das famílias de algumas comunidades, para cerca de 50% das famílias que residem dentro da comunidade da Ilha de São Vicente a chegada da energia foi com certeza um divisor de água.

No que tange a produção dos sistemas agroecológicos, algumas famílias preferem não utilizar a energia elétrica para alavancar a produção. Para elas o consumo normal de energia utilizando alguns equipamentos básicos de uma casa como a televisão, geladeira, celular, por si só é suficiente para inviabilizar alguns meses de pagamento, pois as famílias relatam que os valores cobrados são abusivos de forma a inviabilizar a ampliação dos sistemas de produção.

Na (Figura 64) abaixo podemos perceber o potencial do rio Araguaia a partir de sua extensão, quando comparado com outros rios que estão presentes em diferentes estados. Isso justifica não só a disputa existente entre os invasores que vivem hoje na Ilha São Vicente que querem permanecer dentro do território quilombola, como também fica claro a potência de recursos hídricos que a comunidade tem para realizar seus sistemas de produção, como horta, sítio, criação dos pequenos animais, galinhas, porcos etc.

Figura 64 - Extensão do Rio Araguaia suas fronteiras e seu potencial comparado com outros rios



Fonte: Moss e Moss (2007).

Em relação a captação de água do rio Araguaia, na maioria das vezes, as famílias da comunidade optam por utilizar motobomba a gasolina pois, mesmo sendo mais caro, as famílias têm o controle do consumo. Outra alternativa utilizada pelas famílias para realizar os seus sistemas de produção é realizar apenas os plantios durante o período de inverno, uma vez que na maioria das vezes os plantios são realizados com culturas mais resistentes à seca ou adaptadas às condições climáticas.

O agricultor sábio vai tentar planejar e realizar as suas intervenções de uma forma que o resultado das suas operações seja uma harmonização e uma sincronização e, talvez, no melhor dos casos, uma aceleração dos processos que contribuem para o aumento devida (GÖTSCH, 1997, p. 09).

Para os agroecologistas, vários aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes, incluindo aí o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos (ALTIERI, 2004 p. 26).

Quando a biodiversidade é restituída aos agroecossistemas, numerosas e complexas interações passam a estabelecer-se entre o solo, as plantas e os animais (ALTIERI, 2004 p.24).

### **5.8 Potencial turístico e comercialização**

A comunidade quilombola Ilha de São Vicente está localizada a menos de 25 minutos de barco da cidade de Araguatins (Figura 65), sendo que por estar às margens do rio Araguaia, possui um grande potencial turístico não só para cidade como também para algumas pessoas da comunidade que passam a ser procuradas para atender algumas necessidades que surge durante a temporada, de praia, que acontece durante os meses de julho e agosto. Dentre as demandas mais comuns estão a tirada palha da palmeira babaçu para cobertura das barracas, transportar pessoas para as praias nas proximidades, além da procura de outros produtos como peixes, galinha, carvão etc.

Figura 65 - Araguatins possui potencial turístico para os quilombolas da Ilha de São Vicente

Fonte: Rocha (2022).

O processo de comercialização realizado pela comunidade quilombola Ilha de São Vicente é pequeno, pois maior parte de sua produção de horta (Figura 66), criação de galinha, porcos, frutas, azeite de coco, carvão, pescados entre outros são produzidos ou extraídos do ambiente natural apenas para subsistência das famílias que vivem na comunidade.

Figura 66 - Canteiro suspenso na casa do seu Pedro



Fonte: Rocha (2022).

Alguns produtos e subprodutos como murici, azeite de coco, carvão, peixe, adubo da palmeira babaçu, palha da palmeira babaçu, galinha, porcos, hortaliças, entre outros, chegam a ser comercializado por algumas famílias como forma de complementação da renda familiar. Apesar de algumas famílias serem cadastradas no programa de aquisição de alimento (PAA) os produtos na maioria das vezes são comercializados por meio de encomendas ou muitas vezes de porta em porta, uma vez que não existe um ponto específico de entrega ou comercialização como feira ou supermercados ocupados com produtos da comunidade. Além disso, apenas uma ou duas famílias têm algum tipo de produção constante para comercialização como hortaliças e galinhas.

Mesmo com todo este potencial turístico durante o período de praia, a comercialização dos produtos e subprodutos advindos dos sistemas produtivos ainda não fazem parte das estratégias de comercialização adotada pela comunidade quilombola Ilha de São Vicente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência sobre agroecologia quilombola, a participação no processo de criação da associação, as contribuições em denúncias sobre a violação dos direitos ambientais, a participação em projetos agroecológicos voltados para comunidade, o contato permanente do pesquisador pela não violação dos direitos da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, foi preponderante no resultado deste trabalho, sobre agroecologia realizada pelos quilombolas da Ilha São Vicente.

Apesar de existir uma grande lacuna para os quilombolas da Ilha de São Vicente entre 1888 e 2010 a qual seus antepassados fizeram questão de deixar “escondido”, como forma de preservar as gerações futuras, por conta do sofrimento vivido por eles. A situação da escravidão ainda permanecia na memória das pessoas mais idosas da cidade de Araguatins é também já havia sido registrada por escritor Araguatinense a chegada dos patriarcas e matriarcas da família Barros e Noronha, como também as famílias quilombolas conseguiram provar sua existência em Araguatins e dentro do território Ilha São Vicente todo este tempo.

Assim, o conflito judicial entre seu Salvador Batista Barros e José Edelves a qual o mesmo conseguiu ganhar na primeira instância por conta de arbitrariedade do juiz da comarca de Araguatins, que em seguida deu ordem de despejo para seu Salvador é sua família, o mesmo viviam na Ilha desde o seu nascimento. O ocorrido, causou revolta para os quilombolas da Ilha de São Vicente e amigos como dona Benvinda, que fez questão de em vida fazer uma declaração em cartório, como também despertou os familiares, quilombolas para o processo de organização comunitária e criação da associação.

Portanto, durante as visitas, aplicação de questionário semiestruturado, registro de imagens, podemos constatar que o processo de divisões de lotes, realizados pela associação em 34 lotes, com autorização do patriarca Salvador e sua família, para evitar que seu Salvador Batista Barros pudesse ficar sozinho dentro do território, foi de fundamental importância para o fortalecimento da agroecologia que hoje é desenvolvida tanto pelos homens quanto pelas mulheres do quilombo Ilha de São Vicente.

Mesmo diante de um conjunto de desafios territorial, ambiental e social, às famílias quilombolas da Ilha São Vicente continuaram construindo suas casas na comunidade, com materiais internos e externos à comunidade e continuaram implantando seus sistemas produtivos agroecológicos. Assim, mesmo sabendo que a ocupação do território por um número bem maior de famílias pode causar impacto, o pensamento dos quilombolas da Ilha de São Vicente que tem seus sistemas produtivos agroecológicos é que, embora suas ações venham

causar algum tipo de impacto, mudança no ambiente, que suas práticas agroecológicas é não agroecológicas demandam algumas perdas em seu ecossistema, a idéia é que o impacto realizado pela comunidade seja o menor possível.

Portanto, nesta caminhada agroecológica, pelo território quilombola Ilha de São Vicente em Araguatins, foi possível observar que mesmo os quilombolas da Ilha de São Vicente, ocupando uma área menor que um hectare, por conta dos conflitos territoriais, tanto os homens quanto as mulheres realizam uma série de práticas agroecológicas horta, roça, SAF's, criação de galinhas, criação de porcos, extrativismo do babaçu, pescas. O conjunto de atividades realizadas pelos quilombolas, buscam não só garantir a segurança e soberania alimentar das famílias, como também fortalecer os laços territoriais e conquista do território na íntegra, para que as famílias possam ampliar seus sistemas de produção.

## 7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A.; GONÇALVES, P. R. (Org.). **Projeto Mapeamento social como instrumento de gestão territorial contra o desmatamento e a devastação: processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais: quilombolas da Ilha de São Vicente Araguatins, Tocantins, 11**. Manaus: UEA Edições, 2014.

ALMEIDA, C. P. de. Sementes crioulas, da ancestralidade para a atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe. *In*: DEALDINA, S. S. (org.) **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020. p. 145-156.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

ANDREOTTI, G. O senso ético e estético da paisagem. Tradução: Beatriz Helena Furlanetto. **RA E GA: O espaço geográfico em análise**, Curitiba, n. 24, p. 5-17, 2012.

ARAGUATINS: Comunidade quilombola Ilha de São Vicente aguarda conclusão de processo de regularização territorial; conheça a história do quilombo. **Folha do Bico**, Araguatins, 2023. Disponível em: <https://www.folhadobico.com.br/araguatins-comunidade-quilombola-ilha-de-sao-vice-nte-aguarda-conclusao-de-processo-de-regularizacao-territorial-conheca-a-historia-do-quilombo/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

ARMANDO, M. S.; BUENO, Y. M.; ALVES, E. R. da S. CAVALCANTE, C. H. **Agrofloresta para Agricultura Familiar**. Brasília: Embrapa, 2002. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/184803/agrofloresta-para-agricultura-familiar>. Acesso em: 07 jan. 2022.

BARBOSA, F. J. V.; NASCIMENTO, M. D. P. S. B. D.; DINIZ, F. M.; NASCIMENTO, H. T. S. D.; NETO, R. B. D. A. **Sistema alternativo de criação de galinhas caipiras**. Teresina, PI: Embrapa Meio-Norte, 2007. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/69408/sistema-alternativo-de-criacao-de-galinhas-caipiras>. Acesso em: 26 set. 2023.

BARBOSA, J; SOARES. **Agroecologia e gênero: a construção de um ‘Novo Horizonte’ em Araponga – MG / Jaqueline Soares Barbosa**. – Viçosa : UFV, 2004.

BARROS, U. S. **Diagnóstico da degradação ambiental da mata ciliar da Ilha São Vicente de Araguatins - TO**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Campus Araguatins, Araguatins, 2021.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner, 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod\\_folder/content/0/BOURDIEU\\_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/762315/mod_folder/content/0/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina.pdf?forcedownload=1). Acesso em: 21 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997.** Institui o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União: Brasília, DF, ano 109, 09 jan. 1997.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria Nº 1080, de 8 de Junho de 2020. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de jun. 2020. 117 ed., seção 1, p. 13.

CALLAI, H. **Aprendendo a ler o mundo:** a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7mpTx9mbrLG6Dd3FQhFqZYH/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 12 ago. 2022.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. Agroecologia. Enfoque Científico e Estratégico. *In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n.2, abr/junh.2002. p. 13-16.

CARVALHO, Horácio Martins de. O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social. *In: STEDILE, João Pedro (Org). A questão agrária do Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

CLEMENTE, F. M. V. T. **Produção de hortaliças para agricultura familiar**. Brasília : Embrapa, 2015.108 p. Disponível em: <http://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00055030.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CONAQ. **Quilombolas da Ilha de São Vicente, em Araguatins (TO), denunciam invasões e desmatamento ilegal dentro da comunidade**. Brasília, 07 fev. 2023. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/quilombolas-da-ilha-de-sao-vicente-em-araguatins-to-denunciam-invasoes-e-desmatamento-ilegal-dentro-da-comunidade/>. Acesso em: 21 fev. 2023.

CONGILIO, C. R.; SILVA, A. P. Usina Hidrelétrica de Tucuruí: história, memória e persistência dos impactos socioambientais e das lutas dos atingidos pela barragem. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 9., 2019, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

CURTAMAIS. **Férias de Julho:** 10 praias de água doce no Tocantins queridinhas pelos goianos. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.curtamais.com.br/goiania/ferias-de-julho-10-praias-de-agua-doce-no-tocantins-queridinhas-pelos-goianos>. Acesso em: 07 jan. 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. Tradução de Naira Pinheiro dos Santos. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 27, n. 1, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/4hXdzg3bnLcjTBsBVz9rzxy/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 12 ago. 2022.

FEDERICI, S. A história oculta da fofoca: mulheres, caça às bruxas e resistência ao patriarcado. *In: FEDERICI, S. Mulheres e caça às bruxas*. São Paulo: Boitempo, 2019b, 160 p.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019a. 388 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 04 de ago. de 2022

GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 161-173, mai. 2006. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/etnografica/3012>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

GÖTSCH, E. **Homem e natureza: cultura na agricultura**. 4º ed. Recife: Centro Sabiá, 1997. Disponível em: <https://www.agrisustentavel.com/doc/ebooks/natureza.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

LAVAL, Christian; DARDOT, P. **Cómun**. Ensayo sobre la revolución en el siglo XXI. Barcelona:

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 08-51, jan./mar. 2002.

LOPES, R. C. D. **Identidade e territorialidade na comunidade remanescente de quilombo Ilha de São Vicente na região do Bico do Papagaio – Tocantins**. 2019. 301 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34263>. Acesso em: 29 jan. 2023.

LOPES, R. C. D. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente, Araguatins – Tocantins**. Palmas: INCRA/SR 26-TO, 2014.

LUCINDA, M. C. **Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente**. Belo Horizonte: FAFICH, 2017. 16 p.

MARANDOLA, H. L.; OLIVEIRA, L. Origens da Paisagem em Augustin Berque: pensamento paisageiro e pensamento da paisagem. **Geograficidade**, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/13140/pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MATTOS, C. V. A pintura de paisagem entre arte e ciência: Goethe, Hackert, Humboldt. TERCEIRA MARGEM: **Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras, Pós-Graduação, Ano IX, no 10, 2004.

MONTORO, T; CALDAS. **De Olho na Imagem**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira. Editorial Abaré, 2006.

MOSS, G.; MOSS, M. **Projeto brasil das águas: sete rios**. Brasília, 2007.

NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. **Afrodíspora**, n. 6-7, 1985. p. 41-49. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/publicacoes-do-ipeafro/afrodiaspora-vol-6-e-7/&sa=D&source=docs&ust=1674348656808841&usg=AOvVaw21YMeDDIw8jcnLilvIWuQp>. Acesso em: 21 jan. 2023.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas: Unicamp, 2009.

OLIVEIRA, F. E. L. **SABERES E PRÁTICAS NO GROTÃO**: o comum e o cerrado como instrumentos de luta do quilombo grotão no município de Filadélfia - TO. 2022. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós – Graduação de Estudos em Cultura e Território - Ppgcult, Campus Universitário de Araguaína, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína - To, 2022. Cap. 4. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/download/13545/19894/6305>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RAPOZO, Bruna Maria da Silva. Quintais agroecológicas e soberania alimentar na agricultura camponesa do sertão do Pajeú, Pernambuco. **RPPR** – Rio de Janeiro – vol. 5, nº 2, maio a agosto de 2018, p. 194 – 215.

ROCHA, J. F. **Estudos de levantamento da diversidade das espécies florestais da comunidade de remanescente de quilombolas situados na Ilha de São Vicente**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal do Tocantins, Araguatins, 2017.

SANTOS, G. I. R.; RATTIS, A. Mulheres, territorialidades e conflitos: gênero na fronteira Cerrado/Amazônia. **XIV Econtro Nacional da ANPUR**, Rio de Janeiro 2011.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SILVA, A. C. O território da consciência e a consciência do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. 332 p.

SILVA, A. R. F. Políticas públicas para comunidades quilombolas: uma luta em construção. **Política & Trabalho, revista de ciências sociais**, n. 48, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n48.27650>. Acessado em: 03 set. 2023.

SOARES, Conceição. A economia dos comuns e a co-criação de valor: O caso da Enspiral. **JOURNAL OF STUDIES ON CITIZENSHIP AND SUSTAINABILITY**. Institute of Sociology, University of Porto, 2020.

SOUSA, F. **A impactante construção da usina hidrelétrica de Tucuruí**. 06 de jul. 2019. Disponível em: [https://ferdinandodesousa.com/2019/06/07/a-impactante-construcao-da-usina-hidreletrica-de-tucuruí/](https://ferdinandodesousa.com/2019/06/07/a-impactante-construcao-da-usina-hidreletrica-de-tucuru/). Acesso em: 29 jan. 2023.

SOUZA, L. D. S. **Transformações do sistema agrícola da Comunidade Quilombola Kalunga do Mimoso (Tocantins): a agricultura de corte e queima em questão**. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2018. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/33986>. Acesso em: 26 set. 2023.

SOUZA, M. A. A. de. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 21-28.

VIEIRA, F. de O.; MARINHO, M. O.; GHIZONI, L. D. “Ruim com ele, pior sem ele”: servidão (in)voluntária que reforça o trabalho escravo contemporâneo, apontamentos à luz da psicodinâmica do trabalho. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 55-79, 17 jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2018.v5n1.117>. Acesso em: 29 out. 2023.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

YIN, R. Estudo de Caso: **Planejamento e Métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

## ANEXO

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS -  
UFT



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** AGROECOLOGIA QUILOMBOLA: SABER E OLHAR DAS MULHERES E DOS HOMENS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA DE SÃO VICENTE EM

**Pesquisador:** Jorlando Ferreira Rocha

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 89718423.7.0000.5519

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Tocantins Campus Palmas

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.120.807

**Apresentação do Projeto:**

Esta pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território – PPGCULT da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, tem como objetivo compreender como ocorre a divisão do trabalho, tanto doméstico, quanto da roça, entre homens e mulheres da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, bem como perceber os impactos nas atividades agroecológicas do quilombo. Assim, esta pesquisa tem a importância de mostrar as experiências agroecológicas existentes na comunidade a partir do conhecimento tradicional adquirido ao longo do tempo. Por outro lado, mesmo diante de várias conquistas, como o reconhecimento da identidade quilombola, a demarcação do território, a cartografia social, e recentemente o reconhecimento da Ilha como sendo território exclusivamente quilombola, as práticas agroecológicas fazem parte das atividades que ainda precisam ser sistematizadas. Acreditamos que essa análise é de fundamental importância e poderá contribuir significativamente no empoderamento dos sujeitos quilombolas. Metodologicamente a

**Endereço:** Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.  
**Bairro:** Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090  
**UF:** TO **Município:** PALMAS  
**Telefone:** (63)3229-4023 **E-mail:** cep\_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS -  
UFT



Continuação do Parecer: 8.120.007

**pesquisa**

terá abordagem qualitativa de cunho descritivo, em que serão observados e descritos o cotidiano, as relações e as vivências das pessoas pesquisadas. O universo da pesquisa será a comunidade quilombola Ilha de São Vicente, onde serão aplicados questionários semiestruturados com onze moradores da comunidade. O tipo de pesquisa aplicado será o Estudo de Caso, em que serão observadas as vivências e o cotidiano, além de serem levantados dados a partir de questionários semiestruturados; e a pesquisa bibliográfica, em que será levantado outros trabalhos sobre o assunto. Pretende-se iniciar a pesquisa em junho de 2023, com previsão de término em dezembro de 2023.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Geral:**

Compreender como ocorre a divisão do trabalho, tanto doméstico, quanto da roça, entre homens e mulheres da comunidade quilombola Ilha de São Vicente, bem como perceber os impactos nas atividades agroecológicas do quilombo.

**Específicos:**

- Entender como homens e mulheres utilizam seu tempo nas atividades domésticas, e da roça.
- Identificar nas atividades diárias dos homens e das mulheres as possíveis particularidades entre gênero.
- Perceber como homens e mulheres contribuem para implementação das práticas agroecológicas.
- Identificar como as atividades externas realizadas por homens e mulheres impactam a implantação dos sistemas de produção agroecológico dentro do território.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Sobre os riscos e controles que o professor pode ser exposto com a pesquisa temos: Invasão de privacidade: a pessoa pode sentir sua privacidade invadida ao ter que responder questões pessoais, para que isso não aconteça será garantido a preservação de sua imagem e o sigilo de suas respostas;

Endereço: Quadra 100 Norte, Av. Na 15, ALCND 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 18.  
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-000  
UF: TO Município: PALMAS  
Telefone: (63)3229-4023 E-mail: cep\_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS -  
UFT



Continuação do Parecer: 8.120.007

**Divulgação de dados confidenciais:** a pessoa pode ter o receio de ter suas respostas divulgadas, passando a ser conhecido por outros. Para que isto não aconteça, apenas o pesquisador terá acesso aos registros e caso seja necessário utilizar excertos das falas os mesmo não serão identificados, sendo utilizados pseudônimos; **Discriminação e estigmatização** a partir do conteúdo revelado: a pessoa pode ter receio quanto a aceitação ou não de suas respostas, podendo ser discriminado. Para que isso não aconteça, primeiramente não existirá identificação, os dados serão tabulados e analisados de forma conjunta o que não permite que sejam identificados os que responderam. **Tempo:** a pessoa pode ter seu tempo gasto indevidamente. Para que isso não ocorra, as conversas e aplicações de questionários serão realizadas a partir de um agendamento com o entrevistado e buscando ser o mais rápido possível.

#### Benefícios

Quanto aos benefícios da participação do sujeito pesquisado, será possível apresentar e dar visibilidade para a sociedade em geral, ações produtivas desenvolvidas dentro do território da comunidade quilombola; propor linhas de ações a serem trabalhadas pelo poder público e instituições de pesquisa; oferecer a comunidade oportunidades e subsídios para pensar melhor na gestão do território previsto para ser desapropriado pelo SPU e entregue pelo INCRA para comunidade e fazer o enfrentamento a construção de hidrelétrica apresentando a relação cultural e social da comunidade.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os resultados da pesquisa serão divulgados, inicialmente, por meio da dissertação de mestrado a ser escrita e disponibilizada na biblioteca da UFNT versão impressa e encadernada e também no repositório

Endereço: Quadra 109 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.  
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090  
UF: TO Município: PALMAS  
Telefone: (63)3226-4023 E-mail: cep\_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS -  
UFT



Continuação do Parecer: 6.120.607

eletrônico

da Instituição. Também serão publicados artigos a partir de recortes das discussões apresentadas na dissertação, com clara referência aos participantes sem que sejam divulgadas suas identidades. Também serão disponibilizadas cópias do trabalho final para os moradores das comunidades quilombolas por meio da associação

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

vide campo conclusão

**Recomendações:**

Não há.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

não há pendências ou inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2141575.pdf	29/05/2023 16:42:30		Acelto
Declaração de concordância	declaracao_anuencia.PDF	29/05/2023 16:41:52	Jorlando Ferreira Rocha	Acelto
Outros	carta_de_apresentacao_ao_cep_assinado_assinado.pdf	15/05/2023 12:21:04	Jorlando Ferreira Rocha	Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Jorlano.docx	15/05/2023 12:20:46	Jorlando Ferreira Rocha	Acelto
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_orientacao_assinado.pdf	15/05/2023 12:20:36	Jorlando Ferreira Rocha	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_cep_JORLANO.docx	15/05/2023 12:20:11	Jorlando Ferreira Rocha	Acelto
Folha de Rosto	folhaDeRosto_Jorlano.pdf	15/05/2023 12:19:37	Jorlando Ferreira Rocha	Acelto

Endereço: Quadra 100 Norte, Av. Ns 15, ALCOA 14, Prédio de Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.  
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-090  
UF: TO Município: PALMAS  
Telefone: (63)3229-4023 E-mail: cep\_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO TOCANTINS -  
UFT



Continuação do Parecer: 6.120.007

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 15 de Junho de 2023

---

Assinado por:

**MARCELO GONZALEZ BRASIL FAGUNDES**  
(Coordenador(a))

Endereço: Quadra 100 Norte, Av. Ns 15, ALCNO 14, Prédio da Reitoria, 2º Pavimento, Sala 16.  
Bairro: Plano Diretor Norte CEP: 77.001-000  
UF: TO Município: PALMAS  
Telefone: (63)3228-4023 E-mail: cep\_uft@uft.edu.br